

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO  
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**A CONSTRUÇÃO DA COOPERAÇÃO NAVAL E MILITAR SINO-RUSSA NO  
OCEANO PACÍFICO E SEU IMPACTO PARA A SEGURANÇA REGIONAL E  
EQUILÍBRIO DO PODER GLOBAL (2001 - 2022)**

**ANDRÉA PAULA SANTOS DA COSTA**

**SANTANA DO LIVRAMENTO  
2025**

**ANDRÉA PAULA SANTOS DA COSTA**

**A CONSTRUÇÃO DA COOPERAÇÃO NAVAL E MILITAR SINO-RUSSA NO  
OCEANO PACÍFICO E SEU IMPACTO PARA A SEGURANÇA REGIONAL E  
EQUILÍBRIO DO PODER GLOBAL (2001 - 2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Relações  
Internacionais da Universidade  
Federal do Pampa, como requisito  
parcial para obtenção do Título de  
Bacharel em Relações  
Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Flavio Augusto  
Lira

**SANTANA DO LIVRAMENTO  
2025**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

D111c Da Costa , Andréa Paula Santos  
A CONSTRUÇÃO DA COOPERAÇÃO NAVAL E MILITAR SINO-RUSSA NO  
OCEANO PACÍFICO E SEU IMPACTO PARA A SEGURANÇA REGIONAL E  
EQUILÍBRIO DO PODER GLOBAL (2001 - 2022) / Andréa Paula Santos  
Da Costa .  
103 p.  
  
Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade  
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2025.  
"Orientação: Flavio Augusto Lira Nascimento ".  
  
1. Construção Militar Sino-Russa. 2. Parceria Sino-Russa.  
3. Geopolítica do Pacífico . 4. Segurança Regional do Pacífico  
. I. Título.

**A CONSTRUÇÃO DA COOPERAÇÃO NAVAL E MILITAR SINO-RUSSA NO  
OCEANO PACÍFICO E SEU IMPACTO PARA A SEGURANÇA REGIONAL E  
EQUILÍBRIO DO PODER GLOBAL (2001 - 2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para avaliação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II e como requisito obrigatório para a conclusão do curso de Relações Internacionais da Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido em:

24/06/2025

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento  
Orientador  
UNIPAMPA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Kamilla Raquel Rizzi  
UNIPAMPA

---

Prof. Dr. Renatho José da Costa  
UNIPAMPA

Dedico este trabalho aos meus pais, Paulo Roberto e Valdelina, ao meu irmão, Paulo Filho e à minha avó, Maria Valdelina, por serem raiz, abrigo e voz ancestral em cada passo da minha jornada. Vocês são o farol que me orienta, a árvore sob a qual descanso e a estrela que me mostra o norte.

“O equilíbrio global repousa sobre as ondas:  
quem controla as rotas, molda os destinos”.

Ditado Naval Chinês

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço às águas que banham a terra e à terra que sustenta os mares, deste diálogo eterno entre raízes e ondas nascem as palavras que aqui se entrelaçam. Agradeço a Deus, aos Orixás, aos encantados, às águas que me banham, às folhas que me curam e à ancestralidade que me guia. Agradeço ao tambor que pulsa dentro de mim, à palavra que ecoa com a força dos meus mais velhos, e aos sonhos que carrego, tecidos pelas mãos daqueles que vieram antes de mim, que resistiram, caminharam e me deixaram como herança o direito de sonhar. São eles que sussurram no meu silêncio, que firmam minha cabeça quando o mundo tenta me desenraizar, que sopram coragem quando o cansaço me visita. A cada passo dado, ouço os passos deles comigo, e sei: não caminho só.

Agradeço à minha mãe, Valdelina Santos, mulher-terra de mãos sábias e coração imenso, que me ensinou a linguagem do afeto antes mesmo que eu soubesse nomear as coisas. Seu amor foi o primeiro porto onde ancorou minha alma, seu exemplo permanece como farol a iluminar meus passos mesmo nas noites mais escuras.

Ao meu pai, Paulo Roberto, homem de sorriso largo e abraço firme, de quem herdei não apenas o nome, mas a coragem de enfrentar as marés da vida sem perder o rumo. Sua força silenciosa foi o vento que impulsionou meus primeiros voos, e sua presença constante, mesmo nas ausências, ensinou-me que o amor também pode ser bússola, guia e chão.

Ao meu irmão, Paulo Filho, meu eterno companheiro de jornada, cujo amor puro e despretensioso é como rio que nunca seca, sempre presente, sempre renovando minha fé no mundo e em mim mesma. Em teu olhar encontro o reflexo mais verdadeiro de quem sou.

À minha madrinha, Rosely Pereira, que plantou a semente: “faça Relações Internacionais”. E dessa palavra dita com carinho e intuição, brotou o caminho que trilhei até aqui. Foi o seu conselho que me abriu horizontes, e é na sua voz que ouço o chamado inicial todas as vezes que me pergunto por que escolhi essa estrada.

Ao meu orientador, Flávio Lira, que, com sabedoria e paciência, me guiou pelas trilhas áridas da pesquisa, sempre com gentileza e presença firme. Suas aulas

sempre foram um conceito a expansão, momentos em que a mente se abria e o pensamento poderia voar sem amarras. Agradeço por ter aceitado fazer parte dessa jornada comigo.

Ao professor Renatho Costa, que é inspiração viva. Que me ensinou com alma e com afeto. Sob sua orientação no GAEOMAM, encontrei não apenas conhecimento, mas direção, voz e sentido. Obrigada por cada gesto, por cada aula, por cada vez que acreditou em mim quando eu mesma duvidei.

À professora Anna Carletti, que me deu olhos para ver a Ásia com o coração. Que abriu as portas do GESIAO e as janelas do pensamento para que eu respirasse a China e seus caminhos.

Aos demais professores da Universidade Federal do Pampa, Fábio Bento, Fernando Meiner, Kamilla Rizzi, Letícia Britto, Nathaly Schutz, Rafael Schimidt e Rafael Balardim, que me ensinaram com amor, carinho e humanidade. Que não apenas transmitiram conhecimento, mas também cultivaram autonomia, pensamento crítico e ética. Vocês foram semeadores de ideias e construtores de futuros. Carrego cada um de vocês na bagagem que levo daqui para o mundo.

À minha melhor amiga, Victoria Oliveira, que é saudade mesmo quando está perto. Que ouve todos os meus silêncios e atravessa todos os meus dias com leveza, força e afeto. Caminhamos lado a lado desde os dias de uniforme e lanche na mochila, e mesmo com o tempo mudando as paisagens, ela permanece sendo abrigo e constância. Sua presença é como uma brisa antiga que sempre sabe para onde me levar: com leveza, força e afeto.

À Pamela Madruga, primeira luz da universidade, que dividiu trabalhos, angústias e risos comigo. Parceira de sala, de trabalhos, de angústias e de tantos risos necessários. Em cada madrugada dividida entre leituras e cafés, em cada dúvida, em cada plano, sua presença foi sempre firme, amorosa e inteira. Pamela foi farol e rede: me iluminou e me segurou quando eu precisei lembrar que não estava só.

À minha colega de quarto e amiga amada, Alice Siqueira, que partilhou comigo não apenas o teto, mas também os sonhos, os medos e a beleza das pequenas coisas. Foram noites de conversa até o sono vencer, manhãs de silêncio cúmplice e uma rotina costurada com cuidado, respeito e carinho. Alice me ensinou

que dividir espaço é também dividir alma e que a amizade verdadeira se revela nos gestos mais sutis.

À Lorena São Paulo, companheira de podcasts, de cafés e de decisões que mudam rumos. Presença constante e amorosa, que me acompanhou sempre com escuta sincera, conselhos afiados e abraços que seguram o mundo. Sua voz foi âncora nos dias em que eu flutuava, e sua amizade, mapa quando eu esquecia o caminho. Sua amizade mostra que lealdade se escreve com gestos simples, que carinho também é silêncio, e que o amor de amiga pode ser abrigo nas tempestades e riso leve nos dias bons.

À Giovanna Ramos, que atravessou o Brasil no meu aniversário só para estar comigo. Quem faz isso não apenas chega, mas permanece, mesmo à distância, como um colo que se estende pelas estradas e ternura que não conhece geografia. Sua amizade é ponte, casa e abraço.

Ao Guilherme Augusto, braços abertos nas férias, nos dias leves e nos difíceis. Com ele, o riso vem fácil, o carinho transborda e a vida se desacelera. Sua amizade é dessas que aquecem, que não cobram e não esperam, mas simplesmente são. Uma das formas mais bonitas de amor que a vida me deu: generoso, espontâneo e cheio de alma.

Ao Matheus Munhoz, que esteve comigo em cada crise, em cada página escrita entre lágrimas, em cada respiro preso entre o medo e a esperança. Sua paciência me sustentou quando eu queria desistir, sua mão estendida foi ponte quando tudo parecia abismo. Quando o TCC parecia o fim, ele me mostrou, com firmeza e doçura, que era apenas o meio. Sua presença foi cais, fôlego e fé.

Ao Samuel Duarte, companheiro de tantas lutas e afetos, das noites agitadas da Semana de Relações Internacionais aos jantares no RU regados a boas conversas, risadas e planos improváveis. Com ele, as ideias mais malucas ganhavam forma, e o cotidiano ganhava sabor. Sua amizade sempre foi constante, sólida e cheia de generosidade.

À Heloísa Pereira, pelos jantares simples, mas recheados de afeto, cumplicidade e aconchego. Entre panelas e conversas, cultivamos uma amizade que sempre soube acolher e cuidar.

Ao Luiz Felipe, pelos momentos compartilhados com leveza e carinho, e por aqueles que ainda virão. Pelas lembranças doces em Floripa e por sua presença gentil, firme e cheia de luz. Sua amizade é uma daquelas presenças que acalmam e fortalecem.

Ao Ramiro Rivas, parceiro de diretório acadêmico, de sonhos e de lutas. Dividimos ideais, responsabilidades e uma fé inabalável em dias melhores. Sua lealdade e coragem ao me defender em todas as batalhas foram como um escudo. Uma estrela generosa no meu céu e um irmão na caminhada.

A todos os amigos e amigas que encontrei no caminho da universidade, deixo aqui meu abraço mais sincero. Com vocês construí não apenas memórias, mas também afetos, reflexões profundas e verdadeiras revoluções internas. A jornada foi mais leve, mais rica e infinitamente mais humana por ter sido compartilhada com cada um de vocês.

À Universidade Federal do Pampa, meu profundo agradecimento. Entrei como uma pedra bruta e saí lapidada. Não apenas como profissional, mas como ser humano. A UNIPAMPA me acolheu com firmeza e com carinho. Foi chão quando tudo parecia instável, foi teto quando eu precisei de proteção e foi horizonte quando eu sonhava alto. Aqui encontrei mestres que marcaram minha trajetória, amizades que me transformaram e vivências que deixaram raízes profundas. Sou, e serei sempre, grata por ter sido parte desse território fértil onde pude florescer com liberdade, consciência e coragem.

E por fim, à minha avó, Maria Valdelina. Minha origem, meu fim e tudo que pulsa entre esses dois pontos sagrados. Meu coração em forma de mulher. Minha poesia inteira mora no som da sua voz. É uma estrada antiga feita de sabedoria, reza e silêncio. É porto seguro, mas também o vento que sopra minhas velas rumo ao desconhecido. É a certeza que mora no fundo do peito quando o mundo inteiro parece ruir. É o fogo que aquece minha alma e acende minhas lutas. É o colo onde renasço, a força que me sustenta, o amor que me impulsiona. Em cada conquista, a sua mão está junto à minha. Em cada escolha, a sua fé me guia. Em cada fraqueza, o seu nome me levanta. Obrigada por ser o chão que me firma e o céu que me protege.

## RESUMO

Este estudo investiga a cooperação militar e naval entre China e Rússia como um vetor estratégico para a reconfiguração da ordem internacional e a consolidação de uma nova dinâmica de poder no espaço do Pacífico. A análise parte de uma perspectiva geopolítica e realista, abordando os fundamentos teóricos da Geopolítica Clássica e do realismo ofensivo e defensivo, e examinando como essas correntes explicam o alinhamento entre as duas potências em um contexto de contestação à hegemonia ocidental. A parceria sino-russa é discutida à luz de seu desenvolvimento histórico, desde os períodos imperial, soviético e pós-Guerra Fria, até a intensificação da cooperação após 2014, especialmente no campo da segurança marítima. O estudo destaca as motivações estratégicas que impulsionam essa aproximação, como a percepção de ameaça comum, a busca por autonomia estratégica e a necessidade de contrabalançar o poder dos Estados Unidos e seus aliados na região do Indo-Pacífico. Nesse contexto, a crescente realização de exercícios militares conjuntos, o fortalecimento das capacidades navais e a ampliação da presença de China e Rússia no Pacífico são analisados como manifestações de um novo padrão de colaboração interestatal, baseado em interesses pragmáticos e objetivos de longo prazo. A construção naval de ambos os países é explorada em sua dimensão histórica, tecnológica e estratégica, evidenciando as diferenças e complementaridades nos projetos marítimos de cada nação. O Pacífico emerge, assim, como palco central da disputa geopolítica contemporânea, onde a aliança sino-russa representa não apenas uma resposta às pressões do Ocidente, mas também um elemento ativo na transição de uma ordem unipolar para uma ordem multipolar. Ao articular elementos históricos, estratégicos e teóricos, o trabalho busca compreender como a aliança sino-russa molda o equilíbrio de poder no Pacífico e influencia as dinâmicas globais. Através de uma abordagem qualitativa e baseada em revisão bibliográfica de fontes primárias e secundárias, a pesquisa contribui para a literatura acadêmica ao analisar um fenômeno geopolítico em expansão e suas consequências para o sistema internacional. Nesse sentido, a cooperação naval e militar entre China e Rússia é apresentada como um componente central na disputa pela liderança global e como um indicador das profundas transformações em curso nas Relações Internacionais do século XXI.

**Palavras-chave:** Cooperação Sino-Russa; Indo-Pacífico; Equilíbrio de Poder; Realismo; Geopolítica Marítima.

## **ABSTRACT**

This study investigates military and naval cooperation between China and Russia as a strategic vector for the reconfiguration of the international order and the consolidation of a new power dynamic in the Pacific space. The analysis starts from a geopolitical and realist perspective, addressing the theoretical foundations of Classical Geopolitics and offensive and defensive realism, and examining how these currents explain the alignment between the two powers in a context of contestation of Western hegemony. The Sino-Russian partnership is discussed in the light of its historical development, from the imperial, Soviet and post-Cold War periods, to the intensification of cooperation after 2014, especially in the field of maritime security. The study highlights the strategic motivations driving this rapprochement, such as the perception of a common threat, the search for strategic autonomy and the need to counterbalance the power of the United States and its allies in the Indo-Pacific region. In this context, the growing number of joint military exercises, the strengthening of naval capabilities and the increased presence of China and Russia in the Pacific are analyzed as manifestations of a new pattern of interstate collaboration, based on pragmatic interests and long-term objectives. Both countries' shipbuilding is explored in its historical, technological and strategic dimensions, highlighting the differences and complementarities in each nation's maritime projects. The Pacific thus emerges as a central stage in the contemporary geopolitical dispute, where the Sino-Russian alliance represents not only a response to pressure from the West, but also an active element in the transition from a unipolar to a multipolar order. By articulating historical, strategic and theoretical elements, the paper seeks to understand how the Sino-Russian alliance shapes the balance of power in the Pacific and influences global dynamics. Using a qualitative approach and based on a bibliographical review of primary and secondary sources, the research contributes to the academic literature by analyzing an expanding geopolitical phenomenon and its consequences for the international system. In this sense, naval and military cooperation between China and Russia is presented as a central component in the dispute for global leadership and as an indicator of the profound transformations underway in International Relations in the 21st century.

**Keywords:** Sino-Russian Cooperation; Indo-Pacific; Balance of Power; Realism; Maritime Geopolitics.

## LISTA DE FIGURAS

Pan Figura 1 — Mapa do Heartland e Rimland .....	30
Figura 2 — Mapa do Oceano Pacífico .....	70

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: GEOPOLÍTICA CLÁSSICA E TEORIA DO REALISMO OFENSIVO E DEFENSIVO.....</b>	<b>19</b>
2.1 Base conceitual da Geopolítica Clássica: Revisão Teórica de Mackinder, Spykman e Mahan.....	20
2.2 Princípios do Realismo Ofensivo e Realismo Defensivo: Revisão Teórica de Mearsheimer e Waltz.....	24
2.3 Geopolítica Clássica e Realismo: onde as duas teorias se complementam.....	28
<b>3 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA COOPERAÇÃO SINO-RUSSA.....</b>	<b>37</b>
3.1 Panorama Histórico das Relações Sino-Russas.....	38
3.1.1 Período Imperial.....	39
3.1.2 Era Soviética.....	44
3.1.3 Pós Guerra Fria.....	46
3.2 Motivações Estratégicas da Parceria Sino-Russa.....	49
3.3 Limitações e Desafios da Parceria Sino-Russa.....	55
<b>4 CONSTRUÇÃO NAVAL E MILITAR CHINESA E RUSSA.....</b>	<b>59</b>
4.1 Contexto Histórico da Marinha Chinesa.....	59
4.2 Contexto Histórico da Marinha Russa.....	63
4.3 Diferenças nos Objetivos Estratégicos Marítimos.....	67
4.4 O Pacífico como Palco de Disputa Geopolítica.....	69
<b>5 PROJEÇÕES ESTRATÉGICAS NO PACÍFICO: ANÁLISE TEÓRICA E IMPLICAÇÕES CONTEMPORÂNEAS.....</b>	<b>74</b>
5.1 Surgimento das Operações Conjuntas no Pacífico.....	75
5.2 Impacto na Ordem Internacional e Rivalidade com os Estados Unidos.....	79
5.3 O Papel dos Aliados dos EUA e as Repercussões para a Estabilidade Regional.....	83
5.4 Implicações para as Relações Internacionais em um Contexto Multipolar.....	87
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>92</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>98</b>

## INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, a política internacional passou por transformações significativas, marcadas principalmente pela ascensão de novas potências e pela reconfiguração da ordem global. Desde o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética em 1991, os Estados Unidos consolidaram-se como a principal superpotência mundial, estabelecendo um cenário unipolar pautado na hegemonia político-militar e na difusão dos valores do capitalismo neoliberal e da democracia liberal. No entanto, a partir do século XXI, esse domínio começou a ser gradualmente desafiado, sobretudo com a ascensão da República Popular da China e a reestruturação da Federação Russa sob a liderança de Vladimir Putin. A aproximação estratégica entre esses dois Estados, especialmente nas áreas militar e naval, passou a desempenhar um papel na dinâmica de segurança regional e na redistribuição do poder global.

Assim, China e Rússia percorreram trajetórias distintas no sistema internacional, mas encontraram, na percepção de ameaça comum frente à hegemonia ocidental, um ponto de convergência estratégica. A parceria entre as duas potências se intensificou especialmente após 2014, com a anexação da Crimeia por parte da Rússia e o consequente isolamento do país pelo Ocidente, bem como o crescimento exponencial da presença militar e econômica da China nos mares do sul e leste asiáticos. Essa aliança, ainda que informal, reflete uma nova lógica de cooperação pragmática e baseada na projeção de poder, tendo o mar como um dos principais eixos de atuação.

A formação e o fortalecimento da cooperação naval e militar entre China e Rússia se inserem nesse novo contexto geopolítico, que evidencia uma transição da ordem unipolar para uma ordem multipolar. Essa parceria tem se traduzido em uma série de exercícios militares conjuntos, acordos de segurança e declarações políticas que visam ampliar a influência de ambos os países na Ásia-Pacífico, uma das regiões mais estratégicas e disputadas do planeta. Eventos como os exercícios navais no Mar da China Meridional em 2016 e o Vostok-2018 (maior exercício militar da história da Rússia com participação chinesa) demonstram não apenas o aprofundamento da confiança mútua, mas também a disposição dessas potências

em contrabalançar a presença e a influência dos Estados Unidos e seus aliados no Indo-Pacífico.

A região do Indo-Pacífico tem se consolidado como um dos epicentros das transformações geopolíticas contemporâneas, sendo palco de disputas estratégicas que envolvem as principais potências globais. Nesse contexto, a cooperação entre China e Rússia tem ganhado destaque por representar um movimento significativo de contestação à ordem internacional vigente, tradicionalmente liderada pelos Estados Unidos e seus aliados regionais, como Japão, Coreia do Sul e Austrália. A intensificação dos exercícios militares conjuntos, o fortalecimento das capacidades navais e a convergência diplomática entre Pequim e Moscou configuram um novo vetor de poder que tem impactos diretos na estabilidade e segurança do Pacífico.

Dessa forma, a presente pesquisa temática com o objeto o analisar o impacto da cooperação militar e naval sino-russa sobre o equilíbrio de poder e de segurança na região do Pacífico. A escolha do tema se justifica pela relevância estratégica da aliança entre China e Rússia no atual cenário internacional, especialmente diante do declínio relativo da hegemonia norte-americana e da intensificação das disputas por influência global. Para tanto, esta pesquisa busca, em primeiro lugar, investigar a origem e o desenvolvimento da Aliança Sino-Russa, com atenção ao contexto histórico da relação bilateral e à identificação das motivações e limitações que moldam sua parceria militar. Em seguida, pretende-se analisar individualmente a construção naval da Federação Russa e da República Popular da China, observando os avanços tecnológicos e estratégicos de cada país.

A pesquisa também se propõe a examinar o início da cooperação naval entre os dois Estados e seu desenvolvimento, com o intuito de compreender as capacidades estatais de projeção de soberania no espaço marítimo. Além disso, objetiva-se analisar as repercussões dessa aliança para a ordem internacional, sobretudo no que diz respeito à rivalidade com a dominância ocidental, liderada pelos Estados Unidos e seus aliados. Por fim, o estudo visa avaliar de que maneira essa cooperação molda as estratégias de segurança regional e investigar suas implicações para a segurança internacional de forma mais ampla. O estudo do impacto dessa aliança, portanto, contribui para a compreensão das dinâmicas contemporâneas de poder e das novas estratégias de segurança que emergem em contraposição à crescente influência sino-russa no cenário global.

Com isso, a hipótese central do trabalho é a de que essa aliança representa um desafio concreto à ordem estabelecida, promovendo um novo modelo de segurança regional e contribuindo para a consolidação de uma ordem multipolar. A pesquisa propõe-se a compreender a lógica geoestratégica que sustenta sua cooperação e a maneira como ela molda a segurança regional e as dinâmicas internacionais de forma mais ampla.

Ademais, o recorte temporal deste trabalho compreende o período de 2001 a 2022. O ano de 2001 marca a assinatura do Tratado de Boa Vizinhança e Cooperação Amigável entre China e Rússia, considerado um ponto de mudança de direção na relação bilateral e o início de uma parceria mais sólida. Além disso, esse marco coincide com mudanças significativas na política internacional após os ataques de 11 de setembro, que redefiniram a atuação global dos Estados Unidos. Já 2022 representa um momento crucial, em que, mesmo diante da guerra na Ucrânia e do aumento das tensões internacionais, a cooperação militar e naval entre China e Rússia se intensifica, consolidando um alinhamento estratégico que desafia a hegemonia ocidental no espaço do Pacífico.

A relevância acadêmica deste trabalho reside, portanto, na necessidade de compreender as novas configurações de poder e segurança no sistema internacional, especialmente diante da ascensão de atores que contestam o status quo estabelecido no pós-Guerra Fria. Nesse sentido, o estudo propõe uma reflexão sobre as implicações dessa aliança para a estabilidade regional no Pacífico, o papel das potências emergentes e o futuro da ordem internacional. Assim, sendo relevante para a área de Relações Internacionais, pois a região do Pacífico é um ponto crucial de interesse global pela sua importância geopolítica e também econômica. Logo, a pesquisa contribui para a literatura acadêmica ao analisar as implicações dessa colaboração estratégica para a dinâmica do Oceano Pacífico, investigando um potencial deslocamento de poder na região e no mundo.

Para alcançar tal objetivo, a pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise bibliográfica de fontes primárias e secundárias, incluindo documentos oficiais, artigos acadêmicos, relatórios estratégicos e obras de referência nas áreas de Relações Internacionais, Geopolítica e Estudos Estratégicos. A metodologia também envolverá a articulação entre diferentes correntes teóricas, com destaque para o realismo ofensivo, o pós-colonialismo e as abordagens críticas sobre a ordem liberal ocidental.

A estrutura da pesquisa está organizada em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, é apresentada a fundamentação teórica, com foco na Geopolítica Clássica e nas teorias realistas, abordando os conceitos-chave que nortearão a análise ao longo do trabalho.

O segundo capítulo investiga a origem e o desenvolvimento da cooperação sino-russa, resgatando os fatores históricos e estratégicos que deram sustentação à aproximação entre os dois países.

O terceiro capítulo explora a construção naval e militar de China e Rússia, analisando suas capacidades tecnológicas, investimentos em defesa e objetivos estratégicos.

Por fim, o quarto capítulo analisa as projeções estratégicas no Pacífico, relacionando os movimentos sino-russos com os interesses e reações dos Estados Unidos e seus aliados, e discutindo as implicações contemporâneas para a ordem internacional.

As considerações finais apresentarão as conclusões do estudo e avaliarão se a hipótese proposta se confirma, além de discutir os possíveis desdobramentos futuros da aliança sino-russa para a política internacional.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: GEOPOLÍTICA CLÁSSICA E TEORIA DO REALISMO OFENSIVO E DEFENSIVO**

Este capítulo se propõe a construir uma base analítica e teórica para fundamentar a análise das dinâmicas contemporâneas de poder na atual formação multipolar do sistema internacional, a construção dessa base teórica permitirá uma avaliação das implicações das alianças estratégicas que estão se formando no contexto atual e como estas estão transformando a ordem global.

Dada a relevância das teorias geopolíticas clássicas para a análise das relações de poder ao longo da história, a primeira seção deste capítulo explora os conceitos da geopolítica clássica desenvolvidos por Alfred Mahan, Halford Mackinder e Nicholas Spykman, cujas teorias oferecem uma perspectiva sobre o papel estratégico dos mares e regiões terrestres na configuração do poder global. Assim, o capítulo explora como suas teorias continuam a oferecer um entendimento crucial sobre como a geografia, o controle de regiões e o poder naval moldam as relações internacionais e a ordem do poder global na contemporaneidade.

Em seguida, na segunda seção, serão abordados os princípios de Realismo Ofensivo e Realismo Defensivo, apresentados por John Mearsheimer e Kenneth Waltz, para compreender como as ações de grandes potências orientam suas ações no sistema internacional pela busca constante pela maximização de poder, influência e segurança. Para mais, essas teorias oferecem uma análise das motivações dos Estados, marcadas pela constante competição por poder e proteção no Sistema Internacional, onde o equilíbrio de poder e a autopreservação determinam as estratégias da política externa. Assim, essas perspectivas são fundamentais para compreender as motivações dos Estados em um cenário cada vez mais multipolar e competitivo.

Posteriormente, a última seção deste capítulo visa explorar as inter-relações entre a Geopolítica Clássica e a Teoria Realista, destacando como essas abordagens se entrelaçam na visão analítica das dinâmicas de poder no sistema internacional para uma compreensão das motivações dos Estados e das estratégias que as nações adotam para alcançar suas ambições. Esse enfoque integrado permite uma compreensão das forças que moldam o comportamento dos Estados no Sistema Internacional.

## 2.1 Base conceitual da Geopolítica Clássica: Revisão Teórica de Mackinder, Spykman e Mahan

Antes de entender como as potências mundiais agem no cenário internacional, é importante compreender o que é a geopolítica. De forma geral, a geopolítica estuda como o espaço geográfico influencia as decisões políticas e estratégicas dos Estados. Ou seja, ela busca explicar como fatores como localização, território, acesso ao mar, recursos naturais e fronteiras afetam o comportamento dos países. A geopolítica ajuda a entender por que certos lugares do mundo são disputados, por que existem alianças e rivalidades, e como as grandes potências usam o espaço para garantir segurança, influência e poder. Ao longo do tempo, vários pensadores contribuíram para esse campo de estudo, oferecendo diferentes formas de analisar a relação entre política e espaço geográfico.

A geopolítica, termo introduzido pelo cientista político Rudolf Kjellén, pode ser descrita como o estudo e a prática do poder internacional ao considerar seu impacto e dinâmica dentro do espaço geográfico, sendo a interseção entre o espaço e o poder. Portanto, podem existir dentro da geopolítica duas manifestações cruciais do ponto de vista analítico. Em primeiro lugar, a estrutura do poder global são os padrões de competição entre as grandes potências, moldando a configuração estratégica dos espaços. E, em segundo lugar, a localização geográfica dos Estados, representando um fator essencial para a formulação de suas políticas geoestratégicas e para gestão de seus interesses geopolíticos (Baracuhy, 2021).

Para Baracuhy (2021):

A Geopolítica Clássica terá seu impacto mais profundo e duradouro com Mahan, Mackinder e Spykman. Neles vamos encontrar os elementos da Geopolítica como uma forma de pensamento e análise estratégica. Mackinder foi o primeiro, a partir de 1904, a formular conscientemente mapas geopolíticos do mundo como instrumentos analíticos e estratégicos, a partir das condições do poder internacional e das circunstâncias históricas. É, por isso, com razão, considerado o fundador da Geopolítica moderna. Ganham forma nos escritos de Mahan, Mackinder e Spykman, mais do que os “projetos geopolíticos” que inevitavelmente contém, os elementos de uma análise geopolítica do poder internacional. (Baracuhy, 2021, p. 57)

Na obra “Geografia e Política” de Iná Castro, a autora descreve o desenvolvimento da Geografia Política e defende a divisão da disciplina e o conceito político, já que são termos diferentes e possuem funções distintas. Para a autora, os conflitos presentes na sociedade são originados a partir das relações sociais entre os diferentes grupos, na tentativa de estruturar o território em que vivem de acordo com seus próprios interesses. É nesse contexto que o campo de estudos da Geografia Política aparece, nas relações entre o território e a política (Castro, 2005).

Reitero que a geografia política analisa como os fenômenos políticos se territorializam e recortam espaços significativos das relações sociais, solidariedades, conflitos, dominação e poder. [...] Para a análise desses espaços, o recurso ao artifício metodológico da escala tem sido uma perspectiva adequada porque identifica o significado das escalas de ação institucional e os recortes territoriais produzidos por esta ação. (Castro, 2005, p. 53).

Na obra de Pierre Celerier, “Geopolítica y Geoestrategia”, o autor expõe fatores presentes no estudo da Geopolítica, que, de acordo com Celerier, são fundamentais para separarem a Geografia do conceito da Geografia Política. Dessa forma, ele divide estes fatores em estáveis e variáveis, explicando-os dentro de um contexto político-geográfico. Segundo o autor, os fatores estáveis são: o espaço e suas divisões; a extensão a estrutura física; a configuração; o território; a posição; a posição marítima e as ilhas. Já os fatores variáveis são exemplificados por ele como: os recursos naturais, as fontes de energia e as estruturas políticas e sociais.

Em “Geopolítica e Relações Internacionais”, Carvalho apresenta a intervenção militar na América Latina, durante o século XX, o cenário do isolamento japonês e a situação da Europa para exemplificar os dois conceitos abordados. Ao tentar explicar as Relações Internacionais, o autor se depara com a interdisciplinaridade e aponta a impossibilidade da explicação. Assim, Carvalho cita Yves Lacoste ao expor que a Geopolítica atuaria melhor como uma disciplina para as Relações Internacionais, ao invés de um conceito político. Dessa forma, para o autor, a Geopolítica é a relação entre o espaço geográfico e a política, ou seja, como a geografia física do Estado afeta as relações e ações humanas. Carvalho conclui exprimindo a dificuldade de se analisar e definir a Geopolítica, mas é algo extremamente necessário para o mundo atual, pois a partir dessas análises é possível prever situações políticas e econômicas dos Estados (Carvalho, 2010).

Em suma, através da geopolítica, é possível analisar a competição entre grandes potências e como fatores geográficos condicionam as ações dos Estados e sua capacidade de projeção de poder. O estudo da geopolítica oferece uma capacidade analítica indispensável para a interpretação das intenções das potências globais, principalmente em um mundo multipolar onde as fronteiras físicas e políticas são constantemente contestadas.

O geógrafo britânico Halford Mackinder, um dos fundadores da geopolítica clássica ao lado de Spykman e Mahan, introduziu uma nova forma de análise geopolítica baseada na importância das regiões terrestres e sua influência nas disputas pelo poder global, influenciando o pensamento estratégico ao longo do século XX. Assim, contrapondo-se às ideias da época, Mackinder desenvolveu os fundamentos de sua Teoria do Heartland, em “The Geographical Pivot of History”, não apenas se guiando por uma perspectiva acadêmica, mas se apoiando também em uma abordagem política. Por Heartland, Mackinder refere-se a vasta região geográfica na região central da Eurásia, compreendendo a área central da Europa Oriental e da Rússia, nomeada de Área Pivô (Rodrigues, 2018).

Na sua fundamentação ideológica Mackinder (2004) afirma que:

Quem comanda a Europa Oriental comanda o Heartland: Quem comanda o Heartland comanda a Ilha-Mundo: Quem comanda a Ilha-Mundo comanda o Mundo. (Mackinder, 2004)

Nesse contexto, a teoria de Mackinder, que influenciou a geopolítica do século XX, sublinha a importância estratégica da Eurásia no cenário geopolítico global; assim, o autor acreditava que o controle da região era a chave para alcançar o controle mundial, pois essa Área Pivô era caracterizada pela posição geográfica vantajosa pelos recursos naturais e pelas suas defesas, como montanhas ou desertos que ofereciam proteção contra invasões externas. Por isso, o controle dessa região seria a chave para comandar a “Ilha Mundo” por causa de sua impenetrabilidade e autossuficiência.

O conceito de Mackinder introduz a ideia de que, mais do que fatores econômicos ou ideológicos, são as condições geográficas que determinam, em última instância, as dinâmicas de poder e as alianças estratégicas no cenário internacional. Em resumo, a geografia é um fator básico e fundamental que molda

as ações e estratégias das grandes potências, formando as limitações de expansão e dominação. (Rodrigues, 2018).

Nicholas Spykman, um dos principais teóricos da geopolítica clássica, trouxe uma contribuição fundamental ao analisar as disputas territoriais e as relações de poder no sistema internacional. Em constatado de Mackinder, que destaca a centralidade do Heartland para o controle global, Spykman introduziu o conceito de Rimland como a área estratégica vital.

Ao determinar as disputas territoriais como um elemento central na análise política internacional e na formulação das grandes estratégias americanas contemporâneas, enquanto investigava o mapa mundial e os dois mares ao longo do continente euro-asiático e dos Estados Unidos, Spykman (2008) identificou uma área estratégica de poder mundial que pode compensar a posição dominante do continente euro-asiático e é vital para a política de segurança dos EUA, o Rimland, que seria as faixas costeiras da massa continental euro-asiática. Assim, não só o Heartland seria de importância para a geopolítica e o controle global, mas também o Rimland que seria a costa da Eurásia (Mackinder, 1996).

Logo, segundo Spykman, o Rimland serve como zona de transição entre o poder marítimo e o poder terrestre, sendo fundamental para a dinâmica de poder global. Durante a Guerra Fria, a disputa e o controle de Rimland foi o centro crucial da disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética e hoje é o centro crucial das disputas com a Rússia e a China. Para os Estados Unidos, frear o expansionismo na Eurásia empurrando a primeira linha de defesa dos EUA para a fronteira com a Eurásia e estabelecendo alianças militares com as nações desta região é uma parte fundamental de sua segurança (Brigola, 2022)

Segundo Spykman, os esforços estratégicos dos Estados Unidos devem ser direcionados à política externa intervencionista. Conforme mencionado acima, a extensa estratégia dos Estados Unidos será baseada na teoria de Rimland, levando ao desenvolvimento do poder aéreo naval e da supremacia no oceano. Assim, considerando que as condições geográficas de um país determinam o princípio de sua estratégia de segurança, é vital que a segurança dos Estados Unidos ultrapasse suas fronteiras geográficas. Portanto, a linha de defesa estadunidense não estaria no território norte-americano, mas nas duas costas do continente euro-asiático (Brigola, 2022).

Alfred Mahan originou os primeiros estudos realizados para conhecimento dos princípios do poder marítimo; assim, Mahan centrou sua teoria política na importância do poder naval, desenvolvendo suas ideias no final do século XX sendo influenciado profundamente pela estratégia naval ao acreditar que o domínio dos mares era essencial para a projeção de poder de um país. Segundo Mahan (1890):

À medida que uma nação, com seu transporte desarmado e armado, se lança de seu próprio litoral, logo sente a necessidade de ter à sua disposição locais de confiança para que seus navios possam comerciar pacificamente, se refugiar e conseguir suprimentos. Nos dias atuais, portos amigáveis, embora estrangeiros, podem ser encontrados em todo o mundo, e seu abrigo é suficiente enquanto a paz prevalece. (Mahan, 1890, p.84)

Logo, segundo Violante (2015), a visão de Mahan sobre o poder marítimo se apoia em três aspectos políticos e econômicos fundamentais. Primeiro, ele enfatiza a necessidade de uma economia forte e na capacidade de um país de produzir bens para o comércio. Em segundo lugar, Mahan destaca a importância do “shipping”, destacando o papel do transporte marítimo e sua base fundamental para o comércio e a economia. Por fim, ele enxergava as colônias como pontos estratégicos para troca de produto e de fornecedores de bases para a importação (Violante, 2015).

Claude Berube (2024), desafiando a interpretação convencional das ideias de Alfred Mahan, argumenta que a tese fundamental de Mahan não era “defender uma frota maior apenas para aumentar o status da sua instituição ou por um militarismo exacerbado”, mas de destacar a conexão entre os serviços navais e a economia global. O papel de uma marinha, então, era estrangulando o comércio do inimigo, e não necessariamente destruir sua frota (Berube, 2024).

## 2.2 Princípios do Realismo Ofensivo e Realismo Defensivo: Revisão Teórica de Mearsheimer e Waltz

Segundo Mendes (2019), o realismo é uma das teorias mais conhecidas e, ao mesmo tempo, mais contestadas dentro da disciplina de Relações Internacionais. Em essência, o realismo é uma teoria estrutural que analisa a dinâmica competitiva de distribuição de capacidades materiais de poder dentro de um sistema anárquico, fazendo com que os Estados ajam e reajam em uma lógica de concentração de

poder buscando preservar ou alterar a ordem internacional; sendo esta bipolar ou multipolar (Mendes, 2019).

De acordo com Mendes (2019):

Embora atualmente já não exerça, como aconteceu no passado, um domínio hegemónico na disciplina, o realismo continua a ser uma teoria importante. Com o fim da Guerra Fria e do bipolarismo, o realismo sofreu muitas críticas chegando mesmo a ser considerado um paradigma degenerativo. Apesar das críticas, e de mais uma sentença de morte, o realismo no pós-Guerra Fria conseguiu desenvolver novos argumentos teóricos e provar a sua resiliência enquanto uma das teorias principais em RI. Esta resiliência, aliás, deve muito ao que designamos por capacidade empática da teoria. Contudo, mesmo dentro do realismo foi patente algum desconforto com as limitações do neorealismo, o que originou um retorno a algumas ideias do realismo clássico e ao surgimento do neorealismo clássico, bem como ao reaparecimento da divisão entre o realismo ofensivo e realismo defensivo. (Mendes, 2019, p.2)

Segundo o Realismo, a guerra é necessária para gerar um novo equilíbrio de poder e, assim, garantir uma paz segura, ou seja, estabelecer um novo ponto de equilíbrio entre os Estados vencedores do conflito. A teoria do realismo neoclássico, no entanto, é uma vertente do realismo que considera os fatores domésticos do Estado importantes para sua atuação no sistema internacional. Os teóricos neoclássicos, ainda, defendem a importância de uma análise das crenças e personalidade dos tomadores de decisão.

O teórico John Mearsheimer determina que o sistema internacional é caracterizado pela sua estrutura, sendo ela anárquica e competitiva. Sendo anárquica pela ausência de uma autoridade central que regule as relações entre as nações, dessa forma, ao não existir uma autoridade para governar as interações entre os Estados, os Estados são movidos pela procura de poder e segurança, além de se comportarem de forma a maximizar seus próprios interesses, gerando concorrência e conflito para a garantia da sua sobrevivência (Mearsheimer, 2001).

Logo, os Estados procuram manter um equilíbrio de poder para garantir a sua segurança e se preocupam em formar alianças para que consigam manter o equilíbrio global e prolongar sua sobrevivência. Os Estados, então, se preocupam com a autoajuda e sua sobrevivência, causando um dilema de segurança, pois os esforços dos estados para aumentar sua segurança podem desencadear a insegurança de outros Estados. Desta forma, esse cenário de insegurança resulta na existência de guerras e competições, como corridas armamentistas, entre Estados.

Portanto, o realismo estrutural passa a avaliar a estrutura do Sistema Internacional, observando como ela irá modificar o comportamento dos Estados através de sua socialização e competição. Assim, Mearsheimer (2001) argumenta que o sistema internacional é caracterizado por estados poderosos envolvidos na competição de segurança e, para combater os agressores, as potências agressivas empregam estratégias de equilíbrio e de contra-ataque. Logo, a parceria e cooperação entre China e Rússia serve como resposta à percepção de ameaças externas, em busca de competir a favor de sua sobrevivência e do equilíbrio regional.

Ademais, Mearsheimer, em sua obra *The Tragedy of Power Politics*, aponta a existência de tropas estadunidenses espalhadas em diversos territórios do mundo, tendo em vista que no Sistema Internacional pós-Guerra Fria ainda existem guerras e competições por segurança entre Estados. O autor ainda afirma que as grandes potências sempre irão competir entre si, variando apenas a intensidade. Dessa forma, o objetivo dos Estados é buscar hegemonia, logo as potências sempre viverão nessa competição cíclica por poder.

Nas palavras de Mearsheimer (2001):

o poder é o único meio de o Estado garantir a sua sobrevivência; o objetivo de toda potência, assim, é a hegemonia global. (Mearsheimer, 2001, p.103)

Logo, Mearsheimer, ao examinar o sistema internacional sob a ótica do realismo ofensivo ou neorealismo estrutural, enxerga que o sistema internacional é anárquico por natureza e marcado pela competição constante entre os Estados. Mearsheimer afirma que o objetivo final de todos os Estados é a procura pela maximização do seu poder; o autor fornece uma base analítica para a compreensão das dinâmicas de poder, enfatizando o papel das alianças e da constante busca pela hegemonia como fatores centrais na política global. Para Mearsheimer (2001) a configuração do sistema é baseada na competição da segurança dos Estados potências e, para lidar com os agressores, as potências agressivas, são usados os meios de balanceamento, entendido como o conjunto de estratégias em que um Estado ou grupo de Estados tentam contrabalançar e equilibrar o poder de uma potência a fim de garantir a estabilidade no Sistema Internacional, e *buckpassing*, sendo o conjunto de estratégias em que o Estados procura evitar a responsabilidade de enfrentar diretamente uma ameaça empurrando tal responsabilidade para outro

Estados. Portanto, de acordo com Mearsheimer, dentro do sistema internacional os Estados empregam estratégias de contra equilíbrio para garantir sua sobrevivência em um ambiente competitivo, sendo essas estratégias ativas ou passivas quanto a sua abordagem (Mearsheimer, 2001).

Já o teórico Kenneth Waltz, um dos grandes autores da corrente realista, acredita que, no cenário internacional, os Estados são atores individuais que buscam sua própria sobrevivência e, em última instância, o controle global. O realismo neoclássico foca, então, na interação entre os fatores sistêmicos e domésticos para explicar o comportamento das nações. Logo, Waltz passa a defender o equilíbrio de poder e a ideia que este deveria ser compreendido como um resultado natural do funcionamento do sistema internacional anárquico.

Assim, a teoria de equilíbrio de poder de Waltz analisa os resultados das ações não coordenadas entre os Estados; logo, o futuro de cada Estado é determinado por sua reação às ações de outros. Por isso, a ameaça de conflitos armados estimula a competição entre os Estados por capacidades e recursos; assim, por mais que um Estado evite entrar em conflitos, ele será pressionado a reagir pela ação de outros Estados que buscam a manutenção ou aumento de seu poder no sistema. Por isso, Waltz sugere uma análise do sistema de Estados, argumentando a falta de uma autoridade superior para evitar e resolver os conflitos que surgem torna a guerra algo inevitável (Das Graças Corrêa, 2017).

Waltz acreditava que, para que o Equilíbrio de Poder fosse uma Teoria das Relações Internacionais, ele não deveria depender dos Estados. Em vez disso, uma teoria das RI deveria se concentrar no sistema, o equilíbrio de poder não depende das escolhas racionais e conscientes dos Estados, mas emerge como um resultado inevitável da anarquia do SI. Assim, independente das escolhas dos Estados, o Sistema regressaria a um resultado específico pela sua própria natureza, o equilíbrio de poder, pois a estrutura internacional é o fator determinante que molda e limita as escolhas dos Estados. Assim, a busca pela segurança individual acabaria por produzir uma espécie de estabilidade sistêmica, onde o poder se distribuía de maneira a impedir a hegemonia de uma só potência (Waltz, 1979).

### 2.3 Geopolítica Clássica e Realismo: onde as duas teorias se complementam

A teoria do Heartland foi uma advertência às potências europeias e ao Reino Unido ao indicar o período de uma potência continental controlar a Área Pivô, determinado por Mackinder. De acordo com Rocha e Albuquerque (2014), a teoria de Mackinder auxiliou a prever os movimentos estratégicos das potências euro-asiáticas em duas grandes guerras mundiais entre 1914 e 1945, com a Alemanha representando o poder terrestre e a Inglaterra representando o poder marítimo, assim a teoria de Mackinder foi um conceito importante nas dinâmicas de poder do início do século XX.

Após esse período, a teoria também explica as dinâmicas durante a Guerra Fria, momento em que a União Soviética sucedeu a Alemanha na disputa pelo controle do Heartland. A corrida armamentista e o controle de regiões periféricas da União Soviética, durante a Guerra Fria, mostraram a centralidade dessa região na geopolítica (Rocha e Albuquerque, 2014).

Portanto, segundo Rodriguez (2018):

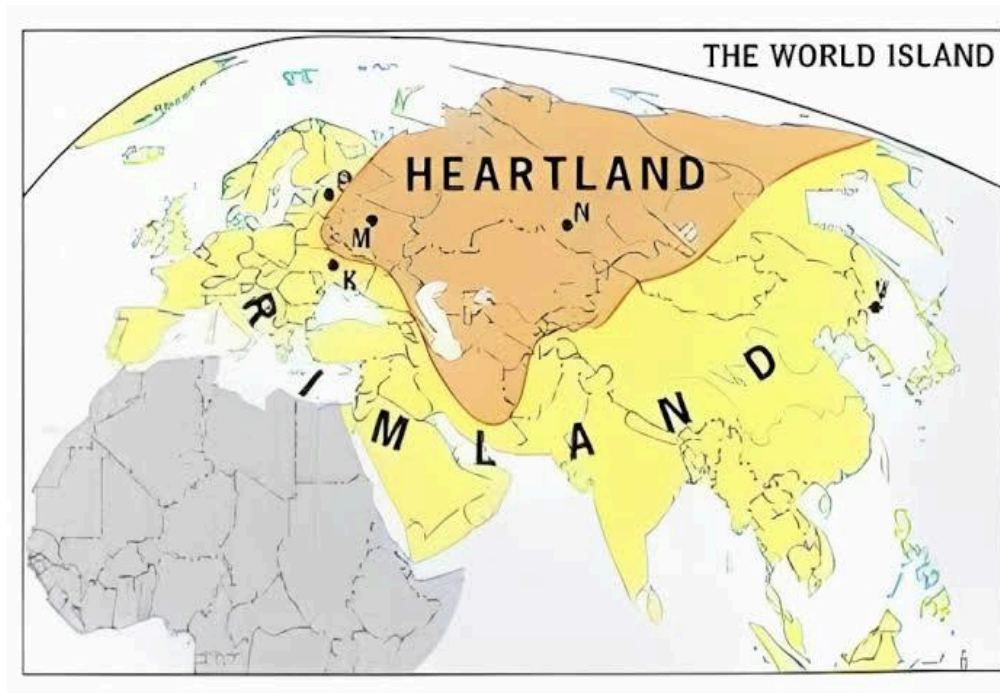
Os ecos criados pela teoria de Mackinder, a partir da publicação em 1904 de *The Geographical Pivot of History*, estão presentes até hoje nos principais círculos estratégicos, englobados por teóricos e políticos. A Eurásia, identificada por Mackinder como *World- Island*, continua sendo o palco onde o poder mundial é disputado pelas potências. Mackinder introduziu o conceito de sistema político fechado, isto é, a ideia de que qualquer alteração política ocorrida em qualquer lugar do mundo altera a posição relativa dos demais agentes. Hoje em dia, essa ideia parece ser óbvia devido à globalização, resultado do avanço tecnológico nos setores de informação e comunicação, porém na sua época as relações eram vistas, sobretudo, de forma regional. (Rodriguez, 2018, p.16)

Portanto, mesmo que o contexto geopolítico contemporâneo seja distante do que na época em que Mackinder escreveu sua teoria, o Heartland mantém sua importância geoestratégica, apesar de terem sido inseridas outras dinâmicas para a região. Em termos econômicos e energéticos, a Rússia se beneficia por usar os recursos naturais da região, principalmente o gás natural. Enquanto, em termos geopolíticos e comerciais, a área persiste em ser uma região estratégica para países, em especial China e Rússia, que procuram aumentar seu poder e influência nessa área.

Seixas (2017) relembra que Mackinder argumentava que o Estado que controlava o Heartland poderia, por meio da infraestrutura, especialmente por ferrovias, alterar a balança de poder a seu favor. Portanto, os vastos recursos

disponíveis em conjunto com a capacidade de mobilizá-los de forma eficiente, possibilitaria a maior proteção e poder a esse Estado.

FIGURA 1 - Mapa do Heartland e Rimland



Fonte: Brasil Energia (2020)

Como mostra o mapa, a teoria do Heartland de Mackinder posiciona essa vasta região do interior da Eurásia como o centro geoestratégico do mundo, cercado pelo Rimland, a zona costeira que conecta Europa, Oriente Médio e Ásia Oriental. Logo, é importante destacar a relevância da região, como o próprio Mackinder enfatizava, como um corredor de transporte, projetos como ferrovias e oleodutos transcontinentais tornam a região com um ponto essencial de relevância comercial internacional. Nesse sentido, a Iniciativa do Cinturão e a Nova Rota da China seriam esforços para conectar a Ásia, Europa e África por rotas que atravessam o Heartland.

Ademais, Freitas (2022), retomando a importância da região geoestratégica do Heartland como região estratégica, rica em recursos naturais e com grande potencial agrícola, defende a retomada da teoria de Mackinder para a análise de conflitos contemporâneos. Colocando o conflito entre Rússia e Ucrânia como objeto de estudo, o autor afirma que a teoria clássica da geopolítica, continua a oferecer uma importante visão para a análise de conflitos atuais. Pois, ao observar o mapa

mundi segundo a perspectiva de Mackinder, percebe-se que a Ucrânia ocupa uma posição estratégica no Heartland, transformando a região do país como uma área relevante para a geopolítica. O controle do Heartland segue sendo um tema na geopolítica moderna, com o Ocidente (em especial, Estados Unidos e OTAN) almejando conter a influência russa na região (Seixas, 2022).

Segundo Freitas (2022), a busca por influência econômica e militar sobre os países do leste europeu representa uma disputa política pela supremacia global, que representa o antigo enfrentamento ideológico durante a Guerra Fria, embora agora seja mais complexo devido ao impacto da globalização.

O realismo ofensivo e o realismo defensivo oferecem concepções para atualizar as teorias geopolíticas clássicas, auxiliando nas interpretações atualizadas da teoria do Heartland e da teoria do Rimland. O realismo ofensivo, como defendido por Mearsheimer, propõe que os Estados procuram a maximização de seus poderes em um sistema internacional anárquico. Nessa perspectiva, o realismo oferece um quadro interpretativo para compreender a competição por influência na Área-Pivô do Heartland, explicando a ambição e agressão de potências a fim de expandir sua influência nesta região. Nesse contexto, Seixas (2022) comenta que:

[...] O segundo objetivo é desenvolver a infraestrutura regional com o intuito de reduzir gargalos de transporte e fortalecer elos comerciais na Ásia-Pacífico. Desta forma, a China facilitaria o escoamento de sua exportação de bens industrializados para outros mercados. Com a crescente ascensão das companhias chinesas na cadeia de valor – de automóveis a celulares – o país espera em breve competir com empresas ocidentais e japonesas na produção de bens de maior valor agregado. Ao reduzir gargalos, Pequim espera abrir as portas para tecnologias, marcas e produtos chineses que, por ora, permanecem fechados devido à falta de infraestrutura de transporte ligando as nações que farão parte da OBOR. Ao mesmo tempo, a China procura garantir maior segurança na sua importação de commodities estratégicas, como petróleo e minério de ferro. Dito de outra forma, Pequim está em vias de desenvolver um projeto de infraestrutura regional que colocaria a China no seu centro, facilitando o comércio e aumentando a influência estratégica do país sobre a região. (Seixas, 2022, p.22)

Assim, a China molda um projeto que, ao conectar diversas nações por meio de uma rede de transporte, potencializa sua influência econômica e política na região do Heartland. Essa iniciativa tem sido visualizada através de projetos do governo chinês como a Nova Rota da Seda, que visa criar um sistema abrangente de infraestrutura intercontinental. Pois uma construção de infraestrutura eficaz elimina obstáculos logísticos e amplia suas capacidades comerciais, além de fortalecer sua segurança em relação a importação de commodities, como petróleo.

Assim, esses projetos ampliam a relevância comercial, econômica e política da China, além de criar uma dependência econômica recíproca com seus países parceiros, desafiando a ordem de poder já estabelecida por potências tradicionais.

Quanto ao Rimland, definido pelo teórico Spykman, permanece como um elemento crucial na análise das relações internacionais por sua proximidade aos principais centros de poder global, podendo influenciar o equilíbrio de forças no sistema internacional. No contexto da região do Pacífico, o Rimland abrange países do sul e sudoeste asiático, sendo eles o Japão, Filipinas e a Indonésia, além dos litorais orientais da China (provinciais, como Guangdong, Zhejiang, Fujian e Shanghai) e os litorais orientais russos (como Vladivostok e as ilhas Kurilas) (Spykman,2008).

A inter-relação entre as potências no Rimland e suas estratégias para manter e desafiar o equilíbrio de poder revelam como a luta pela influência e segurança molda o cenário internacional. Spykman argumenta que a dominação do Rimland é essencial para garantir o controle sobre o Heartland e, conseqüentemente, o domínio global. Assim, a busca da Rússia e da China por influência pela região do Rimland é interpretada como uma manifestação do equilíbrio de poder.

Ademais, para entender a nova reorganização mundial e, conseqüentemente, a criação do BRICS é importante considerar o contexto de crises econômicas que afetaram as potências europeias e a hegemonia norte-americana. Assim, a crise que afeta a União Europeia é complexa e multifacetada, manifestando-se em diversos setores, sendo a crise da dívida um dos fatores principais. Embora esta tenha impactado todas as grandes economias europeias, o epicentro dessa crise localizou-se nos países periféricos da zona do euro, os PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha). Os países não conseguiram conter essa crise, o que ocasionou na sua escalada e na imersão da crise da dívida soberana na zona do euro (Gastal, 2017). Segundo Gastal (2017):

A necessidade de financiamento desses governos para evitar uma moratória que minaria o Sistema Financeiro da zona do euro era iminente. A Alemanha, líder econômico do bloco e credor financeiro, junto com a troika, interveio. Assim, o mantra alemão de “austeridade como única solução”<sup>10</sup> aplicado a todos os países que pediram ajuda. A obsessão por problemas fiscais, como na época da constituição da zona do euro, dominou o debate e as condições exigidas das nações devedoras focaram em consolidar os orçamentos públicos a qualquer custo e o mais rápido possível. Entretanto, nos últimos anos a política de austeridade europeia tem sido contestada. Em um período de recessão generalizada, o encolhimento de gastos do

governo em uma economia que necessita estímulo agrava a crise em nome da estabilização dos orçamentos públicos. (Gastal, 2017, p.83)

A combinação de vulnerabilidades econômicas, desafios políticos e tensões sociais passaram a atormentar o projeto europeu no contexto pós Guerra Fria, refletindo na busca por estabilidade econômica da zona do euro e também na tentativa da Alemanha de preservar e expandir sua influência sobre os demais membros da zona do euro.

Frente a crise econômica e social, a tendência predominante, na sociedade europeia, foi a ascensão da extrema-direita, caracterizada pelo nacionalismo. Os imigrantes que habitam a Europa passaram a ser vistos como uma ameaça e responsáveis pelas dificuldades que a Europa passava. Segundo Gastal (2017), os ataques terroristas ocorridos dentro da Europa, juntamente com a crise de refugiados, proporcionou um período de discursos de ódio de caráter xenofóbico e antiglobalização. Dessa forma, após o Brexit, diversos grupos defenderam a saída de seus países da União Europeia e isto serviu como um catalisador para o debate da utilidade da integração europeia (Cadore; Theodoro; Oliveira, 2017).

Após o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos consolidaram sua posição como a principal potência global, porém a própria expansão da agenda norte-americana promoveu uma descentralização do poder no Sistema Internacional. De acordo com Cadore, Theodoro e Oliveira (2017), o mundo vive um período de transição e crise entre ciclos hegemônicos e, apesar do surgimento de novas potências, os Estados Unidos ainda mantêm uma influência significativa no sistema internacional (Cadore; Theodoro; Oliveira, 2017).

O Sistema Internacional passa, atualmente, por uma crise de troca de hegemonia. Os Estados Unidos ainda são o Estado preponderante no Sistema Internacional. Contudo, essa primazia mostra-se abalada, de forma que a ascensão de outros atores – dentre os quais se pode destacar a China – dá-se de forma contínua e crescente. (Cadore,; Theodoro; Oliveira, 2017, p. 17)

Com a ascensão do conservadorismo e com a eleição de Donald Trump em 2016, o cenário interno dos EUA se agravou com o fortalecimento do nacionalismo e xenofobia. Dessa forma, houve uma modificação na política externa estadunidense que passou a se distanciar de políticas multilaterais. Ademais, o foco passou a ser mais doméstico, o que abriu espaço para as potências emergentes como China e

Rússia expandirem suas esferas de influência. Desse modo, embora os Estados Unidos continuem a ser a principal potência, seu poder vem sendo contestado pelas potências e blocos de alianças que emergem (Cadore, Theodoro; Oliveira, 2017).

De acordo com Salleh (2020), pensadores realistas identificaram que a unipolaridade norte-americana não haveria de durar e a ordem internacional do pós-Guerra Fria seria, e de fato está sendo, contestada por antigas e novas grandes potências, notadamente, Rússia e China, respectivamente.

Salleh (2020) aponta que:

Segundo Mearsheimer, essa hegemonia regional permite que o país dominante vá “espionando” os “quintais” ou regiões de outros países. A explicação de Mearsheimer é evidente na política externa dos Estados Unidos para o Oriente Médio e Norte da África, Sul e Sudeste Asiático, Europa Oriental, etc. Os Estados Unidos dominaram as Américas do Norte e do Sul, o que permitiu a eles posicionar-se ao redor do globo e interferir nos assuntos de outros países para sua própria popularidade. No entanto, o crescimento da influência chinesa na Ásia significa uma diminuição do poder e a eventual expulsão dos Estados Unidos da região. A consolidação completa do domínio da China na Ásia é uma das conquistas estratégicas críticas de sua ascensão como hegemonia regional. (Salleh, 2020, p.132)

Assim, de acordo com o autor, a China se aproveita do momento de declínio dos Estados Unidos e consolidou diversos meios estratégicos para ampliar sua influência no Leste asiático, estreitando laços com a Rússia e ampliando seu crescimento econômico. Além de ter liderado iniciativas a fim de consolidar um mercado de títulos baseado na Ásia para reduzir a dependência em mercados ocidentais. Ademais, ao observar o poderio militar dos EUA na região do Pacífico, é citado que em contraponto a China começou a ampliar sua influência política e econômica na Ásia, a ponto de fazer com que alguns países asiáticos (Malásia e Singapura) hesitaram em apoiar exercícios militares estadunidenses (Salleh, 2020).

Dentro desse contexto de declínio das grandes potências ocidentais, a criação do BRICS (formada inicialmente por Brasil, Rússia, Índia e China) representa um marco significativo nas transformações das relações de poder global. Assim, esse grupo emergente sintetiza um movimento mais amplo de ascensão das economias em desenvolvimento (Paulino, 2008). De acordo com Paulino (2008):

O sistema de governança global, representado por organismos como a ONU e, principalmente, a Organização Mundial do Comércio (OMC) é anacrônico, superado e carente de reformas profundas. A Organização Mundial do Comércio, que desde sua criação, em 1994, representa uma espécie de nova “Constituição da Economia Mundial” – como bem o definiu seu primeiro diretor geral, Renato Rugiero – está mais interessada em homogeneizar as regras internacionais de comércio, conforme os interesses das grandes corporações e dos países ricos. Deveria, ao contrário,

ocupar-se em gerir a interação entre as regras e as diferentes instituições nacionais, pois está mais do que demonstrado que a abordagem do “tamanho único”, representada pela “cláusula de entendimento único”, pedra angular daquela instituição, limita as opções políticas dos países em desenvolvimento e reflete as necessidades e exigências dos países poderosos. A capacidade de elaboração das políticas nacionais, elemento essencial para determinar a eficácia com que os países podem utilizar o comércio como para respaldar o desenvolvimento de longo prazo, encontra-se seriamente tolhida pelas regras daquela organização, verdadeiro “Leito de Procasto” ao qual todos devem se conformar independentemente de suas condições e necessidades particulares. (Paulino, 2008, p.4)

Assim, as tradicionais relações de equilíbrio de poder global estão se alternando e reconfigurando o cenário de hegemonia do sistema internacional. A criação do BRICS não é apenas um reflexo do aumento da influência econômica dessas nações, mas também uma resposta a um sistema internacional que não representa mais as dinâmicas e necessidades atuais do mundo em desenvolvimento.

Nos últimos dois séculos, a trajetória dos BRICS tem sido desigual, com suas relações mútuas sendo limitadas, exceto durante o período em que a União Soviética e a China buscavam a construção do socialismo. Individualmente, esses países experimentaram um retrocesso em sua participação nos fluxos globais de capital, comércio e tecnologia. Esse retrocesso, resultado de decisões políticas internas e crise econômicas, levou a um retorno de interação significativa entre os Estados (Bijos, 2014)

O BRICS se posiciona como uma aliança estratégica que procura redefinir a multipolaridade global, promovendo uma nova governança que possa levar em consideração as realidades e anseios dos países do Sul Global. Nesse contexto, segundo Bijos sobre os elementos positivos da importância do BRICS em nível internacional (2014):

Maior poder econômico e político desses países – um elemento fundamental, que, de certa forma retira um pouco o poder de influência do G-7, que integra os países mais ricos do mundo (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Inglaterra, Itália e Canadá). Sem dúvida nenhuma que há poucos anos atrás praticamente era impossível questionar o poderio desses sete países. Eles determinavam o que queriam em relação ao futuro da economia mundial e o que fazer com os países periféricos, como a aplicação de receitas de “controle dos gastos públicos”, “privatização”, “arrocho salarial dos trabalhadores”, etc. Parece que essa realidade mudou um pouco. O fraco crescimento econômico desses países nos últimos anos e a crise de 2008 afetou drasticamente os mesmos, diminuindo a arrogância dos líderes políticos desses países, agora dando mais ouvido aos pobres. (Bijos, 2014, p. 34)

Nesse contexto de transição do sistema internacional, o BRICS surge como uma força catalisadora de um novo arranjo multipolar que desafia a centralidade histórica do Ocidente. A ascensão da China como potência econômica e geopolítica, associada à consolidação estratégica de suas relações com a Rússia e ao fortalecimento de sua presença na Ásia, revela um esforço coordenado para construir um sistema mais autônomo em relação às estruturas dominadas pelos Estados Unidos e pela Europa. Nesse sentido, o BRICS não se limita a ser um agrupamento econômico, mas representa um projeto político alternativo que busca romper com a lógica unipolar e estabelecer novas formas de cooperação internacional, mais inclusivas e representativas das realidades do Sul Global.

Além disso, a crítica às instituições de governança global, como a OMC, reflete o esgotamento de um modelo que historicamente serviu aos interesses das grandes potências. Os países do BRICS compartilham o diagnóstico de que as regras comerciais e financeiras internacionais foram moldadas para favorecer os países desenvolvidos e as grandes corporações transnacionais, restringindo a autonomia dos países em desenvolvimento. Nesse sentido, o bloco se posiciona como voz ativa na defesa de reformas profundas nas instituições multilaterais, buscando ampliar a participação dos países periféricos nos processos decisórios globais e construir um sistema mais equitativo, que respeite a diversidade de modelos econômicos e sociais.

Desta forma, neste capítulo explorou-se a relevância da Teoria de Mackinder e sua concepção do Heartland, mesmo após mais de um século da sua formação, por ser um ponto focal na geopolítica contemporânea. Além disso, a teoria de Spykman sobre o Rimland destaca-se nas áreas do Pacífico ao servir como um espaço de transição entre as potências marítimas e terrestres. As teorias do realismo ofensivo e defensivo, conseqüentemente, oferecem um novo ângulo para a interpretação das dinâmicas geopolíticas clássicas, possibilitando uma atualização das idéias de Mackinder e Spykman.

Por fim, o fortalecimento do BRICS representa uma resposta coletiva às limitações do sistema internacional vigente e aponta para a construção de uma nova ordem baseada na cooperação Sul-Sul. Ainda que suas trajetórias nacionais sejam distintas e por vezes divergentes, os países do BRICS compartilham o objetivo comum de ampliar sua capacidade de influência global, diversificar parcerias

estratégicas e promover uma governança mais democrática. Ao desafiar a hegemonia tradicional do G7 e ao reivindicar maior protagonismo nas questões internacionais, o bloco evidencia a transição para um mundo mais interdependente, plural e menos centrado nos polos de poder tradicionais.

Portanto, a análise revela um cenário de reorganização geopolítica , onde a crise da União Europeia e o declínio da hegemonia norte-americana abrem espaço para a formação de grupos de cooperação de países não centrais, como o BRICS. Em especial, a aliança sino-russa destaca-se como um elemento central nas novas dinâmicas de influência global. Essa nova configuração multipolar aponta para um futuro em que as potências emergentes e suas alianças serão fundamentais para a definição das próximas etapas de governança global.

### **3 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA COOPERAÇÃO SINO-RUSSA**

A cooperação entre a China e a Rússia representa uma das articulações mais relevantes no cenário das relações internacionais contemporâneas, especialmente diante da ascensão de uma ordem multipolar e da crescente contestação à hegemonia ocidental liderada pelos Estados Unidos. Embora atualmente essa parceria seja percebida como uma aliança estratégica sólida, marcada por interesses geopolíticos e econômicos comuns, sua construção é resultado de um longo processo histórico repleto de tensões, rupturas e aproximações. Com origens que remontam aos primeiros contatos fronteiriços no século XVII, a relação sino-russa passou por diversas fases, desde conflitos territoriais até alianças ideológicas e disputas pela liderança do mundo socialista, que moldaram profundamente a maneira como os dois países interagem no presente.

Este capítulo apresenta uma análise dos fundamentos históricos e estruturais que moldam a cooperação contemporânea entre China e Rússia, no contexto das Relações Internacionais. Considerando a ascensão de uma ordem internacional multipolar e a crescente contestação à hegemonia ocidental liderada pelos Estados Unidos, torna-se essencial compreender como essa parceria foi construída ao longo de um processo histórico complexo, marcado por tensões, aproximações e rupturas.

Para isso, o capítulo adota uma abordagem que busca descrever os marcos da relação bilateral e analisar os fatores que aproximam e distanciam Moscou e Pequim em diferentes momentos da história.

Dessa forma, o capítulo está estruturado em três seções principais. A primeira oferece um panorama histórico das relações sino-russas, com ênfase nos marcos políticos e diplomáticos desde o período imperial até o pós-Guerra Fria. A segunda seção aborda as motivações estratégicas que sustentam a parceria contemporânea, considerando aspectos geopolíticos, militares e econômicos. Por fim, a terceira seção discute os desafios e limitações estruturais que ainda dificultam a consolidação de uma aliança mais formalizada e duradoura.

A construção dessa base teórica e analítica permite uma compreensão crítica e abrangente do desenvolvimento da cooperação sino-russa, ressaltando como fatores históricos, interesses políticos e transformações na estrutura do sistema internacional influenciaram as interações entre essas duas potências. Assim, o

capítulo contribui para o entendimento das dinâmicas estratégicas contemporâneas e dos rearranjos de poder globais no século XXI.

### 3.1 Panorama Histórico das Relações Sino-Russas

A compreensão da atual parceria estratégica entre China e Rússia exige uma análise minuciosa de suas raízes históricas, cuja complexidade se estende por múltiplos séculos de interações dinâmicas. Trata-se de duas civilizações milenares, cujas trajetórias foram moldadas por profundos legados culturais, experiências imperiais e disputas territoriais que, ao longo do tempo, influenciaram profundamente suas visões geopolíticas e a maneira como constroem alianças.

Esse passado compartilhado, repleto de rivalidades, acordos e reconfigurações estratégicas, fornece as bases para entender não apenas a natureza atual de sua cooperação, mas também os interesses mútuos que as aproximam em um cenário internacional em constante transformação. Por isso, faz-se necessário abordar o seu passado. Este capítulo propõe uma análise historiográfica das relações sino-russas, investigando os mecanismos estruturais que permitiram a transição de uma convivência marcada por antagonismos para uma cooperação geopolítica contemporânea sem precedentes.

Desde os primeiros contatos entre o Império Russo e a Dinastia Qing no século XVII, as relações bilaterais foram constituídas sob um paradoxo fundamental: a coexistência de rivalidade territorial e interdependência estratégica. Como demonstram os tratados de Nerchinsk (1689) e Kyakhta (1727), esse período inaugural já revelava a natureza ambivalente do relacionamento, onde disputas fronteiriças conviviam com arranjos comerciais meticulosos (Mancall, 1971).

O século XIX consolidou esse padrão, quando a expansão russa na Ásia Central colidiu com os interesses chineses, resultando em tratados desiguais como o de Aigun (1858) e Pequim (1860). Contudo ambas as potências mantinham um cálculo geopolítico compartilhado contra ameaças comuns, particularmente o imperialismo britânico e japonês. O desenvolvimento dessas relações ao longo do século XX, passando pela aliança sino-soviética e subsequente ruptura, até a normalização pós-Guerra Fria, revela padrões recorrentes de atração e repulsão.

Este estudo parte da premissa de que a parceria estratégica contemporânea não surgiu de forma repentina, mas é resultado de um processo histórico longo e com várias camadas. Ao longo do tempo, fatores geopolíticos, econômicos e culturais se combinaram de maneira específica para moldar o que podemos chamar de “sistemas de relações sino-russo”.

### 3.1.1 Período Imperial

As relações entre China e Rússia têm origens que remontam muito além das transformações do século XX, estruturando-se ao longo de séculos de interação contínua. Como observa Mark Mancall (1971), o contato entre os dois impérios, moldado tanto pela proximidade geográfica quanto por visões de mundo profundamente distintas, exigiu a criação de mecanismos específicos de convivência. Diferentemente das demais potências europeias que se aproximavam da China por vias marítimas e coloniais, a Rússia compartilhou com o Império Qing uma longa fronteira terrestre, o que favoreceu tanto o conflito quanto a diplomacia direta. Nesse contexto, enquanto o império russo representava a lógica ocidental cristã ortodoxa e comercial, os chineses baseavam sua estrutura político-social em fundamentos confucionistas, marcados por uma visão hierárquica da ordem internacional e uma desconfiança do comércio como valor social (Mancall, 1971).

Essa diferença de perspectivas não impediu, porém, que os dois estados encontrassem formas de coexistência, como os tratados fronteiriços do século XVIII, que instituíram um *modus vivendi* funcional diante de um cenário ideológico tenso. É justamente essa longa trajetória de disputas, adaptações e negociações que torna a relação sino-russa um caso particular na história das relações internacionais. Longe de ser um vínculo recente ou meramente pragmático, a parceria entre Moscou e Pequim está enraizada em estruturas históricas profundas, cujos ecos ainda influenciam a forma como os dois países interagem no cenário contemporâneo (Mancall, 1971).

Ao analisar a particularidade do contato sino-russo dentro o do quadro mais amplo da expansão ocidental, Mancall (1971) aponta:

A Europa e o Extremo Oriente só se encontravam territorialmente ao longo da fronteira entre a Sibéria e o Império Manchu. Enquanto outros Estados europeus se encontravam com a China nos seus navios comerciais, fábricas

e colônias, a Rússia e a China partilhavam uma extensa fronteira comum, onde lutavam e negociavam como quaisquer outras nações geograficamente próximas. Mas com uma diferença. A Rússia representava o Ocidente cristão (embora ortodoxo), com a sua visão especial da ordem internacional. [...] No século XIX, o Ocidente, especialmente a Grã-Bretanha, tentou resolver o seu conflito ideológico com Pequim impondo à burocracia confucionista, através da força de armas superiores, os seus próprios pressupostos sobre as relações interestatais e a economias. As Guerras do Ópio simbolizavam o conflito fundamental entre os conceitos ocidentais de comércio livre, “Estado de direito” e individualismo e os conceitos confucionistas de uma sociedade hierárquica e imperialmente ordenada. [...] Em contraste, durante o século XVIII, os impérios manchu e russo tinham conseguido adiar exatamente essa ruptura. Tinham conseguido um *modus vivendi* através da criação de um sistema de tratados que evitava institucionalmente os problemas políticos e intelectuais e intelectuais associados ao seu conflito ideológico. Muito se tem escrito sobre as relações entre Moscovo e Pequim depois de outubro de 1949, e mesmo depois de 7 de novembro de 1917. Mas as relações sino-russas não nasceram em nenhuma destas datas. A Rússia e a China conheciam-se pelo menos desde o Império Mongol, quando os seus súbditos se reuniam em Karakorum, na altura a capital mundial; e têm mantido contatos bilaterais ativos desde as primeiras décadas do século XVII, quando as primeiras caravanas diplomáticas e comerciais da Rússia quando as primeiras caravanas diplomáticas e comerciais russas seguiram o seu longo e perigosas até Pequim. (Mancall, 1971, p. 4 , tradução nossa).<sup>1</sup>

As primeiras iniciativas diplomáticas entre a Rússia e a China, no início do século XVII, constituem um marco essencial para a compreensão da gênese das relações bilaterais entre os dois impérios. Nesse contexto, destaca-se a atuação do voevoda de Tobolsk, príncipe I.S. Kurakin, que desempenhou papel decisivo ao enviar os cossacos Ivan Petrov e Ivan Kunitsin em uma missão aos Kalmuks nômades, entre 1616 e 1617. O objetivo era assegurar o reconhecimento da suserania russa e incorporar as populações indígenas ao sistema de tributos conhecido como *yasak*.

---

<sup>1</sup> Trecho original: Europe and the Far East met territorially only along the frontier between Siberia and the Manchu Empire. Whereas other European states met China in their trading vessels, factories, and colonies, Russia and China shared an extensive common frontier, where they fought and traded much like any other nations in geographical proximity. But with a difference. Russia represented the Christian (albeit Orthodox) West, with its special view of the international order. In the nineteenth century the West, especially Great Britain, tried to resolve its ideological conflict with Peking by imposing on the Confucian bureaucracy, through force of superior arms, its own assumptions about interstate relations and economy. The Opium Wars epitomized the fundamental conflict between Western concepts of free trade, the “rule of law,” and individualism, and Confucian concepts of an imperially ordered, hierarchical society. [...] In contrast, during the eighteenth century the Manchu and Russian empires had managed to postpone just such a break. They had achieved a *modus vivendi* by creating a treaty system that institutionally shunned the political and intellectual problems associated with their ideological conflict. The creation of that Sino-Russian treaty system is the subject of this study. Much has been written about relations between Moscow and Peking after October 1, 1949, and even after November 7, 1917. But Sino-Russian relations were not born on either date. Russia and China had known of each other at least as early as the Mongol Empire, when their subjects met at Karakorum, then the world capital; and they have been in active bilateral contact ever since the early decades of the seventeenth century, when Russia’s first diplomatic and commercial caravans wended their long and dangerous way to Peking.

Durante a expedição, os enviados russos mantiveram contato indireto com representantes chineses que também exerciam autoridade tributária sobre os Kalmuks. Esses encontros permitiram o primeiro vislumbre russo do Império Ming, cuja imagem foi transmitida à corte moscovita por meio de relatos que descreviam uma China urbana e próspera, onde floresciam o comércio fluvial e a produção agrícola. Uma observação particularmente relevante referia-se ao sistema de vassalagem estabelecido entre a corte Ming e os povos da Ásia Central, modelo que viria a influenciar a própria atuação russa na região (Mancall, 1971).

Contudo, a expansão territorial russa pela Sibéria encontrou limitações na década de 1610, especialmente porque as rotas comerciais para a China permaneciam sob o controle dos Altyn-khans. Em resposta a esse cenário, Moscou autorizou, em 1615, uma missão diplomática conduzida por Ivan Petrov e Vasily Tyumenets à corte de Altyn-khan. As instruções dadas a essa missão evidenciam a tensão entre a autonomia regional dos voevodas siberianos e os esforços de centralização do poder czarista. Embora Kurakin tenha orientado os enviados a se apresentarem como seus representantes pessoais, os dois acabam obedecendo a ordens orais emanadas da corte moscovita, ambiguidade que revela a descentralização das relações exteriores russas naquele período.

De acordo com Mancall (1971), apesar de não estabelecerem contato direto com autoridades chinesas, Petrov e Tyumenets retornaram com relatos valiosos sobre a riqueza e o poderio do Império Ming, essas descrições despertaram o interesse da corte russa e impulsionaram o czar Mikhail Fyodorovich a adotar, a partir de 1617, uma política sistemática de coleta de informações sobre a China. Essa nova abordagem envolvia o envio de agentes disfarçados e não de embaixadores formais, com a missão de obter inteligência direta sobre o Império chinês.

Essas primeiras interações delinearam o papel estratégico dos povos nômades da Ásia Central como intermediários, a tensão constante entre a descentralização regional e os esforços centralizadores de Moscou, o interesse russo pelas riquezas e pelo potencial comercial chinês, bem como a cautela diplomática mútua, tornaram-se elementos estruturantes dessa aproximação inicial.

Anos mais tarde, a Rússia finalmente estabelece contato diplomático direto com a China. A embaixada liderada por Fedor Isakovich Baykov, entre 1653 e 1657, é considerada a primeira missão formal enviada de Moscou a Pequim, tanto no

sentido diplomático quanto comercial. Diferente das incursões anteriores, essa missão foi motivada não apenas pelo interesse em obter informações, mas também por objetivos estratégicos concretos, resultantes de uma conjuntura interna e externa desafiadora para o Estado russo. O período anterior à missão foi marcado por uma grave rebelião em 1648, que se espalhou até centros econômicos como Moscou e Pskov, e por surtos da peste negra, que afetaram a população urbana e rural. Além disso, as relações com a Polônia estavam tensionadas devido à questão dos cossacos na Ucrânia (Mancall, 1971).

Diante desse contexto de instabilidade, Moscou viu na aproximação com a China uma oportunidade para reorientar suas estratégias comerciais e fortalecer sua presença na Ásia Oriental. A missão de Baykov, portanto, não apenas consolidou o contato direto entre os dois impérios, mas também inaugurou uma nova etapa na relação sino-russa, agora marcada por intenções diplomáticas explícitas e pela tentativa de superar os desafios geopolíticos e econômicos enfrentados pela Rússia no cenário euroasiático do século XVII.

O tratado de Nerchinsk, assinado em 1689, representou o primeiro acordo formal entre os impérios, mediado por missionários jesuítas e redigido em latim, russo e manchu, estabeleceu as fronteiras entre os dois impérios e representou o primeiro acordo bilateral formal entre a China da dinastia Qing e o Império Russo. Nerchinsk teve um caráter simbólico e prático: simbolizou o reconhecimento mútuo como potências soberanas e estabeleceu um precedente para a resolução pacífica de disputas territoriais. De acordo com Mancall (1971):

O Tratado de Nerchinsk, negociado e concluído entre agosto e setembro de 1689, dividiu os dois períodos mais antigos da história das relações sino-russas. No primeiro período, os russos e os Manchus tinham-se encontrado e disputado o poder no vale do rio Amur. A demonstração de K'ang-hsi da força Ch'ing na região de confronto levou os russos à mesa de negociações, pondo fim à luta de quase 165 anos. A acomodação e não o conflito caracterizaram o segundo período, que começou com o tratado e durou até meados do século XIX. A criação e o desenvolvimento bem sucedido de instituições para a condução das relações entre Pequim e St. Petersburgo através da prevenção e não da resolução de conflitos de interesses e ideologias contraditórias, permitiu que os dois impérios, um da Ásia Oriental e o outro europeu, coexistissem ao longo de extensas fronteiras geográficas e sociais, apesar da ausência e social, apesar da ausência de um conjunto significativo de pressupostos políticos e culturais comuns. (Mancall, 1971, p. 141 , tradução nossa)<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Trecho original: The Treaty of Nerchinsk, negotiated and concluded in August and September 1689, divided the two earliest periods in the history of Sino-Russian relations. In the first period the Russians and Manchus had met and jockeyed for power in the Amur River Valley; K'ang-hsi's demonstration of

No entanto, como aponta Mancall (1971), o Tratado de Nerchinsk foi mais uma declaração de problemas futuros que uma solução para problemas passados. O tratado criou a necessidade de desenvolver uma estrutura institucional para a condução das relações Machu-russas, especialmente no campo do comércio. O próprio tratado era vago e permissionário, deixando a cargo de cada um dos governos participantes a decisão de como operar o comércio sancionado entre eles, gerando interpretações distintas que foram ajustadas às prioridades e realidades internas de cada Estado. Ainda assim, a importância do tratado não deve ser subestimada: ele lançou as bases para uma relação interestatal contínua e formalizada entre Rússia e China. As instituições fortalecidas nesse contexto sobreviveram ao longo das décadas, culminando no Tratado de Kyakhta de 1728, sendo um sistema mais consolidado de interação diplomática e comercial (Mancall, 1971).

Entretanto, o equilíbrio entre os dois países foi gradualmente rompido com a expansão russa rumo ao leste e o enfraquecimento da dinastia Qing, culminando na assinatura do Tratado de Pequim, em 1860, no qual a China foi obrigada a ceder vastos territórios para a Rússia. Este período revela o início de uma assimetria que persiste por décadas, com a Rússia assumindo uma postura expansionista e a China enfrentando pressões externas e internas de múltiplas frentes. Dessa forma, o período imperial das relações sino-russas caracteriza-se por uma trajetória gradual de aproximação, marcada por interesses estratégicos, tensões fronteiriças e tentativas sucessivas de institucionalização diplomática. Assim, o período imperial não apenas moldou os fundamentos institucionais da relação sino-russa, como também antecipou os desequilíbrios estruturais que definiriam a dinâmica entre as duas potências nas décadas seguintes (Davidson-Houston, 1960).

---

Ch'ing strength in the region of confrontation brought the Russians to the conference table, ending the struggle for almost 165 years. Accommodation rather than conflict characterized the second period, which began with the treaty and lasted down to the middle of the nineteenth century. The creation and successful development of institutions for conducting relations between Peking and St. Petersburg through the avoidance rather than the resolution of conflicting interests and ideologies enabled the two empires, one East Asian and the other European, to coexist along extended geographical and social frontiers despite the absence of a significant body of shared political and cultural assumptions.

### 3.1.2 Era Soviética

Com a Revolução Russa de 1917 e a subsequente fundação da União Soviética, as relações sino-russas tomaram um novo rumo, agora sob o viés ideológico do socialismo. A aliança sino-soviética consolidou-se especialmente após a Revolução Chinesa de 1949, quando Mao Tsé-Tung proclamou a fundação da República Popular da China. Nesse contexto, a União Soviética tornou-se o principal parceiro econômico e militar da China, fornecendo assistência técnica, armamentos e apoio político no contexto da Guerra Fria. Contudo, essa aproximação não foi isenta de atritos.

A Revolução Russa de 1917 e o estabelecimento do regime bolchevique marcaram um ponto de inflexão nas relações sino-russas. Com a ascensão do comunismo na Rússia, os líderes soviéticos buscaram apoiar movimentos revolucionários ao redor do mundo, incluindo a China. No entanto, a relação entre o Partido Comunista Chinês (PCC) e a União Soviética foi ambivalente durante as primeiras décadas do século XX. Na década de 1920, a União Soviética forneceu apoio estratégico ao movimento revolucionário na China, particularmente ao Partido Nacionalista Chinês (Kuomintang, ou KMT) e ao PCC, que, inicialmente, colaboraram sob a mediação soviética. Essa colaboração resultou na criação da Academia Militar de Whampoa, financiada por Moscou, que ajudou a modernizar os militares chineses. Entretanto, a ruptura entre o KMT e o PCC, liderada por Chiang Kai-shek em 1927, enfraqueceu a influência soviética na China e marcou o início de tensões mais amplas entre os dois países (Lukin, 2018).

Nesse período, a política externa soviética passou a atuar mais diretamente na Ásia, apoiando a formação de partidos comunistas, inclusive o chinês, e influenciando decisões políticas e estratégicas dentro do território chinês. A relação entre os dois países, porém, não se desenvolveu de forma linear ou sem conflitos, que embora marcadas por um ideal comum, as diferenças quanto à aplicação do marxismo e as disputas por liderança no movimento comunista internacional acabaram gerando tensões importantes ao longo do século XX.

Durante a invasão japonesa, houve certa aproximação entre PCC e URSS, mas Moscou recusou apoiar militarmente os chineses, o que levou Mao a entender que o PCC não deveria depender da ajuda soviética. Mesmo com a vitória comunista iminente em 1949, Stálin manteve reservas, priorizando a Guerra Fria na

Europa. Após a fundação da República Popular da China, Mao buscou apoio soviético para consolidar o novo Estado. Em 1950, foi assinado o Tratado de Amizade Sino-Soviético, garantindo apoio militar e econômico, embora com assimetrias e imposições por parte da URSS. A Guerra da Coreia foi o primeiro teste da aliança, demonstrando cooperação prática entre os dois países (Goulart e Silva, 2019).

A cisão sino-soviética teve início no final da década de 1950, impulsionada por divergências ideológicas e estratégicas entre a China e a União Soviética. Enquanto os soviéticos, sob a liderança de Nikita Khrushchov, adotavam uma política de “coexistência pacífica” com o Ocidente, Mao Zedong criticava essa abordagem, considerando-a uma traição aos princípios revolucionários do marxismo-leninismo. Além disso, Mao via o processo de desestalinização promovido por Khrushchov como uma ameaça à sua própria autoridade e à ideologia do comunismo.

Com base no livro *Mao's China and the Sino-Soviet Split: Ideological Dilemma* (2012) de Mingjiang Li, é possível compreender a complexidade da ruptura sino-soviética a partir de múltiplas abordagens analíticas que envolvem interesses nacionais, divergências ideológicas, disputas por liderança e estruturas político-partidárias. A perspectiva realista, por exemplo, enfatiza os interesses distintos das duas nações, apontando que, desde as negociações iniciais do tratado de aliança em 1950, havia descompassos entre os objetivos estratégicos de Mao e Stalin. Zhang complementa essa visão ao argumentar que o embargo norte-americano à China nos anos 1950 levou a uma dependência excessiva de Pequim em relação a Moscou, o que gerou frustrações diante do controle rígido exercido pelos soviéticos e impôs uma sobrecarga à própria URSS resultando, por fim, na deterioração da aliança (Li, 2012).

Entretanto, essa abordagem falha em capturar todas as nuances do rompimento, especialmente ao ignorar o impacto de fatores ideológicos. Muitos estudiosos, sobretudo chineses, apontam as divergências doutrinárias entre os partidos comunistas como eixo central do conflito. Após a morte de Stalin, a URSS iniciou um processo de revisão de sua política e ideologia, enquanto Mao Zedong radicalizava suas posições, como ficou evidente no Grande Salto Adiante (1958). A tentativa soviética de manter uma posição de supremacia ideológica sobre Pequim

acentuou as tensões, sendo percebida pelos chineses como um esforço de subjugação, incompatível com os ideais revolucionários chineses (LI, 2012).

Outra linha de análise dá ênfase à ambição da liderança chinesa, particularmente de Mao, em se tornar referência do movimento comunista internacional. Nesse sentido, estudiosos destacam o desconforto chinês com a assimetria na relação sino-soviética. Mao não aceitava a condição de subordinação frente à URSS, e sua recusa em reconhecer a liderança implícita dos soviéticos provocou grande descontentamento em Khrushchev. Ainda assim, muitos autores articulam essa visão com a das diferenças ideológicas, apontando que, além de disputas de poder, havia um distanciamento crescente entre as culturas políticas dos dois países e conflitos de personalidade entre seus líderes.

Embora Mao e Khrushchev tenham cooperado antes de 1958, os desentendimentos se aprofundaram mesmo após a saída de Khrushchev em 1964, revelando que a crise ia além de rivalidades pessoais. Por fim, a abordagem estrutural argumenta que a rigidez doutrinária do modelo leninista, baseado em autoridade hierárquica e disciplina partidária, era incompatível com divergências profundas entre os partidos comunistas. Assim, o sistema soviético não tolerava autonomia ideológica significativa por parte de seus aliados, o que inviabiliza qualquer forma de coexistência igualitária com uma China cada vez mais assertiva (Li, 2012).

Portanto, a ruptura sino-soviética não pode ser compreendida de forma linear ou unidimensional. Ela resultou da sobreposição de fatores estratégicos, ideológicos, estruturais e históricos, em um cenário onde disputas por liderança, ambições nacionais e visões de mundo incompatíveis complicaram suas relações. Ademais, essa ruptura ideológica resultou na chamada cisão sino-soviética, que atingiu seu ápice na década de 1960, a partir desse momento, as relações entre os dois países permaneceram frias durante boa parte da Guerra Fria, com a China se aproximando dos Estados Unidos a partir da década de 1970 como forma de contrabalançar a influência soviética na Ásia.

### 3.1.3 Pós Guerra Fria

A reaproximação entre Rússia e China só começou a se consolidar após o colapso da União Soviética em 1991, quando a nova Federação Russa buscava reconstruir sua política externa e encontrar novos parceiros diante do declínio da sua influência global. A China, por sua vez, vivia um momento de ascensão econômica e precisava de estabilidade regional e fontes de energia confiáveis. Essa aproximação deve ser compreendida não apenas como uma dinâmica bilateral com lógica e valor próprios, mas também como parte de um processo mais amplo de transformação da ordem internacional.

Com o colapso do sistema bipolar que marcou a Guerra Fria, resultado da falência do projeto comunista soviético e da consequente ascensão da influência ocidental, o sistema internacional passou a ser marcado por um protagonismo maior dos Estados Unidos e de seus aliados. No entanto, esse momento de hegemonia ocidental coincidiu com a ascensão de novos pólos de poder, como China, Índia e Brasil, que, embora interessados em cooperar com o Ocidente, buscavam preservar sua autonomia estratégica (Srinivas, 2022).

Dessa forma, a aproximação sino-russa não apenas reflete as mudanças na estrutura global de poder, mas também contribui para redefini-las. Assim, para entender plenamente essa parceria, é necessário situá-la dentro das principais tendências que moldaram o sistema internacional no final do século XX e início do século XXI, bem como considerar a evolução das visões externas de Moscou e Pequim ao longo desse período. Para entender o contexto global que influenciou o relacionamento entre Rússia e China, é necessário considerar as transformações políticas após o colapso da União Soviética. Lukin (2018) destaca que:

O colapso do centro de poder soviético, que havia superestimado sua força, não foi causado pela guerra, mas pela pressão externa e problemas internos, foi seguido pelo triunfo do Ocidente. Ao buscar o controle global, os líderes soviéticos perderam muito do que poderiam ter alcançado. A situação no início dos anos 1990 foi marcada pela forte, se não decisiva, influência dos Estados Unidos e seus aliados sobre os desenvolvimentos internacionais. A vitória deles na confrontação com o bloco soviético fez com que o modelo político e econômico ocidental se tornasse mais popular. Alguns dos antigos aliados soviéticos buscaram se juntar ao Ocidente; outros, incluindo a própria Rússia, elegeram líderes que expressaram sinceramente sua apreciação pelo Ocidente. Os Estados Unidos e seus aliados também eram incomparáveis em termos de capacidades militares. No entanto, a desintegração do bloco soviético não afetou outras tendências-chave nos processos de desenvolvimento global. Centros de poder não ocidentais, como China, Índia, Brasil e outros, continuaram a se fortalecer. Eles tentaram resolver seus próprios problemas e proteger seus interesses, ao menos nas suas fronteiras. Interessados na cooperação com o Ocidente, não buscavam confronto com ele, já que não tinham meios para tanto, mas ao mesmo tempo não compartilhavam muitos dos objetivos do

Ocidente, em diferentes graus e por diferentes razões, e estavam na verdade bastante preocupados com alguns desses objetivos. (Lukin, 2018, p. 23, tradução própria).<sup>3</sup>

Após o colapso da União Soviética e a ascensão da hegemonia ocidental, o cenário internacional experimentou uma transformação significativa, com o fortalecimento de novos centros de poder fora do bloco ocidental, como China, Índia e Brasil. Essa mudança refletiu uma adaptação das potências emergentes à nova ordem mundial, onde, apesar do desejo de cooperar com o Ocidente, a preservação de sua autonomia estratégica se tornou um objetivo central. A partir da década de 1990, os Estados Unidos, ao lado de seus aliados, exerceram uma influência predominante sobre os acontecimentos internacionais, mas a busca por um modelo unipolar se deparou com a resistência e a ascensão desses novos protagonistas (Lukin, 2018).

Nesse contexto, a parceria sino-russa começa a se destacar como um reflexo das novas dinâmicas de poder e uma resposta à pressão exercida por uma ordem mundial dominada pelo Ocidente. A convergência de interesses entre a China e a Rússia foi, portanto, não apenas uma tentativa de lidar com a nova configuração de poder global, mas também uma estratégia de reafirmação de suas influências regionais e globais, buscando um modelo multipolar. Como ressalta Lukin (2018), o enfraquecimento do projeto soviético não apenas deixou espaço para a reafirmação do Ocidente, mas também criou uma abertura para outras potências, que, embora buscando cooperação, não estavam dispostas a submeter-se aos objetivos unilaterais do Ocidente.

Assim, a aproximação sino-russa não deve ser vista isoladamente, mas dentro de uma dinâmica mais ampla de resistência e adaptação à nova ordem

---

<sup>3</sup> Trecho original: The collapse of the Soviet center of power, which had overestimated its strength caused not by war but by outside pressure and internal problems, was followed by the triumph of the West. Having sought global control, Soviet leaders lost much of what they could otherwise have achieved. The situation in the early 1990s was marked by the strong, if not decisive, influence of the United States and its allies on international developments. Their victory in the confrontation with the Soviet camp had made the Western political and economic model more popular. Some of the former Soviet associates sought to join the West; others, including Russia itself, had elected leaders who sincerely showed their appreciation for the West. The United States and its allies were also unparalleled in terms of military capabilities. However, the breakup of the Soviet camp did not affect other key tendencies in global development processes. Such non-Western centers of power as China, India, Brazil, and others continued to rise and become stronger. They tried to solve their own problems and protect their interests, at least near their borders. Being interested in cooperation with the West, they did not seek confrontation with it, as they had no means to do so, but at the same time they did not share many of the West's goals, to different extents and for different reasons, and were actually quite worried about some of them.

global, na qual a competição entre modelos e o fortalecimento de potências alternativas tornaram-se elementos-chave para redefinir o sistema internacional (Lukin, 2018).

### 3.2 Motivações Estratégicas da Parceria Sino-Russa

O fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética em 1991 reconfiguraram o equilíbrio de poder global, inaugurando uma ordem internacional unipolar centrada na hegemonia dos Estados Unidos. Nesse contexto, a superpotência norte-americana consolidou sua influência política, econômica e militar, promovendo a expansão do capitalismo neoliberal e da democracia liberal como paradigmas dominantes (Álvares, 2020). Contudo, essa unipolaridade não apenas reforçou a hegemonia estadunidense, mas também gerou resistências e contestações por parte de Estados que buscavam um sistema internacional mais equilibrado e menos dependente de uma única potência.

Em busca de estabilidade e novos parceiros estratégicos, Moscou passou a reformular sua política externa. Ao mesmo tempo, a China vivia um processo de abertura econômica iniciado por Deng Xiaoping, que buscava garantir o crescimento interno por meio de estabilidade regional e acesso a fontes seguras de energia. Neste cenário, a relação entre os dois países passou a se fortalecer com base em interesses complementares, deixando de lado antigas rivalidades ideológicas do período soviético. Mais do que uma simples cooperação bilateral, essa nova fase da parceria sino-russa deve ser entendida como parte de um movimento maior de transformação do sistema internacional, onde novas potências buscavam seu espaço em um mundo que, até então, era fortemente influenciado pela hegemonia ocidental.

Destarte, a ascensão de atores como China e Rússia no cenário global, especialmente a partir do século XXI, representou um desafio à ordem unipolar, defendendo uma transição para um modelo multipolar. Esses países, ao se posicionarem contra a hegemonia ocidental, passaram a promover alianças estratégicas e instituições alternativas, como os BRICS e a Organização de Cooperação de Xangai (OCS), buscando redistribuir o poder em escala global e limitar a influência unilateral dos EUA. Essa dinâmica reflete não apenas uma competição geopolítica, mas também uma disputa ideológica, na qual valores como

soberania estatal e não-intervencionismo são contrastados com o pensamento liberal ocidental (Srinivas, 2022).

Apesar da posição dos Estados Unidos com potência unipolar ter sido permeada ao longo das décadas pós Guerra Fria, obstáculos para a perpetuação dessa posição passaram a emergir no cenário internacional. Logo, principalmente após os ataques do 11 de setembro que comprometeram a legitimidade da liberação norte-americana, os Estados Unidos começaram a passar pelo seu gradual declínio como a única superpotência mundial, devido a dificuldades externas e polarização política interna. Assim, acenando para um cenário que favoreceu outras nações, como China e Rússia, que emergiram no setor político e econômico em oposição à hegemonia e dominância estadunidense (Mendonça, 2013).

Quanto ao declínio do Gigante Ocidental, Mendonça (2013) comenta:

Trinta anos após o fim da Guerra Fria, o momento unipolar parece ter se findado. Stephen Walt enuncia enfaticamente “o fim da era americana”, enquanto Charles Kupchan declara “o ocaso da primazia ocidental” e Arvind Subramanian avalia que “a transferência de poder (dos Estados Unidos para a China) está completa. Se outrora expressões como “o fim da história”, “o consenso de Washington” e “unipolaridade” dominavam o léxico das Relações Internacionais, atualmente, “o mundo pós-americano”, “o mundo pós-ocidental” e “o consenso de Beijing” são os jargões mais utilizados. (Mendonça, 2013, p. )

Nesse contexto de enfraquecimento e declínio dos Estados Unidos, o século 21 é caracterizado por um cenário internacional cada vez mais multipolar, no qual Rússia e China se destacam como protagonistas. Dessa forma, ambas são consideradas pelos grupos norte-americanos como os principais obstáculos ao país. Ademais, o fortalecimento da posição da Índia também é observado por tais grupos, principalmente pela sua aproximação com a República da China. (Bissio, 2017).

Assim, a parceria estratégica sino-russa foi declarada em abril de 1996, em um momento de mudanças significativas nas políticas externas da Rússia e da China, a ampliação dessa parceria estratégica começou com a ascensão de Vladimir Putin à presidência da Rússia em 2000. A intenção de maximizar os poderes da Federação Russa e a percepção dos EUA e das organizações ocidentais, como União Europeia e Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) como principais adversários, ocasiona na busca por estreitar os laços com países que pudessem fortalecer sua posição como potência multipolar. Logo, Putin enxergou na China um dos potenciais aliados a longo prazo da Rússia. Dessa forma, as relações

bilaterais entre a Federação Russa e a República da China passaram a se expandir de forma intensa ao longo do século XXI (Adam, 2012).

Esse fenômeno de enfraquecimento dos EUA, então, auxiliou a emergência da China como superpotência no mundo internacional. Em 1816, Napoleão Bonaparte profetizou “deixem a China dormir porque, quando ela acordar, o mundo inteiro irá tremer”. Após duzentos anos, observa-se a consolidação dessa profecia, somente a partir da segunda metade do século XX, a China começou sua jornada de escalada à superpotência, a consolidação da sua retomada de poder tornou-se o propósito mais importante para as lideranças chinesas. A experiência chinesa foi, então, caracterizada pelo forte controle estatal e o pragmatismo (Cunha; Acioly, 2009)

Enquanto pelo lado chinês da construção da aliança sino-russo, um marco fundamental para o desenvolvimento da China ocorreu em 2015, quando a moeda chinesa yuan foi incluída na cesta de moedas do Fundo Monetário Internacional (FMI) para os Direitos Especiais do Saque, demonstrando a consolidação do poder e crescimento econômico chines. Dentro desse contexto de expansão econômica, a China também passou a ampliar sua diplomacia e política externa (Bissio, 2017).

Logo, um novo nível nas relações com a Rússia foi alcançado em 2013, quando Xi Jinping tornou-se presidente da China e escolheu a Rússia como destino de sua primeira viagem internacional. Desde então, os encontros entre o presidente Xi Jinping e o presidente Putin passaram a ocorrer com frequência, ampliando os anúncios de novas parcerias e evidenciando a intensa aproximação entre as nações (Bissio, 2017).

Portanto, a parceria sino-russa tem sido fundamental na construção de instituições e mecanismos alternativos aos dominados pelo Ocidente. A criação dos BRICS (grupo que inclui Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e o fortalecimento da Organização de Cooperação de Xangai (OCS) exemplificam esse esforço conjunto para estabelecer novas arquiteturas de governança global. Esses fóruns promovem uma agenda distinta daquela defendida pelo G7 e pela OTAN, enfatizando o desenvolvimento econômico soberano, a não-intervenção em assuntos internos e a cooperação segurança baseada em equilíbrio de poder, não em alianças militares expansionistas.

Segundo Junuguru Srinivas (2022), os países que compõem o grupo BRICS são reconhecidos como os principais mercados emergentes das relações internacionais contemporâneas e, progressivamente, vêm assumindo um papel

geopolítico relevante, contribuindo para uma mudança no equilíbrio de poder global. Conforme aponta o autor, nações do chamado Sul Global, como China, Índia e Brasil, têm cooperado ativamente em temas internacionais, assumindo posições conjuntas em questões globais e promovendo maior integração e interdependência no sistema internacional (Srinivas, 2022).

Essa crescente cooperação tem impulsionado uma transformação significativa nas relações internacionais, impactando profundamente a cultura, a sociedade, a ciência e a política mundial. Nesse cenário de intensificação dos laços multilaterais, o isolamento tornou-se uma estratégia ultrapassada, incapaz de atender às demandas de um mundo interconectado.

Srinivas destaca ainda que, diante da expansão acelerada das relações internacionais e da ascensão de novas potências, surgiram demandas por uma ordem internacional mais democrática e representativa. Assim, o BRICS emergiu como o principal fórum de articulação dos interesses do Sul Global, defendendo reformas nas instituições internacionais e desafiando o domínio ocidental nas dinâmicas globais de poder. Ademais, o BRICS tem desempenhado uma dupla função no cenário internacional: por um lado, atua como um bloco de resistência à hegemonia ocidental; por outro, serve como uma plataforma estratégica para a promoção dos interesses de política externa da China e da Rússia (Srinivas, 2022).

A crescente aproximação entre China e Rússia transcende os limites do BRICS e se manifesta de forma ainda mais contundente no campo da cooperação militar. À medida que os dois países intensificam seus exercícios conjuntos e alinham estratégias de defesa, observa-se a formação de uma aliança estratégica que desafia diretamente a ordem internacional centrada no Ocidente. Essa colaboração militar, marcada por gestos simbólicos e operacionais, revela não apenas interesses convergentes em segurança, mas também uma tentativa de reposicionar suas influências globais em um cenário de transição de poder.

Nesse âmbito, de acordo com Bissio (2017), a parceria em constante crescimento entre Rússia e China tem se fortalecido desde o início do século XXI ao superar conflitos fronteiriços e desconfianças mútuas, assim essa aliança resultou em acordos nas áreas de segurança, economia e energia. Dessa maneira, um novo patamar nas suas alianças é estabelecido com Xi Jinping assumindo a presidência em 2013 e iniciando uma série de acordos bilaterais. Além de prosseguirem com exercícios militares e navais em conjunto no Mar Báltico, no Mar do Japão e no Mar

Okhotsk demonstrando a grande proximidade dos países com o objetivo comum de prosseguir com sua construção militar para fortalecer suas respectivas posições geopolíticas no sistema internacional e estabelecer uma nova ordem multipolar (Bissio, 2017).

Além disso, em 2014, a China participou pela primeira vez de competições militares, como o biatlo de tanques e o concurso de Air Darts, e desde então tem continuado a participar de eventos semelhantes. De maior interesse são os exercícios conjuntos realizados após o início da crise ucraniana, como o exercício “Joint Sea” no Mar Mediterrâneo em 2015, que causou grande repercussão na imprensa ocidental. A presença conjunta das marinhas de ambos os países em águas dominadas pela OTAN desde a queda da União Soviética foi vista como uma demonstração de força. Em 2015 e 2016, navios de guerra chineses visitaram o porto de Novorossiysk, na Rússia, e em 2016 e 2017 houve exercícios no Mar do Sul da China e no Mar Báltico (Lukin, 2018).

Logo, a cooperação militar entre China e Rússia têm se intensificado em várias áreas, incluindo o treinamento de especialistas militares chineses, com cerca de 140 membros do serviço militar chinês frequentando universidades russas. Além disso, as forças armadas dos dois países realizam exercícios conjuntos anuais, como os de terra e mar, além de treinamentos específicos, como os do programa “Missão da Paz”, voltados para respostas conjuntas a situações de crise na Ásia Central. Embora sejam oficialmente classificados como antiterroristas, esses exercícios visam mais preparar os dois países para ações militares conjuntas em cenários locais (Lukin, 2018).

Desde 2005, Rússia e China vêm intensificando suas interações militares por meio de intercâmbios de alto nível, treinamentos, exercícios conjuntos e competições. Segundo Cozad et al. (2024), embora essas atividades tenham se tornado mais amplas e complexas com o tempo, muitos relatórios indicam que a integração e a interoperabilidade entre os dois exércitos ainda são limitadas. Em 2016, visando a cooperação na área militar pré-estabelecida entre China e Rússia, os países realizaram exercícios navais conjunto no Mar da China Meridional com a duração de oito dias, a escolha do local (caracterizado como área de disputa) sugeriu um apoio implícito da Rússia a posição chinesa. Posteriormente, em 2018, a Rússia realizou o Vostok-2018, o maior exercício militar de sua história com a participação de tropas chinesas e mongóis. Após esse exercício, a China, em 2019,

destacou o alto nível da cooperação militar entre os países, assim essa aproximação militar tem um significado histórico, posicionando a Rússia como um parceiro relevante no campo militar (Schutte; Debone, 2020).

No âmbito da cooperação bilateral em ciência e tecnologia, China e Rússia têm dado prioridade ao desenvolvimento de inovações e ao apoio a mega projetos estratégicos. Atualmente, os dois países conduzem mais de 30 projetos conjuntos que abrangem desde pesquisas básicas até aplicações em áreas como novos materiais, tecnologias sustentáveis e de economia de energia, biotecnologia, física de altas energias, química, engenharia mecânica, telecomunicações, eletrônica, ciência da computação, sismologia, entre outras. A parceria se estende também a campos como microeletrônica, energia, nanotecnologia, química orgânica e inorgânica, tecnologia a laser, física de plasma, ecologia e ciências espaciais. Ademais, o comércio de armas continuou sendo um pilar relevante da cooperação bilateral entre Rússia e China, com os chineses figurando entre os cinco maiores importadores de armamentos russos. De acordo com o Centro de Análise do Comércio Mundial de Armas da Rússia, entre 2002 e 2009, as exportações russas de armas para a China totalizaram cerca de 14,055 bilhões de dólares. Mesmo sem interromper totalmente suas importações, a China demonstrou interesse constante em modernizar suas capacidades militares (Lukin, 2018).

Tanto Putin quanto Xi têm dado prioridade máxima ao fortalecimento dos vínculos de defesa entre Rússia e China, como evidenciado pelos inúmeros encontros de alto escalão, exercícios militares conjuntos e engajamentos que ocorrem desde os anos 1990. Apesar de algumas divergências sobre questões como a Crimeia e as ilhas no Mar do Sul da China, as forças armadas russas e chinesas continuam a reforçar a colaboração, com ambos os países alinhados em seus desafios e ameaças comuns. Antes da guerra na Ucrânia, o Exército de Libertação Popular (ELP) via as forças armadas russas como uma importante fonte de conhecimento operacional e experiência em campo, algo que a China ainda buscava desenvolver. Contudo, o desempenho russo no conflito ucraniano pode ter impactado essa percepção, mesmo que de forma incerta. Atualmente, as duas forças seguem caminhos distintos em seus processos de modernização: enquanto a China avança rumo a uma guerra informatizada e assimétrica, a Rússia enfrenta desafios para reconstruir seu poder militar após perdas significativas. Além disso, a experiência histórica de ambos os países com outras alianças e parcerias evidencia

obstáculos e tensões que também podem influenciar a cooperação sino-russa (Cozad et al., 2014).

Conforme afirmam Schutte e Debone (2020), essa cooperação avançou para áreas sensíveis, como defesa antimísseis, operações espaciais, além de patrulhas marítimas e aéreas coordenadas, enviando uma mensagem clara aos Estados Unidos e seus aliados de que ambos os países e seus parceiros estão determinados a limitar a influência ocidental. No entanto, persistem desafios significativos, dentre os quais se destacam as divergências nas estratégias nucleares, os distintos caminhos de modernização de suas forças militares e as diferenças quanto à definição dos interesses nacionais de cada um.

Apesar dessas complicações, é inegável que o imperativo estratégico para ambos os líderes se intensificou, especialmente após a invasão russa da Ucrânia em fevereiro de 2022. Em minha análise, esses desafios práticos e doutrinários, embora representem pontos críticos, não desfiguram o compromisso robusto de Putin e Xi, mas certamente moldam os contornos das futuras cooperações militares em eventuais cenários de conflito envolvendo os Estados Unidos e seus aliados (Cozad et al., 2024).

Portanto, diante do exposto, é evidente que a análise dessa aproximação sino-russa é de grande importância para a compreensão das novas formações de eixos de poder no sistema internacional, ao ser constatado que a história passa por momentos cíclicos de reposições de alianças e novas dinâmicas de poder surgindo, até mesmo a hegemonia estadunidense estabelecida após a Segunda Guerra Mundial encontrou seu momento de declínio. Destarte, o estudo dessa relação entre Rússia e China revela as motivações para essa colaboração e os efeitos para a ordem mundial, onde novas alianças estão em formação, de tal maneira reconfigurando as dinâmicas estabelecidas após a Guerra Fria. Assim, se torna relevante pesquisar sobre essa parceria para refletir sobre a necessidade de ambos os países em ampliar suas forças no sistema internacional, principalmente em oposição à pressão dos Estados Unidos e seus aliados no Pacífico.

### 3.3 Limitações e Desafios da Parceria Sino-Russa

Apesar dos avanços expressivos na cooperação entre China e Rússia em diversas áreas, como comércio, energia, defesa e tecnologia, a parceria estratégica entre os dois países não está isenta de limitações e desafios. Embora compartilhem

interesses comuns, como a contenção da influência ocidental e a promoção de uma ordem internacional multipolar, há tensões latentes e assimetrias estruturais que dificultam uma aliança totalmente coesa e duradoura.

No âmbito econômico, a dependência crescente da Rússia em relação à China é evidente. Desde 2009, a China tornou-se o principal parceiro comercial da Rússia, com o comércio bilateral ultrapassando US\$100 bilhões em 2018. Após a crise na Ucrânia em 2014 e as sanções ocidentais subsequentes, Moscou buscou fortalecer os laços econômicos com Pequim. No entanto, essa aproximação revelou-se mais complexa do que o esperado. Embora as exportações russas de petróleo para a China tenham aumentado significativamente, a expectativa de atrair investimentos diretos chineses não se concretizou. Investidores chineses demonstram cautela, citando riscos elevados e retornos financeiros limitados. Além disso, mesmo bancos estatais chineses restringiram transações com clientes russos, temendo sanções dos EUA. Moscou, por sua vez, evita uma integração econômica profunda com a China, recusando-se a vender ativos estratégicos e a contrair dívidas significativas com Pequim, visando preservar sua autonomia econômica e soberania política. Essa dinâmica evidencia uma relação assimétrica, na qual a Rússia busca os benefícios da parceria sem se tornar excessivamente dependente da China (Lukin, 2020).

Apesar da retórica de alinhamento estratégico, a parceria sino-russa apresenta áreas latentes de competição geopolítica, especialmente em regiões onde os interesses de influência se sobrepõem. Na Ásia Central, por exemplo, a Rússia historicamente exerceu primazia político-militar por meio de mecanismos como a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), enquanto a China vem ampliando sua presença econômica por meio da Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), oferecendo financiamento e infraestrutura em larga escala aos países da região. Essa sobreposição gera uma dinâmica de “competição”, na qual Pequim e Moscou evitam confronto direto, mas buscam consolidar esferas de influência distintas (Rolland, 2017). Embora os dois países cooperem formalmente na Organização para Cooperação de Xangai (SCO), suas prioridades dentro da instituição divergem: a Rússia valoriza o pilar político-securitário, enquanto a China utiliza o fórum como plataforma para expansão econômica regional. Além disso, em fóruns multilaterais como os BRICS, percebe-se uma crescente assimetria na capacidade de agenda

entre os dois, com a China assumindo posições mais propositivas e Moscou adotando um papel mais reativo.

Segundo Lukin (2020) a viabilidade da entente entre Rússia e China depende significativamente do reconhecimento mútuo de igualdade entre as partes. Moscou e Pequim se tratam como grandes potências iguais. No entanto, as tendências que moldam o equilíbrio de poder material entre os dois países podem tornar a manutenção dessa igualdade política uma proposta problemática. Se a China continuar a ampliar a lacuna econômica em relação à Rússia e aumentar sua liderança em áreas tecnológicas cruciais, a assimetria econômica e tecnológica também terá implicações para o equilíbrio militar entre os dois: hoje, a Rússia ainda é geralmente considerada uma potência militar mais formidável do que a China, mas isso pode mudar em uma década ou mais. A situação pode ser agravada pela inevitável mudança na liderança superior (Lukin, 2020). Assim, apesar da intensidade da cooperação atual, a sustentabilidade de longo prazo da parceria sino-russa dependerá da capacidade de ambos os países em gerenciar assimetrias estruturais crescentes, minimizar fricções geopolíticas periféricas e preservar a percepção de paridade estratégica.

Dessa forma, a análise histórica e estrutural desenvolvida ao longo deste capítulo demonstra que a parceria estratégica contemporânea entre China e Rússia não constitui um fenômeno episódico ou exclusivamente determinado pela conjuntura internacional recente. Pelo contrário, trata-se do resultado cumulativo de um processo histórico de longa duração, no qual padrões recorrentes, como disputas territoriais, oscilações entre cooperação e competição, e a busca por equilíbrio frente a potências externas, moldaram a relação bilateral de forma decisiva.

Cada fase histórica examinada, desde os primeiros contatos entre os impérios tsarista e Qing, passando pelo complexo relacionamento sino-soviético, até a reaproximação pós-Guerra Fria, revelou dinâmicas particulares que, em seu conjunto, pavimentaram o caminho para a configuração atual. O período imperial estabeleceu os fundamentos geopolíticos da relação, com tratados que alternavam entre demarcações conflituosas e arranjos comerciais. A era soviética introduziu a dimensão ideológica como fator de atração e repulsão, enquanto o fim da Guerra Fria permitiu o florescimento de uma cooperação baseada em pragmatismo estratégico.

Ao observar os elementos estruturais que perpassam essa trajetória, identificam-se eixos centrais que continuam a sustentar a parceria sino-russa no século XXI. A segurança e estabilidade fronteiriça, com a resolução definitiva das disputas territoriais em 2004, simbolizou a superação de um dos principais obstáculos históricos, transformando uma fonte tradicional de tensão em alicerce para a confiança mútua. A resistência à hegemonia ocidental se manifesta na percepção compartilhada de cerco estratégico, agora articulada através de mecanismos multilaterais como o BRICS e a Organização de Cooperação de Xangai. A complementaridade econômica e tecnológica evoluiu de trocas básicas no período imperial para uma simbiose industrial-energética moderna.

Contudo, a análise também revela limites a essa parceria. As assimetrias de poder, com a China emergindo como economia dominante, reeditam em novo contexto as tensões hierárquicas do passado. Em suma, a parceria entre China e Rússia é um exemplo importante para entender como as alianças entre Estados, no século XXI, tendem a se formar. Elas não se baseiam em afinidades ideológicas ou culturais, mas sim na convergência de interesses práticos e em experiências históricas compartilhadas. A relação atual entre os dois países não rompe com o passado, mas sim adapta antigos padrões de cooperação e rivalidade às novas dinâmicas do sistema internacional. Por isso, o futuro dessa aliança dependerá da habilidade de Moscou e Pequim em equilibrar o legado histórico da relação com os desafios e transformações da nova ordem mundial multipolar.

## 4 CONSTRUÇÃO NAVAL E MILITAR CHINESA E RUSSA

A evolução das capacidades navais e militares da China e da Rússia nas últimas décadas reflete as transformações profundas no cenário estratégico global. Longe de serem apenas respostas a ameaças externas, os projetos de fortalecimento naval e militar de ambos os países revelam suas ambições distintas: a China busca consolidar sua presença como potência de alcance global, enquanto a Rússia aposta em assegurar sua influência regional e preservar sua capacidade de dissuasão. Entender essas trajetórias é fundamental para compreender as dinâmicas contemporâneas de poder e os limites estruturais da parceria sino-russa, tanto no âmbito do poder marítimo e militar quanto no âmbito comercial e econômico.

Este capítulo analisa os processos de modernização militar dos dois países, com ênfase nas dimensões navais. Primeiramente, será explorado o contexto histórico da marinha chinesa no pós-Guerra Fria, evidenciando a sua integração com estratégias mais amplas. Em seguida, será abordada a crise vivida pela marinha russa nos anos 1990, marcada pelo sucateamento e perda de relevância, bem como os esforços de revitalização promovidos sob a liderança de Vladimir Putin, com destaque para a incorporação de novas tecnologias, armamentos avançados e a valorização estratégica de suas principais frotas.

Por fim, serão discutidas as diferenças nos objetivos estratégicos marítimos de China e Rússia, destacando como essas distinções moldam as possibilidades e os limites de sua cooperação militar. Enquanto a China projeta suas forças para além de seu entorno imediato, visando assegurar interesses globais, a Rússia prioriza a proteção de suas fronteiras e áreas de influência tradicionais. Essa análise permitirá compreender como interesses convergentes e divergentes operam simultaneamente na relação entre essas duas potências, impactando diretamente a configuração do sistema internacional contemporâneo.

### 4.1 Contexto Histórico da Marinha Chinesa

Ao longo de diferentes gerações de liderança, o pensamento chinês sobre o poder marítimo evoluiu conforme os desafios e circunstâncias específicas de cada época. Desde Mao Zedong até Xi Jinping, os líderes chineses atribuíram papéis estratégicos à marinha, ajustando suas prioridades de acordo com a conjuntura

interna e internacional. Para Mao, a força naval era essencial para consolidar o controle costeiro e enfrentar potências imperialistas hostis. Já nas décadas de 1970 e 1980, Deng Xiaoping, atento à abertura econômica e ao surgimento de novos interesses marítimos, reorientou o foco da marinha para além da defesa do território. Com o passar do tempo, consolidou-se a visão de que o poder marítimo não apenas complementava a segurança nacional, mas também era fundamental para o fortalecimento econômico e a projeção internacional da China. A ambição naval da liderança chinesa cresceu à medida que o país se fortalecia, transformando uma força limitada à defesa costeira em uma marinha cada vez mais voltada à proteção de interesses globais.

Apesar de sua trajetória como revolucionário agrário e da pressão intensa para concentrar esforços no fortalecimento interno após a vitória comunista na Guerra Civil Chinesa, Mao Zedong reconheceu desde cedo que a construção de uma força naval independente e estratégica era fundamental para garantir a segurança e a unidade nacional. Como destaca Toshi Yoshihara e James R. Holmes (2018) em *Red Star over the Pacific*, mesmo antes de conquistar o poder, Mao já direcionava seu olhar para o mar, compreendendo a importância das forças marítimas no futuro da China. Durante a fase final da guerra, com o colapso da resistência nacionalista, os comunistas se prepararam para uma grande ofensiva que incluía operações anfíbias: o Exército de Libertação Popular atravessaria o rio Yangtzé, avançando para capturar províncias costeiras e cidades como Xangai, centros estratégicos do poder marítimo do Kuomintang. Para consolidar a vitória, Mao entendeu que seria essencial integrar rapidamente as forças navais e fluviais, bem como a infraestrutura de apoio que havia sido deixada para trás por Chiang Kai-shek (Yoshihara, Holmes, 2018).

Além disso, Mao antecipou a necessidade de desenvolver uma capacidade naval capaz de enfrentar os remanescentes nacionalistas que recuavam para Taiwan e outras ilhas costeiras. Nos meses que antecederam a fundação da República Popular da China, em outubro de 1949, Mao e seus aliados emitiram diversas diretrizes e declarações demonstrando a intenção do Partido Comunista de fortalecer sua presença marítima. Em 8 de janeiro de 1949, por exemplo, o Politburo já havia decidido que a consolidação do controle sobre o litoral seria uma prioridade estratégica (Yoshihara, Holmes, 2018).

Após o fim da Guerra Fria, a marinha chinesa iniciou um processo de transformação estrutural, saindo de uma postura predominantemente defensiva e costeira para buscar uma capacidade de projeção em águas distantes. Impulsionada pela necessidade de proteger rotas comerciais vitais e garantir seus interesses estratégicos no exterior, a China passou a investir massivamente na modernização de seus meios navais, desenvolvendo embarcações de superfície de alta tecnologia, submarinos nucleares e avançados sistemas de defesa.

Durante a década de 1990 e início dos anos 2000, a liderança chinesa começou a encarar seriamente a necessidade de modernizar sua força naval, processo que refletia as discussões sobre a Revolução nos Assuntos Militares (RMA). Como aponta Toshi Yoshihara em *Red Star over the Pacific*, a postura do almirante Yang evidenciava a influência desse debate, revelando que a liderança chinesa já considerava replicar elementos essenciais do poderio naval norte-americano. Esse reconhecimento demonstrava o progresso significativo da Marinha do Exército de Libertação Popular (PLAN), ao mesmo tempo em que estabelecia a Marinha dos Estados Unidos como modelo a ser superado e, possivelmente, rival (Yoshihara, Holmes, 2018).

Sob a presidência de Hu Jintao, sucessor de Jiang Zemin, a China deu os primeiros passos efetivos rumo à construção de uma marinha com alcance global. Em dezembro de 2004, Hu pronunciou o famoso discurso “Ver Claramente as Missões Históricas de Nosso Exército para a Nova Etapa no Novo Século”, no qual redefiniu o papel das Forças Armadas. Segundo Yoshihara e Holmes (2018), Hu orientou o Exército de Libertação Popular a preparar-se para missões além da defesa territorial tradicional, enfatizando quatro novas diretrizes: garantir a sobrevivência e autoridade do Partido Comunista Chinês, salvaguardar o ambiente necessário para o desenvolvimento nacional, proteger interesses nacionais no exterior, incluindo domínios marítimos, aeroespaciais e cibernéticos, e contribuir para a paz mundial visando ao desenvolvimento conjunto. Ainda durante sua liderança, Hu Jintao reforçou explicitamente o papel central da PLAN no cumprimento dessas missões. No 10º Congresso do Partido Comunista para a Marinha, em 2006, declarou que a China era uma potência marítima, com a marinha desempenhando missões gloriosas na defesa da soberania e dos interesses marítimos do país.

Com a ascensão de Xi Jinping em 2012, o projeto marítimo da China ganhou ainda mais força. Em julho de 2013, Xi realizou uma sessão de estudo coletivo com

o Politburo, na qual delineou sua visão para o poder marítimo chinês. Xi reiterou a tarefa estabelecida no 18º Congresso do Partido de transformar a China em uma potência marítima, fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável, a defesa da soberania nacional e a realização do “grande rejuvenescimento da nação chinesa”. Xi enfatizou que o desenvolvimento marítimo deveria seguir uma trajetória baseada na prosperidade econômica, no fortalecimento do poder nacional e na harmonia com os mares, através de princípios de paz e cooperação. Contudo, sob a retórica de desenvolvimento pacífico, Xi deixou claro que a China estaria disposta a empregar o uso da força para proteger seus interesses essenciais, advertindo que o país não deveria abandonar seus direitos legítimos ou comprometer seus interesses centrais em nome da estabilidade. Assim, estabeleceu como prioridade o equilíbrio entre a manutenção da estabilidade regional e a defesa vigorosa da soberania marítima, instruindo as forças armadas a se prepararem para enfrentar diferentes tipos de desafios e proteger, de maneira resoluta, os direitos marítimos da China (Yoshihara, Holmes, 2018).

Como analisam Toshi Yoshihara e James R. Holmes, a liderança naval chinesa tem se mantido em sintonia estreita com as diretrizes políticas de Pequim, o que permite que documentos oficiais, como os livros brancos de defesa publicados bianualmente desde 1998, revelem importantes pistas sobre o modo como a China encara o poder marítimo e seus desafios geoestratégicos. Esses documentos, submetidos a rigorosos processos de revisão interinstitucional, representam expressões altamente autorizadas da estratégia estatal e permitem acompanhar sua evolução ao longo dos períodos de Hu Jintao e Xi Jinping.

O livro branco *China's National Defense in 2004* marcou um ponto de inflexão, ao instruir as Forças Armadas a desenvolverem capacidades para conquistar tanto o “comando do mar” quanto o “comando do ar”, termos de inspirados por Mahan que indicam a busca pelo controle decisivo dos espaços estratégicos. Além disso, foi a primeira vez que um documento oficial chinês mencionou explicitamente o conceito dos “commons”, abrangendo os mares, o espaço aéreo, o espaço exterior e o ciberespaço. A partir desse momento, a modernização da Marinha do Exército de Libertação Popular (PLAN) passou a incluir o desenvolvimento de navios de guerra, aeronaves, armamentos de precisão e tecnologia da informação, sinalizando uma visão cada vez mais abrangente e sofisticada do papel do poder marítimo na projeção de influência chinesa (Yoshihara, Holmes, 2018).

## 4.2 Contexto Histórico da Marinha Russa

O colapso da União Soviética resultou em uma crise severa para a marinha russa, marcada pela falta de investimentos, desmantelamento de unidades e perda de capacidade operacional. Nos anos 1990, o país enfrentou enormes dificuldades econômicas que tiveram impacto diretamente suas forças armadas, levando à obsolescência tecnológica e à redução dramática do seu poder naval. Sem recursos para manutenção ou renovação de sua frota, a Rússia viu sua marinha perder prestígio internacional e capacidade de projeção, restringindo-se majoritariamente à defesa de seu litoral imediato e de áreas estratégicas tradicionais.

Após o colapso da União Soviética em 1991, a Rússia herdou grande parte dos recursos humanos e materiais do outrora poderoso exército soviético. No entanto, essa herança mostrou-se problemática. A expectativa de que Moscou manteria seu status como potência militar global, apenas por conservar o arsenal nuclear soviético, rapidamente se revelou ilusória. Desde o início da década de 1990, ficou claro que o legado soviético mais atrapalhava do que ajudava: as tentativas de reforma falharam e o desempenho militar russo em conflitos regionais expôs profundas deficiências estruturais. Embora as capacidades nucleares fossem preservadas, essas sozinhas não eram suficientes para sustentar a posição internacional da Rússia ou para enfrentar os novos desafios do cenário pós-Guerra Fria (Renz, 2018).

O sentimento de vulnerabilidade não era novo na história russa. A geografia do país vasto, com fronteiras extensas e vizinhos historicamente hostis sempre alimentou a percepção de ameaça externa. Desde os tempos imperiais até o período soviético e pós-soviético, a necessidade de manter uma força militar robusta foi vista como uma condição essencial para a preservação da soberania. No pensamento estratégico russo, o poder militar é entendido não apenas como instrumento de guerra, mas como um recurso político e diplomático, capaz de proteger a integridade territorial e afirmar a posição do país no sistema internacional.

Nesse contexto, Renz observa que a preocupação com a soberania permanece central no discurso político russo contemporâneo. Sob a liderança de Vladimir Putin, a defesa da soberania ganhou contornos ainda mais fortes. Em diversas ocasiões, como em seu discurso sobre o Estado da Nação de 2014, Putin reiterou que a verdadeira soberania é indispensável para a sobrevivência da Rússia.

Embora do ponto de vista externo a Rússia sempre tenha sido reconhecida como um Estado soberano, para o Kremlin, essa soberania vai além do controle formal sobre o território, ela abrange a capacidade de resistir a influências estrangeiras e de manter a autonomia estratégica frente ao Ocidente (Renz, 2018).

Dentro dessa perspectiva, o fortalecimento militar foi visto como inevitável. Desde 2008, a Rússia embarcou em um ambicioso processo de modernização das Forças Armadas, impulsionado por prioridades históricas, políticas internas e objetivos de política externa. Diferentemente do que por vezes é assumido, a busca por poder militar não necessariamente indica um desejo explícito de agressão ou expansão imperialista, embora a anexação da Crimeia em 2014 tenha reavivado antigos temores sobre o ressurgimento do imperialismo russo. O uso da força, para Moscou, é percebido como um instrumento flexível de atuação internacional, capaz tanto de assegurar interesses estratégicos quanto de projetar prestígio (Renz, 2018).

O legado imperial russo, que moldou boa parte da expansão territorial entre os séculos XVII e XX, ainda influencia a visão de mundo do Kremlin, mas de forma mais complexa e menos linear do que no passado. Historicamente, o expansionismo era uma resposta tanto a ameaças reais quanto à busca por recursos e reconhecimento. Hoje, embora a Rússia mantenha um senso histórico de grandeza, seu comportamento internacional é mais marcado por uma preocupação com a segurança regional e pela necessidade de resistir à pressão ocidental do que por um expansionismo sistemático.

Outro elemento importante é a ênfase tradicional da Rússia no multilateralismo. Apesar dos períodos de confronto, como durante a Guerra Fria, Moscou sempre valorizou fóruns multilaterais como espaço para afirmar sua posição no mundo. Desde a fundação das Nações Unidas até a atuação de líderes como Boris Yeltsin e Vladimir Putin, a Rússia buscou associar-se a estruturas de cooperação internacional, reforçando a narrativa de que não age contra o sistema global, mas sim em prol da estabilidade e da resolução de conflitos de forma legítima e dialogada (Renz, 2018).

Assim, a militarização recente da Rússia, impulsionada por reformas e investimentos iniciados a partir de 2008, deve ser entendida como parte de uma estratégia mais ampla, que articula poder militar, proteção da soberania e afirmação no cenário internacional. Ela reflete tanto tendências históricas profundas quanto respostas adaptativas aos desafios contemporâneos, marcando o esforço contínuo

do Kremlin para reposicionar a Rússia como um ator central nas dinâmicas de poder globais.

O processo de modernização militar da Rússia a partir de 2008 não pode ser compreendido de forma isolada, mas precisa ser analisado à luz de eventos históricos, dinâmicas políticas internas e prioridades de política externa. Existe uma relação entre poder militar e ação diplomática, ainda que, até hoje, essa conexão raramente tenha sido tratada de forma explícita ou sistêmica nos estudos sobre as Forças Armadas russas no período pós-soviético. Segundo Renz (2018), as principais pesquisas se concentraram em aspectos como as capacidades bélicas, as mudanças organizacionais e as relações civis-militares, mas deixaram em segundo plano a análise do uso das forças armadas como instrumento direto da política externa de Moscou. Portanto, entender as capacidades militares se faz necessário, porém elas isoladas expressam pouco sobre as intenções do Kremlin quanto ao uso efetivo deste poder, aspecto que ganhou atenção renovada após 2014, diante do ressurgimento da Rússia no cenário internacional (Renz, 2018).

Assim, de acordo com Renz (2018):

Embora as intenções do Kremlin não possam ser estabelecidas com certeza, estudar a importância do poder militar na política externa russa ao longo da história pode sinalizar certos padrões e desenvolvimentos que dão uma indicação de possíveis tendências, probabilidades e possibilidades futuras. A Rússia sempre viu um exército forte como importante. No entanto, a razão para isso nunca se limitou ao desejo de seguir políticas agressivas ou expansionistas. (Renz, 2018, pág.27, tradução nossa.)<sup>4</sup>

A ressurreição do poder militar da Rússia nas últimas décadas está intimamente ligada a uma combinação de fatores estratégicos, geopolíticos e domésticos. Como analisa Bettina Renz em *Russia's Military Revival*, enquanto no Ocidente, a partir dos anos 1990, o foco se deslocava para as chamadas “novas guerras” e operações de contrainsurgência, a Rússia manteve uma ênfase nas formas tradicionais de guerra. Essa persistência não deve ser interpretada como mera incapacidade de superar a lógica da Guerra Fria, mas como reflexo das prioridades estratégicas específicas do país e de suas percepções de ameaça. Desde o início dos anos 1990, Moscou já reconhecia que conflitos de baixa

---

<sup>4</sup> Trecho original: Although the Kremlin's intentions cannot be established for certain, studying the significance of military power in Russian foreign policy throughout history can flag up certain patterns and developments that give an indication of possible future trends, likelihoods and possibilities. The chapter suggests that Russia has always viewed a strong military as important. However, the reason for this was never limited to the desire to pursue aggressive or expansionist policies.

intensidade e insurgências em sua periferia instável representavam importantes fontes de insegurança. No entanto, apenas a partir do programa de modernização militar de 2008 essas questões passaram a ser abordadas de maneira sistemática, com melhorias significativas nas capacidades de reação rápida, prontidão permanente e treinamento adaptado, aproximando-se, assim, das práticas ocidentais (Renz, 2018).

Além dos aspectos externos, Renz destaca a importância da dimensão interna na revitalização militar russa. O Kremlin sempre esteve profundamente preocupado com ameaças à ordem doméstica e à estabilidade do regime, enxergando interferências externas, especialmente ocidentais, como ameaças diretas à soberania nacional. Essas preocupações foram agravadas pelas “revoluções coloridas” no entorno pós-soviético e formalizadas na Doutrina Militar de 2014, que pela primeira vez classificou ameaças ao “espaço da informação e à esfera interna” como perigos militares domésticos. A configuração das forças armadas russas, portanto, não serve apenas para a projeção de poder internacional, mas também para garantir a estabilidade interna, consolidando o status da Rússia como grande potência aos olhos da liderança política. Dessa forma, a modernização militar russa expressa não apenas ambições estratégicas externas, mas também a necessidade fundamental de assegurar a ordem e a continuidade do regime em um ambiente internacional percebido como cada vez mais hostil (Renz, 2018).

Essa reestruturação militar e o fortalecimento das capacidades de defesa refletem não apenas as necessidades internas da Rússia, mas também sua reorientação estratégica em direção a um projeto geopolítico mais amplo: a construção de uma “Grande Eurásia”. Tradicionalmente, o pensamento estratégico russo esteve centrado na dimensão continental, dado seu caráter de grande potência terrestre e transcontinental. Nesse sentido, Trenin (2020) afirma que:

O conceito russo de uma Grande Eurásia requer uma dimensão marítima. A Rússia é uma grande potência continental e até transcontinental, considerando que abrange tanto a Europa quanto a Ásia. Seus políticos e estrategistas estão acostumados a pensar na geopolítica em termos terrestres. Até 2014, falava-se muito sobre uma Grande Europa, mas a partir de meados da década de 2010, a conversa mudou para uma Grande Eurásia. Embora a dimensão

marítima não seja completamente ignorada, ela quase nunca é discutida por si só. (Trenin, 2020, Tradução nossa).<sup>5</sup>

A retomada do poder militar da Rússia, portanto, deve ser compreendida como parte de um projeto estratégico mais amplo, que articula segurança interna, afirmação internacional e reposicionamento geopolítico. Longe de se limitar a uma modernização técnica ou a um simples revanchismo pós-Guerra Fria, esse processo reflete uma visão consolidada de mundo por parte da liderança russa, que enxerga o fortalecimento das capacidades militares como condição essencial para garantir soberania, estabilidade política e influência regional e global.

#### 4.3 Diferenças nos Objetivos Estratégicos Marítimos

As trajetórias recentes da China e da Rússia no campo naval revelam diferenças claras em seus objetivos estratégicos. Enquanto a China busca expandir sua presença nos mares do mundo para proteger seus interesses econômicos e políticos globais, a Rússia prioriza a defesa de seu entorno geográfico imediato e a manutenção de sua influência em regiões tradicionalmente consideradas vitais para sua segurança nacional. Essa distinção reflete não apenas as capacidades materiais de cada país, mas também suas percepções distintas sobre ameaças e sobre o papel do poder naval em suas estratégias de segurança e política externa.

A parceria estratégica entre Rússia e China tem se fortalecido nas últimas décadas, principalmente no âmbito militar. Segundo a Rand Organization (2024), a cooperação entre as Forças Armadas dos dois países envolve desde diálogos de alto nível sobre políticas de defesa até treinamentos técnicos em novos sistemas de armas e plataformas. Esse intercâmbio militar tem se intensificado, refletindo a prioridade que ambas as nações atribuem à sua aliança e servindo também como mensagem estratégica de desafio à hegemonia dos Estados Unidos em regiões como Ásia Central, Ásia Oriental, Golfo Pérsico e Oceano Índico. Embora compartilhem uma oposição ao sistema liderado pelos EUA, as interações militares ainda apresentam valor limitado para o aprimoramento real de interoperabilidade ou

---

<sup>5</sup> Trecho original: “The Russian concept of a Greater Eurasia requires a maritime dimension. Russia is a major continental and even transcontinental power, considering that it spans both Europe and Asia. Its politicians and strategists are accustomed to thinking about geopolitics in land-based terms. Up until 2014, there had been a lot of talk about a Greater Europe, but starting from the mid-2010s, the conversation shifted to a Greater Eurasia. While the maritime dimension isn’t completely ignored, it is hardly ever discussed on its own.”

capacidades conjuntas. Em contrapartida, os ganhos diplomáticos, informacionais e econômicos resultantes desses exercícios reforçam a aliança, demonstrando a determinação conjunta de moldar uma nova ordem internacional (Cozad et al., 2024).

Apesar do fortalecimento das relações, a Rand Organization (2024) aponta que persistem diferenças significativas nas doutrinas e estratégias de defesa dos dois países, especialmente no que diz respeito às suas ambições marítimas. A China busca expandir sua influência global por meio de uma projeção naval cada vez mais robusta, enquanto a Rússia adota uma postura de defesa regional, focada em proteger suas fronteiras e manter influência em áreas próximas. A guerra na Ucrânia também evidenciou potenciais tensões na parceria, com Xi Jinping alertando Putin sobre os riscos de ameaças nucleares. Esses acontecimentos sugerem que, embora a parceria seja sólida no nível diplomático e estratégico, há limites práticos para uma integração militar plena, especialmente em cenários que envolvam conflitos de alta intensidade ou divergências sobre o uso da força (Cozad et al., 2024).

Outro ponto crucial para o entendimento das diferenças entre os objetivos estratégicos da China e da Rússia é o histórico de reformas militares em ambos os países. Conforme analisa a Rand Organization (2024), tanto a Rússia quanto a China passaram por amplas reestruturações militares após o fim da Guerra Fria, a Rússia promoveu reformas a partir de 2008 com o programa “New Look”, enquanto a China implementou mudanças estruturais em 2016, sob a liderança de Xi Jinping. Ambas buscaram resolver desafios semelhantes em termos de modernização tecnológica, reorganização estrutural e aprimoramento dos conceitos operacionais. Contudo, divergências se evidenciaram em áreas como planejamento militar, cultura organizacional e controle político. No caso chinês, a reestruturação enfatizou a descentralização do planejamento, com a criação de comandos teatrais regionais e o fortalecimento da capacitação de seus quadros para a tomada de decisão independente. Já a Rússia manteve um sistema altamente centralizado, o que contribuiu para as falhas observadas no planejamento da guerra na Ucrânia, onde erros estratégicos e suposições incorretas impactaram negativamente a eficácia operacional (Cozad et al., 2024).

Tanto na Rússia quanto na China, questões de confiança interna e externa nas capacidades militares permanecem como um obstáculo relevante para a

coordenação em eventuais operações combinadas. A centralização extrema no Kremlin comprometeu a disseminação eficiente de informações às tropas russas, enquanto a falta de confiança nos níveis subordinados se refletiu na elevada mortalidade de oficiais superiores nos primeiros meses da guerra. Da mesma forma, o Partido Comunista Chinês preserva um rígido controle sobre o Exército de Libertação Popular, temendo desvios em relação aos objetivos estratégicos do regime. Historicamente, a cooperação militar de ambos os países com parceiros estrangeiros foi limitada ou marcada por desconfianças mútuas. Assim, o desafio da coordenação no planejamento de operações conjuntas entre a Rússia e a China não reside apenas em aspectos técnicos ou organizacionais, mas também em um déficit estrutural de confiança entre os dois sistemas militares (Cozad et al., 2024).

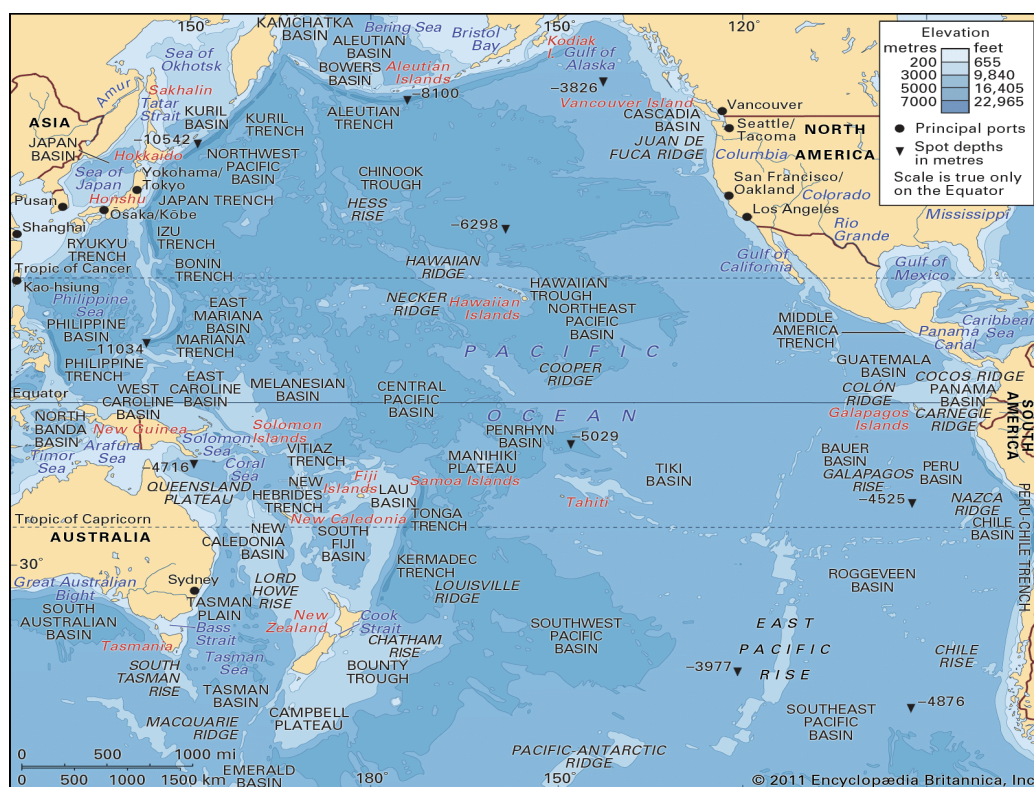
#### 4.4 O Pacífico como Palco de Disputa Geopolítica

O Oceano Pacífico tornou-se um dos principais palcos da competição geopolítica contemporânea, concentrando interesses estratégicos vitais para a China, a Rússia e os Estados Unidos. A crescente militarização da região, impulsionada pela expansão naval chinesa e pela presença contínua de forças americanas e aliadas, transformou o Pacífico em uma arena de disputa por influência e acesso estratégico. Neste cenário, a marinha emerge como instrumento central para a afirmação de reivindicações territoriais e para a demonstração de poder político, redefinindo o equilíbrio de forças e colocando a estabilidade regional sob tensão constante.

Como descreve o Almirante James Stavridis em *Sea Power*, a vastidão do mar desperta em nós uma sensação de continuidade com aqueles que, ao longo da história, se aventuraram nas águas; pescadores, comerciantes, piratas e navegadores de toda sorte. Stavridis reflete que, após décadas passadas no mar, a visão infinita do oceano permanece profundamente enraizada em sua memória e sonhos. Para ele, o mar simboliza tanto um espaço de liberdade quanto de desafios constantes, um ambiente que exige respeito e habilidade. O oceano, com sua vastidão e poder, molda culturas, sustenta economias e influencia profundamente a geopolítica. Assim, o domínio dos mares não é apenas uma questão militar, mas também um elemento vital para a sobrevivência, o desenvolvimento e a projeção de poder das sociedades. Reconhecer o mar como um espaço estratégico é essencial para entender a importância do “seapower” em qualquer época (STAVRIDIS, 2017).

O conceito de “sea power” ou poder marítimo, refere-se a capacidade de um Estado de projetar influência e assegurar seus interesses por meio do domínio dos mares, seja pelo controle das rotas comerciais, pela força naval ou pela infraestrutura marítima; sendo um fator determinante na ascensão das grandes potências (STAVRIDIS, 2017).

Figura 2 - Mapa do oceano Pacífico



Fonte: Britannica (2025)

Como demonstrado no mapa da Figura 2, entre todos os mares, o Oceano Pacífico se destaca de forma singular: seu tamanho imenso, superior à soma de todas as terras emersas do planeta, molda não apenas a geografia, mas também a dinâmica geopolítica global. Para Stavridis, os povos que habitam suas margens, de Canadá a Chile, de Rússia à Austrália, percebem apenas fragmentos dessa vastidão, que domina a paisagem como um “pátio interminável” à sua porta. A distância colossal do Pacífico influenciou profundamente a história das civilizações litorâneas, impondo barreiras naturais e moldando estratégias de expansão ou retração, como ilustram os diferentes caminhos seguidos pelo Império Britânico e pelo Japão. Assim, o Oceano Pacífico não é apenas um espaço de navegação, mas

um fator estratégico central que determina movimentos de comércio, segurança e poder.

Compreender a dimensão e a influência do Pacífico é essencial para reconhecer o papel vital do "seapower", não apenas no domínio militar, mas como eixo da sobrevivência, do desenvolvimento e da projeção internacional das sociedades. O Pacífico abriga algumas das maiores potências do mundo, Estados Unidos, China, Japão e Rússia, e serve de base para economias dinâmicas como Austrália, Coreia do Sul, Canadá, México, Indonésia, Colômbia e Chile. Quase metade do comércio mundial acontece ao longo do Círculo do Pacífico, e a tendência é de expansão, especialmente com a crescente inserção da Índia na região. Iniciativas como a Parceria Transpacífica e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura refletem esforços para explorar o potencial econômico do Pacífico. Portanto, compreender o oceano Pacífico e seu papel na reconfiguração das forças globais é essencial para entender o novo equilíbrio de poder e a centralidade do seapower no século XXI (Stavridis, 2017).

Além da relevância econômica e estratégica do Pacífico, o cenário geopolítico também aponta para uma crescente tensão militar na região. Como alerta o Almirante James Stavridis, a intensificação da corrida armamentista ao redor do Pacífico é real e preocupante, aumentando o risco de conflitos abertos. O aumento dos investimentos militares, em especial na modernização de sistemas navais, operando sobre, sob ou a partir do mar, reflete a centralidade do oceano como teatro estratégico. Dados entre 2013 e 2015, compilados pelo The Military Balance, revelam que os gastos com defesa na Ásia (incluindo a Índia) cresceram 9%, enquanto nos Estados Unidos e na Europa houve quedas de 6% e 12%, respectivamente. Essa tendência não apenas evidencia o dinamismo militar asiático, mas também destaca o mar como principal meio de projeção de poder e potencial disputa. Nesse ambiente, a diplomacia se torna cada vez mais necessária para mitigar os riscos trazidos pela militarização intensiva das águas do Pacífico (Stavridis, 2017).

O domínio dos mares sempre desempenhou um papel central na afirmação de poder dos Estados. Segundo Geoffrey Till em *Seapower: A Guide for the Twenty-First Century*, o poder marítimo (seapower) não se limita ao uso do mar como meio de transporte ou defesa; trata-se da capacidade de influenciar o comportamento de outros atores por meio das ações realizadas no mar ou a partir

dele. Essa definição destaca que o verdadeiro valor do seapower está em seus efeitos e resultados, os fins, e não apenas nos meios empregados. Além disso, Till ressalta que o poder marítimo abrange não apenas o componente militar, mas também os aspectos civis do uso do mar, como comércio e exploração de recursos, que também podem influenciar o comportamento internacional. O seapower é, portanto, um conceito relativo: algumas nações possuem mais poder marítimo que outras, o que reforça a importância estratégica do domínio naval no cenário global (Till, 2017).

Logo, o poder marítimo não se resume ao uso do mar como uma simples via de transporte ou instrumento de defesa, mas representa, sobretudo, a capacidade de influenciar o comportamento de outros atores a partir das ações realizadas no ambiente marítimo. Mais do que um meio, o mar se torna um espaço estratégico de projeção de poder e afirmação política, ampliando a defesa de interesses e a moldagem da ordem internacional.

A utilização da marinha como ferramenta de afirmação territorial e política tornou-se uma característica marcante das estratégias de China e Rússia no Pacífico. Pequim tem usado sua presença naval para reforçar reivindicações no Mar do Sul da China e projetar influência sobre rotas comerciais essenciais. Moscou, por sua vez, busca consolidar sua presença no Ártico e reforçar sua projeção no Pacífico Norte, desafiando a supremacia naval ocidental. Em ambos os casos, o poder marítimo funciona não apenas como um instrumento de defesa, mas também como um meio de moldar a percepção internacional sobre a legitimidade de suas pretensões geopolíticas (TILL, 2017).

Portanto, este capítulo buscou analisar a modernização e o reposicionamento estratégico das forças armadas da Rússia e da China, com especial atenção à dimensão marítima de suas estratégias e às implicações geopolíticas resultantes. Observou-se que, para a Rússia, o processo de revitalização militar está ligado à necessidade de garantir a estabilidade doméstica e a segurança do regime, refletindo preocupações tanto internas quanto externas. A modernização das forças armadas russas revela uma estratégia voltada não apenas para a projeção de poder internacional, mas, sobretudo, para a proteção do espaço interno e da soberania em um ambiente internacional percebido como cada vez mais hostil.

No campo da parceria bilateral, embora China e Rússia compartilhem interesses estratégicos, como o desafio ao sistema internacional liderado pelos

Estados Unidos, suas interações militares possuem limites práticos. O estudo também revelou como a crescente importância do Oceano Pacífico altera a dinâmica geopolítica contemporânea. A militarização da região, o aumento dos investimentos em capacidades navais e a competição por influência reforçam o papel central do mar como espaço estratégico, como destacado por autores como James Stavridis e Geoffrey Till. A análise do Pacífico evidenciou que o domínio naval é hoje, mais do que nunca, um vetor essencial de poder, moldando o comércio internacional, as estratégias de segurança e a definição das esferas de influência global.

Finalmente, ao incorporar a perspectiva do “seapower”, o capítulo demonstrou que o poder marítimo é um instrumento multifacetado de influência, englobando tanto aspectos militares quanto civis, e que a capacidade de moldar o comportamento de outros atores a partir do domínio do mar se tornou elemento crucial para a sobrevivência e projeção internacional das grandes potências contemporâneas. Tanto a Rússia quanto a China, cada qual a seu modo, buscam utilizar suas marinhas como ferramentas de afirmação geopolítica, embora com visões, ambições e capacidades profundamente distintas.

Assim, este capítulo evidencia que o poder naval, longe de ser uma questão puramente militar, constitui hoje um elemento central na construção de projetos estratégicos nacionais, no reposicionamento das potências emergentes e na reconfiguração da ordem internacional do século XXI.

## **5 PROJEÇÕES ESTRATÉGICAS NO PACÍFICO: ANÁLISE TEÓRICA E IMPLICAÇÕES CONTEMPORÂNEAS**

Este quarto capítulo tem como objetivo examinar, a partir de uma perspectiva estratégica, o papel central da região do Pacífico nas transformações do sistema internacional. Em especial, analisa-se o fortalecimento das capacidades navais da China e da Rússia, bem como os impactos dessa cooperação para a ordem internacional liderada pelos Estados Unidos. A análise parte do pressuposto de que o mar, mais do que uma simples via de circulação, constitui um espaço de disputa geopolítica e de projeção de poder, onde se evidenciam as intenções estratégicas das grandes potências.

O capítulo está estruturado em quatro tópicos inter-relacionados. O primeiro tópico trata do surgimento e da consolidação das operações militares conjuntas entre China e Rússia no Oceano Pacífico, com ênfase na projeção de poder naval e na centralidade geoestratégica da região à luz dos conceitos de Halford Mackinder (heartland), Alfred Thayer Mahan (domínio dos mares) e Nicholas Spykman (rimland). Em seguida, o segundo tópico analisa o impacto dessas iniciativas sobre a ordem internacional, utilizando como base o realismo ofensivo de John Mearsheimer, que interpreta a maximização de poder como uma tendência natural em contextos anárquicos. O terceiro tópico volta-se para os principais aliados regionais dos EUA; Japão e Austrália, explorando como esses atores respondem à crescente influência sino-russa e atuam dentro da lógica do realismo defensivo de Kenneth Waltz.

No quarto tópico, discutem-se as repercussões dessa intensificação militar para a estabilidade e a segurança regional, com foco na importância dos chokepoints e no controle das principais rotas marítimas da Ásia-Pacífico. Ademais, o último tópico propõe uma análise crítica sobre as implicações dessas transformações para as Relações Internacionais em um cenário cada vez mais multipolar. Este segmento busca refletir sobre como as mudanças nas dinâmicas de poder marítimo e as estratégias interestatais estão moldando uma nova configuração global, marcada por uma distribuição de poder mais difusa e por formas complexas de cooperação e rivalidade. A análise será construída a partir da articulação entre a geopolítica clássica e as teorias realistas, indicando de que

maneira o mar, o poder naval e a competição interestatal seguem sendo vetores centrais na construção da ordem mundial no século XXI.

### 5.1 Surgimento das Operações Conjuntas no Pacífico

Nesta seção, será analisado o desenvolvimento das operações conjuntas sino-russas no Oceano Pacífico, com foco nas capacidades operacionais das duas potências e no esforço que ambas têm feito para aumentar sua presença e influência na região. Nos últimos anos, o Pacífico tem ganhado ainda mais importância estratégica, e China e Rússia vêm intensificando sua cooperação militar por meio de exercícios conjuntos e ações coordenadas que demonstram um nível cada vez maior de organização e integração entre suas Forças Armadas. Para entender melhor esse processo, será feita uma análise com base na geopolítica clássica, principalmente nos conceitos de Alfred Mahan, que destaca a importância do domínio dos mares para o poder global, e Nicholas Spykman, que enfatiza o controle das áreas costeiras como chave para a influência regional. Esses dois autores ajudam a compreender por que o Oceano Pacífico é um espaço tão central nas estratégias atuais de China e Rússia.

A paisagem estratégica do Oceano Pacífico tem passado por mudanças importantes com o aumento e a sofisticação das operações militares conjuntas entre Rússia e China. Exercícios navais e aéreos de grande escala, como as manobras “Interação Naval” e as patrulhas conjuntas de bombardeiros estratégicos, deixaram de ser apenas gestos diplomáticos para se tornarem demonstrações concretas de cooperação militar avançada; trata-se de um esforço planejado para desenvolver capacidades operacionais conjuntas reais, envolvendo comunicação integrada, troca de informações, coordenação logística e realização de missões complexas em diferentes domínios. Um exemplo recente dessa tendência de estratégia entre os dois países é o quarto exercício militar conjunto iniciado em julho de 2024 por China e Rússia, que abrangeu áreas estratégicas do Oceano Pacífico, como o Mar do Sul da China, com o objetivo de reforçar a confiança mútua estratégica e aperfeiçoar capacidades de combate (Euronews, 2024). Segundo a reportagem da Euronews:

[...] as marinhas chinesa e russa deram início a um novo exercício militar conjunto, nas zonas marítimas das partes ocidental e setentrional do Oceano Pacífico, tendo entrado numa zona específica do Mar do Sul da China. Esta patrulha conjunta, a quarta entre os dois países desde 2021, está

planeada de acordo com um calendário anual e com o acordo entre os dois países. (Euronews, 2024)

Para introduzir a análise proposta neste capítulo, é necessário estabelecer uma conexão entre os marcos teóricos discutidos nos capítulos anteriores e os desdobramentos geopolíticos mais recentes na região do Pacífico. Ao longo do trabalho, foram exploradas as principais correntes teóricas das Relações Internacionais, com destaque para o realismo e a geopolítica clássica, e discutiu-se como essas abordagens explicam a dinâmica do poder global. Além disso, abordou-se a ascensão da China e a reconfiguração do sistema internacional contemporâneo, com foco no deslocamento do eixo estratégico para o Indo-Pacífico.

A escolha do Pacífico Ocidental e de suas rotas marítimas mais importantes como foco dessas operações não é aleatória e pode ser bem compreendida a partir da tradição da geopolítica clássica. A ideia de Alfred Thayer Mahan sobre a importância do domínio dos mares para o poder de um país e seu desenvolvimento econômico ajuda a explicar esse movimento. As ações conjuntas entre China e Rússia parecem desafiadoras em relação à superioridade naval dos Estados Unidos e seus aliados, ao mesmo tempo em que afirmam a presença e a capacidade dessas duas potências de atuar e projetar força nessa região estratégica.

Por outro lado, a visão de Nicholas Spykman, que destaca a importância dos litorais e das margens (Rimland) como áreas-chave para o controle do poder global, também ajuda a entender por que tantas dessas operações acontecem em regiões como o Mar do Leste da China, o Mar do Sul da China e os estreitos perto do Japão e da Coreia. Esses pontos são justamente os que Spykman considerava essenciais para dominar a massa continental da Eurásia. Assim, as operações conjuntas no Pacífico são uma forma atualizada de buscar o controle dos mares (como propôs Mahan) e dos litorais estratégicos (como argumentou Spykman), com o objetivo de fortalecer a projeção de poder e influenciar o equilíbrio de forças em uma das regiões mais importantes do mundo (Spykman, 2008).

Ademais, é essencial retomar a contribuição de Halford Mackinder. Sua Teoria do Heartland, formulada ainda no início do século XX, propõe que a chave para o domínio global reside no controle da região central da Eurásia, a chamada "Área Pivô". Segundo Mackinder, "quem comanda a Europa Oriental comanda o Heartland; quem comanda o Heartland comanda a Ilha-Mundo; quem comanda a Ilha-Mundo comanda o mundo" (Mackinder, 2004). Essa perspectiva coloca a Eurásia como o

centro gravitacional da geopolítica mundial e a cooperação estratégica entre China e Rússia deve ser lida à luz dessa ideia. Ao reforçarem suas capacidades militares e sua coordenação em áreas marítimas próximas a esse núcleo continental, ambos os países estão não apenas buscando projeção marítima, mas consolidando sua presença em torno do "coração geopolítico" do planeta, numa tentativa clara de deslocar a hegemonia ocidental.

Ao combinar o controle das rotas marítimas do Pacífico com a proteção do espaço eurasiático, China e Rússia atuam de maneira complementar: enquanto asseguram corredores marítimos essenciais ao seu comércio e presença militar, também consolidam o eixo terrestre que Mackinder via como o ponto de partida do poder global. Isso demonstra uma estratégia de longo alcance, na qual o controle simultâneo do mar e da terra passa a ser fundamental para reconfigurar o equilíbrio de poder no século XXI. Assim, a convergência entre os pensamentos de Mahan, Spykman e Mackinder revela-se essencial para entender o que está em jogo nas ações sino-russas no Pacífico: trata-se de uma disputa que envolve não apenas territórios, mas visões de mundo, modelos de ordem internacional e, sobretudo, a disputa pela centralidade geoestratégica global.

Nesse contexto, o Mar do Sul da China se apresenta como um espaço geopolítico de valor inestimável. Como observa Robert D. Kaplan (2014), essa região funciona como "a garganta dos oceanos Pacífico Ocidental e Índico, o tecido conectivo onde as rotas marítimas globais se entrelaçam". Mais da metade da tonelage anual da frota mercante mundial passa por estreitos como Malaca, Sunda, Lombok e Macáçar, tornando a área um verdadeiro ponto de estrangulamento do comércio global. Além disso, cerca de 80% das importações de petróleo da China transitam por essa rota, o que reforça sua centralidade estratégica não apenas do ponto de vista militar, mas também energético e comercial. Kaplan destaca ainda que, diferente do Golfo Pérsico, onde apenas energia é transportada, no Mar do Sul da China circulam também bens acabados e semiacabados, o que aumenta ainda mais sua importância econômica. Assim, as operações conjuntas no Pacífico são uma forma atualizada de buscar o controle dos mares (como propôs Mahan) e dos litorais estratégicos (como argumentou Spykman), com o objetivo de fortalecer a projeção de poder e influenciar o equilíbrio de forças em uma das regiões mais importantes do mundo (KAPLAN, 2014).

O desenvolvimento das operações conjuntas entre China e Rússia na região do Pacífico representa uma das transformações mais significativas na arquitetura de segurança do século XXI, ao sinalizar não apenas uma aproximação militar estratégica, mas também uma tentativa deliberada de projetar poder e remodelar a influência geopolítica na Ásia-Pacífico. Esse movimento não surge de maneira isolada: trata-se de uma construção gradual e articulada que une interesses convergentes diante da hegemonia ocidental, sobretudo dos Estados Unidos, e que se insere em um contexto mais amplo de revisão da ordem internacional.

A aliança militar em construção entre China e Rússia têm se traduzido em operações práticas de larga escala, como evidenciado nos exercícios Vostok 2022, realizados em setembro daquele ano e amplamente analisados por David Oliver (2023). Durante essa edição, mais de 2.000 soldados do Exército Popular de Libertação da China foram enviados à região do Extremo Oriente russo para participar de treinamentos conjuntos com as forças armadas russas, envolvendo simulações defensivas e ofensivas em sete centros de treinamento do Distrito Militar Oriental, bem como nas regiões costeiras do Mar de Okhotsk e do Mar do Japão. A participação chinesa se deu de forma robusta, com a presença de tanques de batalha Type-99, veículos de infantaria ZBD-08 e aeronaves de combate, o que demonstra não apenas interoperabilidade técnica, mas também a disposição de projetar capacidade bélica em áreas geoestrategicamente sensíveis. A própria escolha da área, próxima à fronteira russo-chinesa e à região do Pacífico Norte, sugere um alinhamento geoestratégico que visa ampliar o raio de ação militar além das fronteiras nacionais, reforçando a presença e a prontidão em áreas disputadas ou de interesse estratégico (Oliver, 2023).

É importante notar que essas operações conjuntas não se limitam à performance tática ou ao treinamento técnico. Elas são carregadas de simbolismo político e de sinalização estratégica, especialmente quando consideradas à luz da continuidade de iniciativas semelhantes, como os jogos militares internacionais (International Army Games), dos quais a China participa desde 2014 e tem sediado desde 2017. A constância dessa cooperação aponta para um padrão de institucionalização militar, ainda que sem um tratado formal de defesa mútua, como o Artigo 5º da OTAN. Mesmo diante da controvérsia internacional em torno da invasão russa da Ucrânia, a China manteve sua participação ativa nos exercícios Vostok e, segundo o Ministério da Defesa chinês, o objetivo seria “desenvolver uma

colaboração mais prática e amigável com os exércitos dos Estados participantes, melhorar o nível de cooperação estratégica e reforçar a capacidade de resposta a ameaças diversas” (Oliver, 2023). Esse posicionamento, embora ambíguo do ponto de vista diplomático, evidencia uma disposição crescente de atuação coordenada em cenários de tensão.

Sob essa perspectiva, as operações conjuntas sino-russas no Pacífico devem ser vistas como uma estratégia multifacetada de projeção de poder. De um lado, fortalecem as capacidades militares integradas e a interoperabilidade entre duas grandes potências. De outro, enviam sinais claros à comunidade internacional, especialmente aos Estados Unidos e seus aliados no Indo-Pacífico, sobre a disposição de contestar a atual distribuição do poder regional.

Nesse sentido, o esforço sino-russo no Pacífico articula poder naval (Mahan) e controle de litorais (Spykman) em uma estratégia coordenada de presença, dissuasão e afirmação. A região, por sua vez, transforma-se em um tabuleiro de cálculo geopolítico, onde a projeção de poder não se resume à capacidade de ataque ou defesa, mas envolve a construção de alianças, o domínio das rotas marítimas e a presença ativa em zonas de fricção. Dessa forma, os exercícios conjuntos não apenas exibem capacidades militares, mas também consolidam uma narrativa de poder compartilhado e de contestação à ordem liberal internacional, refletindo a reconfiguração do equilíbrio de forças na Ásia-Pacífico e antecipando os contornos de uma nova disputa hegemônica global.

## 5.2 Impacto na Ordem Internacional e Rivalidade com os Estados Unidos

Nesta seção, será analisado como as ações navais conjuntas da China e da Rússia vêm desafiando a ordem internacional estabelecida e liderada pelos Estados Unidos. A partir dos princípios do realismo ofensivo, propostos por John Mearsheimer, será discutido como esses dois países buscam aumentar sua influência e capacidade de projeção de poder em um sistema internacional marcado pela anarquia, onde não há uma autoridade central que regule as ações dos Estados. O foco estará em entender como essa cooperação afeta o equilíbrio de poder, especialmente no domínio marítimo, e quais são os impactos dessa movimentação para a posição global dos EUA.

As iniciativas navais da China e da Rússia representam um desafio direto à ordem internacional liderada pelos Estados Unidos, reforçando os pressupostos do

realismo ofensivo de John Mearsheimer. Segundo essa perspectiva, em um sistema internacional anárquico, as potências buscam incessantemente maximizar seu poder para garantir sua sobrevivência e dominância. A expansão das frotas chinesa e russa, com investimentos em porta-aviões, submarinos nucleares e bases estratégicas no Indo-Pacífico e no Ártico, ilustra essa dinâmica. Essas ações não apenas ampliam suas capacidades de projeção de força, mas também corroem a hegemonia naval estadunidense, redefinindo o equilíbrio de poder marítimo em escala global (Mearsheimer, 2001).

A rivalidade com os Estados Unidos torna-se ainda mais evidente quando analisadas as estratégias de negação de acesso (A2/AD, na sigla em inglês) adotadas por Pequim e Moscou. A estratégia de Anti-Acesso e Negação de Área (A2/AD) é frequentemente mal interpretada como um sistema capaz de criar zonas impenetráveis de exclusão. No entanto, como explica Jon Lake (2023), essa percepção é exagerada: o A2/AD não garante a destruição de forças inimigas, mas sim transforma espaços antes dominados em áreas altamente contestadas. A China desenvolveu essa estratégia após constatar sua incapacidade de responder eficazmente à presença militar dos EUA próximo ao seu território, especialmente após a crise do Estreito de Taiwan em 1995-1996 (LAKE, 2023).

A resposta chinesa envolveu o desenvolvimento de uma rede integrada de sistemas de mísseis balísticos e de cruzeiro, sensores espaciais, radares e plataformas aéreas, com o objetivo de afastar as forças norte-americanas da região e limitar sua liberdade de ação. Essa estrutura combina mísseis como o DF-26 e o DF-21, capazes de atingir bases dos EUA em Guam, Okinawa e até Nova Déli, com sistemas de defesa aérea como o HQ-9 e, possivelmente, o S-400 russo. Além disso, a China tem fortalecido suas capacidades aéreas com caças de quinta geração, como o J-20, e um avançado sistema de alerta e guerra eletrônica. Apesar da sofisticação, a eficácia do A2/AD chinês é relativa. Lake (2023) observa que, embora imponha riscos operacionais e aumente os custos de qualquer intervenção externa, especialmente em uma eventual ofensiva contra Taiwan, ele não garante controle total do espaço contestado. Aeronaves furtivas dos EUA, bem como doutrinas de emprego ágil e o uso de bases dispersas, têm o potencial de contornar parte dessas defesas (Lake, 2023).

Ademais, há indícios de que a estratégia chinesa possa ter um papel mais político que militar, ao servir como ferramenta de dissuasão e projeção de poder

regional. Segundo Lake (2023), o A2/AD já influencia a liberdade de navegação e gera incertezas entre os aliados dos EUA no Indo-Pacífico, moldando o ambiente estratégico mesmo sem conflito aberto. Assim, a A2/AD não representa uma bolha inviolável, mas sim uma tentativa sofisticada de negar vantagens táticas e estratégicas a potenciais adversários, impondo-lhes dilemas operacionais e custos crescentes em um eventual confronto, especialmente em torno de Taiwan.

Dessa maneira a China, fortalece sua presença no Mar do Sul da China através de ilhas artificialmente militarizadas, enquanto a Rússia expande sua influência no Mar Negro e no Mediterrâneo. O recente acordo de cessar-fogo negociado entre Estados Unidos, Rússia e Ucrânia, que visa estabilizar a navegação no Mar Negro, reforça essa centralidade. Apesar da divergência inicial quanto às condições do cessar-fogo, com a Rússia exigindo a flexibilização de sanções sobre setores agrícolas e bancários, o esforço diplomático evidencia a importância do Mar Negro como rota vital para o comércio de grãos e como espaço de disputa de poder. O histórico da região, marcado pela retirada unilateral da Rússia de um acordo anterior mediado pela ONU e pela Turquia, revela que o controle marítimo é elemento-chave da estratégia russa. A militarização da Crimeia e a presença em Abkházia são partes de um esforço mais amplo para consolidar o domínio sobre o litoral e garantir profundidade estratégica. Nesse contexto, a instabilidade no Mar Negro não apenas ameaça a segurança regional, mas também compromete a segurança alimentar global, como apontado pela ONU (Satanovskii, 2025).

Essas manobras, alinhadas ao realismo ofensivo, visam limitar a liberdade de ação da Marinha dos EUA e de seus aliados em regiões críticas, aumentando os custos estratégicos de Washington para manter sua supremacia. Nesse contexto, a competição por zonas de influência naval transforma-se em um jogo de soma zero, onde o ganho de uma potência implica necessariamente a perda da outra.

Por fim, a ascensão naval chinesa e russa não apenas altera a distribuição de poder, mas também questiona as instituições e normas internacionais sustentadas pelos EUA desde o pós-Guerra Fria. A formação de alianças alternativas, como a parceria sino-russa no Ártico ou os exercícios navais conjuntos contra a presença ocidental, demonstra uma tentativa de reescrever as regras da governança marítima global. Sob a lógica de Mearsheimer, essa disputa é inevitável, pois a anarquia do sistema internacional incentiva as potências a buscarem oportunidades para enfraquecer rivais e ampliar seu domínio. Assim, o cenário atual aponta para uma

crescente fragmentação da ordem liberal, substituída por uma competição multipolar cada vez mais acirrada nos oceanos.

As iniciativas navais conjuntas entre China e Rússia, especialmente no Pacífico Ocidental, representam um desafio direto à ordem internacional centrada nos Estados Unidos, particularmente no domínio marítimo. A crescente presença dessas potências em áreas como o Mar do Sul da China evidencia uma disputa pelo controle de zonas estratégicas que, até recentemente, estavam sob predominância incontestada da marinha norte-americana. Sob a lente do realismo ofensivo de John Mearsheimer, que entende o sistema internacional como anárquico e baseado na maximização do poder como forma de garantir segurança e sobrevivência, a intensificação da atuação naval sino-russa pode ser compreendida como um movimento racional em direção à hegemonia regional e à dissuasão de rivais externos. Nesse contexto, a região do Indo-Pacífico torna-se palco de uma competição geopolítica multifacetada, em que o poder marítimo não é apenas uma dimensão militar, mas também uma ferramenta de projeção de influência e reconfiguração da balança de poder internacional (Mearsheimer, 2001).

É justamente nessa conjuntura que o questionamento feito por Robert D. Kaplan (2014) em *Asia's Cauldron* ganha relevância: “Para que serve o poder naval? O Mar do Sul da China pode responder a essa pergunta para o público americano durante a primeira metade do século XXI.”<sup>6</sup> Para Kaplan, a ascensão da China está obrigando os Estados Unidos a repensarem o papel de sua marinha e a justificarem seus elevados investimentos em poder naval perante a opinião pública doméstica. Durante décadas, o foco da atenção midiática e dos recursos militares norte-americanos esteve concentrado em conflitos terrestres no Oriente Médio, como as guerras no Iraque e no Afeganistão. A marinha, por sua vez, tornou-se uma força estratégica invisível aos olhos do cidadão comum; uma instituição distante, cujo valor prático parecia difuso e difícil de ser traduzido em termos políticos imediatos (Kaplan, 2014).

No entanto, com o fim progressivo dessas campanhas terrestres e a emergência de uma Ásia cada vez mais instável e contestada, especialmente no eixo marítimo, a marinha dos Estados Unidos encontra uma nova razão de ser: conter a expansão chinesa e reafirmar a liberdade de navegação e a manutenção do

---

<sup>6</sup> Trecho original: What is naval power for? The South China Sea might answer that question for the American public during the first half of the twenty-first century.

status quo no Indo-Pacífico. Como bem observa Kaplan, “A Ásia é principalmente uma esfera marítima”<sup>7</sup> e, por isso, os mares do leste e sudeste asiático transformam-se no novo centro de gravidade estratégico da rivalidade entre grandes potências (Kaplan, 2014).

Nesse cenário, a consolidação de capacidades operacionais conjuntas entre China e Rússia, com exercícios coordenados, presença em corredores marítimos críticos e sinalizações diplomáticas com peso militar, não apenas desafia a hegemonia naval dos EUA, mas também altera as percepções de segurança entre os atores regionais. O Mar do Sul da China, com sua importância energética e comercial, assume o papel de uma arena simbólica e prática onde se materializa a disputa por zonas de influência.

O esforço chinês por controlar essa região, e o apoio russo como forma de contestar a ordem liberal internacional, reforçam a leitura de Mearsheimer de que grandes potências tendem a buscar vantagens relativas e a limitar a influência de rivais próximos. Assim, a crescente militarização dos mares asiáticos sinaliza não apenas uma transformação no equilíbrio de poder regional, mas também o reposicionamento das estratégias marítimas globais, com os Estados Unidos sendo pressionados a redefinir sua presença e sua doutrina naval para responder a um ambiente mais competitivo e menos previsível.

### 5.3 O Papel dos Aliados dos EUA e as Repercussões para a Estabilidade Regional

Este item examina como os principais aliados regionais dos EUA agem para conter ou equilibrar a influência sino-russa, com base nos pressupostos do realismo ofensivo de Waltz, que destaca o comportamento de contenção e o equilíbrio de poder em um sistema internacional cada vez mais multipolar.

O papel dos aliados dos EUA, como o Japão e a Austrália, é fundamental na estratégia de contenção e equilíbrio do poder diante da crescente influência da China e da Rússia no cenário internacional. Segundo os pressupostos do realismo defensivo de Waltz, esses países buscam preservar sua própria segurança e estabilidade através de mecanismos de equilíbrio de poder, atuando de forma coordenada com os EUA para dissuadir possíveis ameaças.

---

<sup>7</sup> Trecho original: “Asia is primarily a maritime sphere”

O Japão, por exemplo, reforça suas capacidades militares e mantém uma aliança estreita com os Estados Unidos, sentido-se vulnerável às ambições militares chinesas e à assertividade da Coreia do Norte, garantindo assim seu status de potência regional e sua segurança perante possíveis ações revisionistas. Segundo Rory Medcalf (2020), há apenas uma década o país se encontrava em um estado de “melancolia geopolítica”, marcado por um certo retraimento estratégico. No entanto, o cenário mudou. O Japão tem se tornado um dos atores mais diplomáticos e militarmente ativos do Indo-Pacífico, segundo apenas à China. Embora ainda dependa fortemente da aliança com os Estados Unidos, especialmente do guarda-chuva nuclear e da presença da Sétima Frota em Yokosuka, Tóquio vem desenvolvendo uma estratégia mais abrangente, buscando diversificar suas relações por meio da iniciativa do “Indo-Pacífico Livre e Aberto”, proposta pelo ex-primeiro-ministro Shinzo Abe. Essa abordagem procura aproveitar as possibilidades da multipolaridade regional ao estabelecer vínculos com potências médias como a Índia e ampliar sua cooperação com a Europa e o Sudeste Asiático, em uma tentativa clara de conter a expansão da influência chinesa sem abdicar de sua própria soberania e estabilidade (Medcalf, 2020).

A Austrália, por sua vez, atua como um componente estratégico importante na região do Indo-Pacífico, impulsionando uma postura de contenção e fortalecimento de alianças multilaterais ao mesmo tempo em que amplia sua presença militar e cooperação com os Estados Unidos. Assim, a Austrália representa um caso emblemático de vulnerabilidade estratégica. Apesar de sua vastidão territorial e riqueza de recursos, o país depende criticamente de importações de combustíveis refinados e é altamente sensível à interrupção das rotas marítimas do Sudeste Asiático. Conforme aponta Medcalf (2020), essa dependência tornou-se um fator central nas decisões de segurança nacional, impulsionando Canberra a adotar uma postura mais ativa na região. A “estratégia do passo adiante” (step-up strategy) intensificou os investimentos em diplomacia, ajuda internacional e segurança no Pacífico Sul; uma área que a China vem consolidando como parte de sua Iniciativa Cinturão e Rota desde 2015, por meio de visitas navais, projetos de infraestrutura e esforços de influência política. Para a Austrália, portanto, não se trata apenas de proteger aliados frágeis, mas de salvaguardar interesses nacionais vitais frente à expansão chinesa em áreas de sua tradicional esfera de influência (Medcalf, 2020).

Essa atuação reflete uma compreensão, segundo Waltz, de que o sistema internacional multipolar exige que os Estados busquem equilibrar o poder por meio de alianças estratégicas e ações coordenadas para evitar a dominação de uma potência hegemônica, neste caso, a China. Esses países, ao alinharem suas políticas de segurança à dos EUA, criam uma rede de frenagem às ações na região, contribuindo para um sistema de segurança regional mais estável, embora também enfrentam dilemas quanto à autonomia de suas políticas externas frente à influência imperialista e às pressões econômicas exercidas por suas potências neighbors. Nesse contexto, o comportamento de contenção e o esforço de equilíbrio de poder por parte desses aliados exemplificam a aplicação prática do realismo defensivo na busca por preservar seus interesses estratégicos dentro de uma configuração internacional multipolar cada vez mais complexa e desafiadora.

A intensificação das disputas navais na região do Indo-Pacífico representa um elemento de grande impacto na estabilidade e na segurança regional, configurando-se como uma das principais áreas de preocupação nas configurações geopolíticas contemporâneas. Nesse contexto, a geopolítica clássica oferece uma compreensão fundamental ao destacar a importância estratégica dos chokepoints, estreitos marítimos que representam pontos de passagem essenciais para o comércio global e a mobilidade naval. Controle desses estreitos, como o Estreito de Malaca, o Estreito de Sunda, o Estreito de Bab el-Mandeb e o Estreito de Hormuz, torna-se uma questão de segurança vital, pois qualquer confronto ou bloqueio nesses locais pode interromper rotas comerciais globais, afetando não apenas a economia regional, mas também a estabilidade internacional.

Do ponto de vista do realismo, essa crescente disputa marítima reforça a dinâmica de segurança coletiva, na qual os Estados buscam proteger seus interesses estratégicos por meio da formação de alianças e do fortalecimento de capacidades militares. A preocupação com a manutenção do controle marítimo e a garantia de liberdade de navegação evidenciam uma estratégia de equilíbrio de poder, onde cada ator tenta garantir sua segurança diante de um sistema internacional multipolar cada vez mais complexo e imprevisível. Entretanto, esse cenário também pode gerar uma maior precarização da estabilidade regional, uma vez que a presença de rivalidades intensificadas tende a aumentar a probabilidade de incidentes e conflitos, inclusive de natureza militar.

A intensificação da competição estratégica no Indo-Pacífico impulsionou os principais aliados regionais dos Estados Unidos, especialmente Japão, Coreia do Sul e Austrália, a repensarem suas estratégias de segurança e suas posições geopolíticas dentro de um sistema internacional cada vez mais multipolar. Em um contexto de rivalidade crescente entre EUA e China, esses Estados vêm assumindo papéis mais proativos, buscando simultaneamente manter a aliança com Washington e ampliar sua autonomia estratégica. À luz do realismo defensivo de Kenneth Waltz, observa-se que a formação de alianças, o fortalecimento de capacidades militares e a diversificação de parcerias regionais emergem como estratégias fundamentais de contenção e equilíbrio de poder em um sistema anárquico e instável (Waltz, 1979).

Esse movimento dos aliados regionais dos Estados Unidos confirma a tese realista de que os Estados buscam formas de garantir sua sobrevivência e autonomia diante de incertezas sistêmicas. A multipolaridade emergente no Indo-Pacífico, como argumenta Medcalf, reflete a rejeição a modelos centrados exclusivamente em Washington e Pequim. A ascensão de potências médias e a afirmação de suas agendas próprias tornam inviável a sustentação de uma ordem unipolar ou bipolar. “A noção de uma ordem estratégica que não reconheça os direitos e a agência de múltiplos atores tornou-se insustentável”<sup>8</sup>, afirma o autor, destacando que um sistema multipolar pode, inclusive, ser mais estável e respeitoso à soberania das nações do que as configurações centradas na rivalidade hegemônica (Medcalf, 2020, p. 105).

Dessa forma, observa-se que Japão e Austrália, ao lado da Coreia do Sul, desempenham um papel essencial na contenção da influência sino-russa e na consolidação de um Indo-Pacífico mais equilibrado. Suas estratégias, ancoradas em alianças tradicionais, mas também em iniciativas autônomas e regionais, ilustram a lógica do realismo defensivo ao buscar o equilíbrio de poder e a autopreservação diante das transformações sistêmicas da ordem internacional.

---

<sup>8</sup> Trecho original: “In any case, in the new era of the Indo-Pacific, multipolarity is becoming a fact: the notion of a strategic order that fails to acknowledge the rights and agency of many players has become a non-starter.”

#### 5.4 Implicações para as Relações Internacionais em um Contexto Multipolar

A transição para um sistema internacional multipolar, impulsionada pelas crescentes disputas e pela afirmação marítima das potências regionais, representa uma mudança profunda na dinâmica das relações internacionais no século XXI. Nesse novo cenário, o mar emerge como um espaço estratégico, onde a competição pelo controle dos chokepoints, presença naval e domínio das rotas comerciais reflete a redistribuição de poder entre Estados que buscam garantir seus interesses de segurança e influência. A geopolítica clássica fornece uma estrutura analítica essencial para compreender essa transformação, destacando a importância do controle territorial, das rotas marítimas e do posicionamento estratégico, enquanto as teorias realistas reafirmam a lógica de segurança máxima e o equilíbrio de poder como elementos centrais na configuração de um sistema onde múltiplas potências atuam com autonomia relativa, frequentemente em conflito ou cooperação limitada, dependendo das interesses estratégicos em jogo.

A demais, a competição geopolítica contemporânea não se limita ao domínio militar convencional. Como destaca Blackwill (2016), Estados como China e Rússia vêm utilizando amplamente instrumentos de natureza econômica para alcançar objetivos estratégicos, prática que os autores denominam de geoeconomia, sendo a um instrumento político que combina elementos da geopolítica com ferramentas econômicas. Ao analisar a política externa norte-americana, Blackwill argumenta que os Estados Unidos, embora ainda mantenham a força militar como um componente central de sua atuação internacional, têm negligenciado o uso sistemático de instrumentos econômicos, o que compromete sua influência global. Em contraste, China e Rússia recorrem com frequência à coerção econômica, à dependência comercial e ao investimento estratégico para ampliar sua influência e minar a posição norte-americana, especialmente em regiões como o Sudeste Asiático, a África e a América Latina (Blackwill, 2016).

Nesse sentido, além do controle físico do território ou da superioridade militar, está em jogo a capacidade de manipular fluxos econômicos e dependências estratégicas como forma de projeção de poder. O caso da China é ilustrativo, pois ao combinar pressão militar sobre áreas disputadas, como o Mar do Sul da China, com restrições comerciais e incentivos a parceiros regionais, constroi uma estratégia

integrada que redefine as fronteiras tradicionais entre guerra, economia e diplomacia.

Logo, o Indo-Pacífico tem se consolidado como epicentro das tensões geopolíticas contemporâneas. O aumento significativo dos gastos militares e da presença naval na região revela uma mudança no padrão de comportamento das potências litorâneas da Ásia, que passaram de modernizações defensivas para uma dinâmica de “ação-reação”, configurando uma corrida armamentista marcada por aquisições de submarinos, mísseis balísticos e sistemas cibernéticos avançados. A ascensão militar da China, impulsionada por sua impressionante trajetória de crescimento econômico nas últimas décadas, reflete uma estratégia deliberada de projeção de poder no seu entorno marítimo imediato. Como observa Kaplan (2014), a China superou os Estados Unidos na construção de submarinos e se beneficia de operar em águas próximas ao seu território, o que lhe confere vantagem operacional no teatro do Pacífico Ocidental (Kaplan, 2014).

A região do Mar do Sul da China, nesse cenário, adquire importância geoestratégica fundamental. Ao conectar o Estreito de Malaca ao Estreito de Taiwan, essa área funciona como elo vital entre o Oriente Médio, o subcontinente indiano e o nordeste asiático, comparável ao papel histórico do Mediterrâneo para a Europa. O domínio chinês sobre esse espaço representa não apenas um reforço à sua segurança nacional, especialmente nas províncias mais populosas do sul, mas também a consolidação de uma plataforma de projeção regional que estende sua influência até o Sudeste Asiático. Como destaca Mingjiang Li, citado por Kaplan, essa presença reforçando a percepção de que o controle sobre esse mar é um pré-requisito para garantir sua ambição de status como potência global (Kaplan, 2014).

Ao mesmo tempo em que a China adota uma postura mais firme no Indo-Pacífico, a Rússia também tem reformulado sua estratégia marítima como parte importante do seu esforço para se reafirmar como uma potência global. Apesar de ser tradicionalmente uma potência continental, com acesso limitado a mares quentes, a Rússia tem usado o espaço marítimo de forma estratégica, especialmente depois da anexação da Crimeia em 2014. Com esse movimento, Moscou passou a controlar, de forma efetiva, o Mar Negro, uma área-chave para projetar influência tanto no Mediterrâneo quanto na África. Segundo Blank (2022), a anexação também fortaleceu a presença da Marinha russa na base de Sebastopol e

permitiu ao país usar o domínio marítimo como forma de pressão política e econômica, limitando a circulação de navios e ameaçando a segurança energética da Europa, que depende de gasodutos que passam por essa região (Blank, 2022).

Ademais, a Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI), como destaca Álvares (2020), revela a ambição da China em moldar uma nova arquitetura regional e global centrada na conectividade eurasiática. Ao articular a Rota da Seda terrestre com a Rota Marítima do Século XXI, o projeto ultrapassa a lógica meramente econômica para assumir contornos geopolíticos significativos. A estratégia visa à criação de redes logísticas e comerciais que ampliem o raio de ação chinês, promovendo uma integração funcional entre infraestrutura, comércio, finanças e diplomacia, o que a autora denomina de “modelo ganha-ganha”, baseado na cooperação e no benefício mútuo (Álvares, 2020).

No contexto da aliança sino-russa, a BRI reforça a posição da China como força motriz de um novo eixo euroasiático, no qual Moscou desempenha um papel estratégico, ainda que secundário. A Rússia, embora não integre formalmente a BRI, vê na parceria com Pequim uma oportunidade para revitalizar sua influência na Eurásia e garantir acesso a investimentos e infraestrutura, especialmente nas regiões orientais e no Ártico. Nesse sentido, a BRI também dialoga com a atuação marítima chinesa no Mar do Sul da China e com sua crescente presença no Oceano Índico, consolidando rotas estratégicas vitais para o comércio e a segurança energética do país. Já a Rússia, como discutido anteriormente, aposta em estratégias de controle de acesso (A2/AD) e fortalecimento de sua presença em áreas-chave como o Mar Negro e o Ártico, onde a cooperação com a China tem sido, até o momento, essencialmente econômica, como pontua Trenin (2020).

Como a China, a Rússia combina recursos militares e econômicos em sua atuação estratégica. A presença naval russa protege investimentos em portos no Mediterrâneo, como em Tartus (Síria), e no Ártico, onde o país tem reforçado sua frota de navios quebra-gelo e construído bases militares para dominar a Rota do Mar do Norte. No entanto, diferente da China, cujo poder naval está baseado em uma economia forte e em investimentos industriais, a Rússia enfrenta limitações econômicas importantes. Sua Marinha depende de atualizações pontuais e de parcerias estratégicas, como o compartilhamento de tecnologia com países como Índia e Vietnã. Por isso, a atuação russa é mais marcada por estratégias pontuais e de bloqueio de acesso (A2/AD) em regiões próximas ao seu território, o que reforça

a visão realista de que potências com menos recursos tentam explorar ao máximo as vantagens locais em um mundo multipolar. Como destaca Zysk (2020), o Ártico é um exemplo dessa postura: ao mesmo tempo em que é uma área sensível, pela dependência da Rússia em exportar energia, também é uma plataforma de poder, pela crescente presença militar, tornando o país uma “potência disruptiva” que desafia as regras estabelecidas no sistema internacional (Zysk, 2020).

Essa lógica de atuação estratégica também se manifesta no Ártico, onde a cooperação sino-russa revela tanto convergências pragmáticas quanto tensões latentes. Como aponta Dmitri Trenin (2020), o envolvimento da China na região é tolerado pela Rússia na medida em que representa uma oportunidade de investimento e apoio econômico frente às sanções ocidentais. No entanto, essa colaboração é cuidadosamente administrada por Moscou, que busca preservar sua primazia no Ártico e evitar qualquer diluição de sua soberania sobre rotas comerciais e reservas energéticas vitais. Nesse contexto, a Rússia utiliza sua vantagem geográfica e militar para manter o controle da Rota do Mar do Norte, ao mesmo tempo em que permite à China atuar como parceira econômica, especialmente no financiamento de projetos de infraestrutura. Segundo o autor, essa dinâmica evidencia um equilíbrio delicado: enquanto a China avança com sua iniciativa da Rota da Seda Polar, expandindo sua presença como potência próxima a o Ártico, a Rússia reforça sua postura defensiva, investindo em bases militares, tecnologias de monitoramento e capacidade de dissuasão (Trenin, 2020).

O aprofundamento das articulações euroasiáticas no pós-Guerra Fria reflete um processo dinâmico de reconfiguração estratégica diante da persistência da hegemonia ocidental. A crise da Ucrânia em 2014 representou um ponto de mudança, impulsionando a Rússia a se reposicionar enquanto potência eurasiática, ao mesmo tempo em que reforçava sua aproximação com a China. Conforme analisa Alvares (2020), esse movimento se deu não apenas como resposta a sanções e pressões externas, mas também como uma aposta em novas formas de regionalismo. Nesse cenário, emerge uma arquitetura de cooperação flexível, cuja principal função é conter interferências de atores extrarregionais e construir alternativas de governança baseadas no multilateralismo regional. A coordenação entre a União Econômica da Eurásia (UEE) e a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) simboliza esse esforço conjunto sino-russo de moldar a ordem regional segundo suas prioridades estratégicas. Ainda que haja assimetrias de poder e desconfianças

pontuais, a convergência entre Moscou e Pequim se sustenta pela percepção comum de que a construção de uma “Grande Eurásia” é uma via legítima de contestação ao poder unipolar. Assim, mais do que uma simples parceria bilateral, o que se consolida é um campo de amarrações estruturais que busca posicionar a Eurásia como centro gravitacional de uma nova ordem mundial em gestação (Alvares, 2020).

Além disso, essa nova configuração implica uma mudança na forma de interação entre os Estados, que passam a atuar num ambiente apreensivo de rivalidades estruturais e alianças flexíveis, onde o poder naval e o controle marítimo desempenham um papel central na projeção de força e na defesa de interesses. Essa dinâmica reforça a ideia, fundamentada pelo realismo, de que o mar é uma arena de poder vital, e que o domínio marítimo torna-se uma fonte de vantagem competitiva crucial em uma ordem mundial marcada por interesses conflitantes. Portanto, as relações internacionais do século XXI ganham uma dimensão marítima mais complexa, na qual o domínio naval e o controle de estratégicos pontos de passagem são determinantes para a manutenção do status e da segurança dos Estados envolvidos.

Por fim, a análise dessa evolução revela que o sistema multipolar, embora potencialmente capaz de promover maior equilíbrio de poder, também acarreta riscos de instabilidade. A busca por hegemonia no mar por parte de algumas potências pode escalar em confrontos ou concorrências descontroladas, dificultando a implantação de mecanismos efetivos de cooperação internacional. Nesse contexto, a combinação das perspectivas da geopolítica clássica e do realismo oferece uma leitura pertinente, mostrando que o mar, por sua natureza de espaço de poder e influência, continua a moldar profundamente as relações interestatais. Assim, o século XXI se caracteriza por uma complexa rede de rivalidades e alianças, onde a disputa marítima e o poder naval não apenas refletem a transformação do sistema global, mas também determinam o futuro da estabilidade internacional sob uma configuração cada vez mais multipolar.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo central investigar de que forma a cooperação naval e militar sino-russa afeta o equilíbrio de poder e de segurança na região do Pacífico. Com base em uma hipótese que parte da premissa de que essa cooperação desafia a hegemonia dos Estados Unidos e de seus aliados, buscou-se compreender se e como a aliança entre China e Rússia transforma as dinâmicas de poder no sistema internacional contemporâneo.

Ao longo do desenvolvimento do trabalho, adotou-se um embasamento teórico fundamentado nas teorias da Geopolítica Clássica e do Realismo nas Relações Internacionais, que permitiram contextualizar a importância estratégica das regiões marítimas e a lógica da competição por poder e segurança no cenário internacional. A partir dessas teorias, foi possível sustentar que Estados agem de forma racional e estratégica para garantir sua sobrevivência e ampliar sua influência, o que se comprova nas ações coordenadas entre Pequim e Moscou. Assim, o capítulo teórico ofereceu uma estrutura analítica para interpretar o comportamento internacional de China e Rússia à luz das teorias tradicionais das Relações Internacionais. Tais abordagens foram decisivas para construir uma análise crítica e estratégica da parceria sino-russa, permitindo interpretar suas ações como uma forma de resistência ao status quo político e de reafirmação de soberania frente à ordem liberal liderada pelos Estados Unidos.

A partir do Realismo, foi possível destacar que a cooperação sino-russa não é baseada em afinidades ideológicas, mas está inserida em uma estrutura de rivalidade sistêmica, na qual alianças são utilizadas como instrumentos de resistência à hegemonia vigente. A presença crescente das forças armadas de ambos os países no Oceano Pacífico, por meio de patrulhas conjuntas, manobras militares e acordos de defesa mútua, expressa de maneira concreta essa reconfiguração do jogo de poder no cenário global.

No campo da Geopolítica Clássica, as contribuições de Alfred Mahan, Nicholas Spykman e Halford Mackinder forneceram ferramentas analíticas essenciais para entender os fundamentos geoestratégicos que orientam a expansão da atuação militar e naval sino-russa. Mahan, ao enfatizar a centralidade do domínio marítimo para o poder global, ajuda a compreender a preocupação chinesa e russa

com as rotas do Indo-Pacífico, especialmente em regiões altamente militarizadas como o Mar do Sul da China e os estreitos que rodeiam o arquipélago japonês. Spykman, por sua vez, complementa essa análise ao destacar o papel estratégico dos litorais (o Rimland) como zonas decisivas para o controle da massa continental da Eurásia. Sua lógica permite interpretar por que os litorais do leste asiático se tornaram foco de tensão e posicionamento militar.

Contudo, é na perspectiva de Halford Mackinder que se encontra uma chave mais profunda para entender o sentido de longo prazo dessas estratégias. Ao formular a Teoria do Heartland, Mackinder defendeu que a região central da Eurásia é o núcleo do poder mundial e que o domínio desse espaço garantiria, a quem o controlasse, uma posição privilegiada no sistema internacional. Nesse sentido, a consolidação da parceria sino-russa não pode ser vista apenas como uma resposta tática à presença ocidental no Pacífico, mas também como uma tentativa de solidificar o domínio da Área Pivô. Ao reforçarem sua presença tanto no mar quanto na terra, China e Rússia caminham rumo àquilo que Mackinder previu: a união entre o controle do Heartland e o acesso estratégico ao mar como fundamento para uma nova correlação de forças global.

Ademais, a teoria realista se mostra indispensável para a compreensão da dinâmica estratégica que permeia a cooperação naval e militar sino-russa e sua repercussão sobre o equilíbrio de poder no Indo-Pacífico. A abordagem estrutural de Kenneth Waltz, ao enfatizar a lógica da anarquia e da autopreservação dos Estados no sistema internacional, fornece uma base sólida para interpretar os comportamentos defensivos e a formação de alianças como respostas racionais a ameaças percebidas. Waltz argumenta que, em um ambiente internacional desprovido de autoridade central, os Estados tendem a buscar o equilíbrio de poder para garantir sua segurança, movimento evidenciado tanto nas ações da China e da Rússia quanto nas reações dos aliados dos Estados Unidos na região.

Por sua vez, John Mearsheimer, com sua vertente do realismo ofensivo, contribui para entender as estratégias de expansão e afirmação de poder adotadas por grandes potências como China e Rússia. Ao sustentar que os Estados buscam maximizar seu poder relativo com o objetivo de alcançar hegemonia regional e evitar a vulnerabilidade, Mearsheimer permite explicar por que essas potências têm investido na projeção de poder naval e na cooperação estratégica para desafiar o status quo dominado pelos EUA. A lógica ofensiva da China, ao militarizar o Mar do

Sul da China e expandir sua influência pela Iniciativa do Cinturão e Rota, ilustra claramente essa busca por superioridade regional.

Portanto, a teoria geopolítica clássica, em articulação com os pressupostos do Realismo, revelou-se fundamental para interpretar a cooperação naval e militar sino-russa como parte de um projeto estratégico mais amplo, que transcende o momento presente. Trata-se de um movimento que busca reformular as estruturas do poder internacional a partir de uma lógica multipolar, onde a geografia, os recursos e a projeção militar se entrelaçam para redesenhar as esferas de influência e reequilibrar o sistema global em favor de novas potências emergentes.

A análise do histórico da relação sino-russa revelou uma trajetória complexa, marcada por aproximações e rupturas, mas que atualmente se materializa em uma parceria pragmática e estratégica diante da percepção de ameaça comum representada pela ordem internacional liderada pelos EUA. Assim o capítulo histórico demonstrou que a atual parceria estratégica entre China e Rússia é o produto de um longo processo histórico, atravessado por interesses geopolíticos, reconfigurações ideológicas e imperativos de sobrevivência internacional. Desde os primeiros contatos no século XVII, por meio dos tratados de Nerchinsk e Kyakhta, a relação entre essas duas potências foi marcada por uma coexistência ambivalente, na qual a tensão territorial convivia com a necessidade de entendimento diplomático. Ao contrário de outras potências ocidentais que se relacionavam com a China a partir de práticas coloniais e invasivas, a Rússia desenvolveu um vínculo distinto, influenciado por sua proximidade geográfica e pela percepção de que a estabilidade da fronteira comum era uma questão de sobrevivência mútua. Essa particularidade moldou um tipo de relação que, mesmo diante de conflitos, como os tratados desiguais do século XIX ou os atritos ideológicos do século XX, conservou elementos de pragmatismo político e cálculo estratégico compartilhado.

A transição do século XIX para o XX trouxe novos desafios e oportunidades: a Revolução Russa e, posteriormente, a Revolução Chinesa abriram espaço para uma solidariedade socialista que, embora promissora, logo foi corroída por divergências ideológicas e disputas por hegemonia no mundo comunista. Ainda assim, as experiências de dependência, ruptura e reconciliação ao longo do século XX deixaram marcas profundas nas estruturas de política externa de ambos os Estados. A normalização das relações no pós-Guerra Fria, portanto, não deve ser vista como um recomeço, mas como uma continuidade reinterpretada, uma tentativa de superar

velhas desconfianças por meio de novos alinhamentos diante de um sistema internacional em transformação. O colapso da União Soviética e a ascensão econômica da China não apenas reposicionaram essas potências no tabuleiro global, como também reativaram memórias estratégicas que favorecem a atual convergência.

Dessa forma, compreender o passado é fundamental para interpretar o presente. A parceria sino-russa que hoje se manifesta em fóruns multilaterais, projetos econômicos conjuntos e exercícios militares coordenados encontra suas raízes em séculos de interação, adaptação e disputa por influência regional. O resgate dessa história revela que a atual aproximação entre Moscou e Pequim não é um fenômeno conjuntural ou meramente tático, mas sim uma construção política atracada em uma trajetória de enfrentamentos comuns, exclusões geopolíticas e aspirações por autonomia frente à hegemonia ocidental. Esse pano de fundo histórico oferece as chaves para analisar, nos capítulos seguintes, como essa cooperação evoluiu no campo militar e naval, e de que maneira ela desafia a ordem internacional vigente. Mais do que uma aliança de conveniência, a relação entre China e Rússia configura-se como um eixo estratégico que, ao mobilizar passado e presente, projeta um futuro multipolar, repleto de tensões, contradições e redesenhos de poder no espaço eurasiático e, especialmente, na região do Pacífico.

Nesse contexto, o fortalecimento da aliança a partir dos anos 2000, e especialmente após 2013 com a chegada de Xi Jinping ao poder, representou uma mudança na natureza da relação bilateral. A assinatura de acordos nas áreas de defesa, energia e tecnologia, aliada à realização de exercícios navais em regiões sensíveis como o Mar Báltico e o Mar do Japão, evidencia a disposição dos dois países em projetar poder e desafiar a arquitetura de segurança regional dominada pelos Estados Unidos e seus aliados. No entanto, a análise histórica também mostrou que, apesar da intensificação das ações conjuntas, a aliança permanece limitada por legados do passado, a busca por autonomia estratégica e as diferentes visões sobre governança global.

A trajetória da cooperação sino-russa, portanto, se insere em uma lógica de resistência gradual e estratégica ao domínio ocidental, mas sem romper completamente com o sistema internacional existente. As ações de ambos os países indicam uma tentativa de reconfigurar as esferas de influência e de promover uma nova ordem multipolar, mas ainda amparadas por estruturas herdadas da Guerra

Fria e moldadas pelas condições atuais da globalização. Assim, o capítulo histórico foi essencial para revelar como o passado influencia as decisões estratégicas do presente, e como o acúmulo de experiências, desconfianças e alinhamentos molda a forma com que China e Rússia constroem sua aliança no cenário geopolítico contemporâneo.

No entanto, a partir do estudo aprofundado das capacidades navais e militares de China e Rússia, ficou evidente que essa parceria, embora significativa, possui limitações estruturais e operacionais. A China apresenta uma estratégia de projeção de poder com alcance global, fortalecendo sua marinha com o objetivo de proteger seus interesses comerciais e políticos além de sua região. Já a Rússia adota uma postura predominantemente defensiva, focada na proteção de suas fronteiras e na manutenção de sua influência em regiões históricas de interesse.

Nesse cenário, por exemplo, a Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI) assume centralidade como estratégia de projeção chinesa. Combinando conectividade física, diplomacia econômica e presença marítima, a China busca estabelecer um cinturão geoeconômico e naval que redefina o eixo do poder global. A Rússia, embora em posição assimétrica, contribui com sua expertise militar e controle territorial, especialmente no Ártico e no Mar Negro. Essa cooperação se traduz em exercícios conjuntos, coordenação política e interdependência econômica estratégica. Ainda assim, a aliança é marcada por limitações: a assimetria de capacidades, os interesses divergentes em certas regiões e a falta de institucionalização profunda impedem que se configure como uma aliança formal ou permanente. Trata-se, portanto, de uma parceria pragmática, guiada pela convergência de ameaças percebidas e pela necessidade de desafiar a ordem ocidental liderada pelos EUA.

Apesar dos exercícios conjuntos, persistem desafios significativos de confiança e doutrina militar, como demonstrado pelas análises da Rand Organization (2024). Fatores como o alto grau de centralização no comando russo, as diferenças culturais organizacionais e o rígido controle político do Partido Comunista Chinês limitam a profundidade da cooperação militar. Outro ponto importante revelado é que, embora a aliança ofereça ganhos diplomáticos e simbólicos, ela ainda exige capacidade operacional integrada para confrontos militares complexos.

Outrossim, é importante destacar algumas limitações significativas enfrentadas durante a realização deste estudo. Uma das principais refere-se à predominância de fontes internacionais com forte viés ocidental, muitas vezes,

alinhadas aos interesses geopolíticos dos Estados Unidos e seus aliados. Tais fontes, embora úteis e analiticamente ricas, tendem a retratar a cooperação sino-russa como uma ameaça direta à ordem liberal internacional, o que pode comprometer a imparcialidade da análise. Esse viés político e ideológico, presente em relatórios, estudos estratégicos e artigos de institutos internacionais, exigiu um esforço crítico constante para identificar narrativas influenciadas por agendas externas.

Portanto, os resultados encontrados permitiram confirmar parcialmente a hipótese inicialmente proposta. A aliança sino-russa efetivamente exerce influência sobre o equilíbrio de poder na região do Pacífico, especialmente ao simbolizar uma frente comum de contestação à hegemonia ocidental. No entanto, essa influência ainda se dá majoritariamente no plano simbólico e diplomático, sem que haja, até o momento, uma capacidade militar integrada suficiente para redefinir de forma imediata as estruturas de segurança estabelecidas. Destarte, embora haja potencial para que essa cooperação evolua e venha a constituir um novo modelo de segurança regional, baseado na multipolaridade e na ênfase na soberania nacional, tal transformação ainda se encontra em estágio inicial e enfrenta obstáculos concretos de ordem técnica, política e estratégica.

Dessa forma, embora a aliança sino-russa exerça influência simbólica e estratégica no cenário internacional, ela ainda não possui força operacional suficiente para reconfigurar, de forma definitiva, o equilíbrio de poder e de segurança no Pacífico. Há, sem dúvida, um potencial de transformação, sobretudo na consolidação de alternativas à hegemonia ocidental, mas tal potencial permanece limitado por fatores internos e estruturais.

Por fim, esta pesquisa contribui para o debate sobre as transformações no sistema internacional e oferece subsídios para futuras investigações sobre o papel da Ásia-Pacífico na nova ordem multipolar. Estudos futuros poderão explorar com maior profundidade os impactos tecnológicos, econômicos e cibernéticos da aliança sino-russa, temas que permanecem relevantes e em constante evolução.

## REFERÊNCIAS

ADAM, Gabriel Pessin. (2012). **A Rússia como grande potência e a parceria estratégica com a China**. In: ALVES, André Gustavo (ORG). **O renascimento de uma potência? A Rússia no século XXI**. Brasília: Ipea, 2012.

ALVARES, Ticiane de Oliveira. **Rússia e China: uma parceria estratégica em busca da multipolaridade**. 2020. 133 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Rio de Janeiro, 2020.

ALVARES, Ticiane; Padula, Raphael. **A parceria sino-russa e a disputa pela Eurásia: imperativos geopolíticos e alianças conjunturais pelo controle do continente basilar**. Geosul. Edição v. 35 n. 77 (2020): Dossiê: a China, sua dinâmica e seu papel no mundo pós-pandemia.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/78224/44647>  
Acesso em: 4 jun. 2025.

BARACUHY, Braz (Org.). **Os fundamentos clássicos da geopolítica: Mahan, Mackinder, Spykman**. Brasília: FUNAG, 2021.

BARDACH, John E.; COTTER, Charles Henry. Pacific Ocean. *Encyclopædia Britannica*. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Pacific-Ocean>. Acesso em: 12 jun. 2025.

BISSIO, Beatriz. Novos cenários geopolíticos: A aliança entre a Rússia e a China pode mudar o futuro da Eurásia. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v. 9, n. 3, 2017. Universidade Federal Fluminense, Brasil. Disponível em: <https://doi.org/10.15175/1984-2503-20179308>. Acesso em: 17 out. 2024.

BLACKWILL, R. D., & Harris, J. M. (2016). *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft*. Harvard University Press. Disponível em: <https://doi.org/10.4159/9780674545960>. Acesso em: 4 jun. 2025.

BLANK, Stephen. *Russian Nuclear Strategy in the Ukraine War: An Interim Report*. Fairfax, VA: National Institute for Public Policy, 2022. Disponível em: [https://nipp.org/information\\_series/stephen-blank-russian-nuclear-strategy-in-the-ukraine-war-an-interim-report-no-525-june-15-2022/](https://nipp.org/information_series/stephen-blank-russian-nuclear-strategy-in-the-ukraine-war-an-interim-report-no-525-june-15-2022/). Acesso em: 4 jun. 2025.

BERUB, Claude. NATIONAL INTEREST. **Sea Power: “It’s the Economy, Stupid!”**. Disponível em: <https://nationalinterest.org/feature/sea-power-%E2%80%9CIt%E2%80%99s-economy-stupid%E2%80%9D-209400>. Acesso em: 16 out. 2024.

BIJOS, Leila; GUILHON, Erick Pessôa. Brics, uma alternativa de poder?. **Revista do Direito Público**, v. 9, n. 1, p. 9-54, 2014 Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/download/16935/14322>. Acesso em: 21 out. 2024.

BONFIM, Uraci Castro. Geopolítica. In: **Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército**. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2005, p. 31-53.

BRIGOLA, Higor Ferreira; TEIXEIRA, Vinicius Modolo. A influência de Nicholas Spykman nas relações contemporâneas entre EUA e Rússia: uma análise sobre a importância geopolítica da Ucrânia. **Revista de Geopolítica**, v. 13, n. 3, p. 1-19, jul./set. 2022. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/410>. Acesso em: 20 out. 2024.

CADORE, João Otávio Figueiredo Bueno; THEODORO, Mariana Pires; OLIVEIRA, Vitória Kramer de. Sistema Internacional: Crise ou Desequilíbrio? In: **RELAÇÕES INTERNACIONAIS PARA EDUCADORES: um mundo em crise**. Porto Alegre: UFRGS, 2017. v. 4, p. 7-15. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ripe/wp-content/uploads/2016/03/livro.pdf#page=7>. Acesso em: 12 jun. 2025.

CARVALHO, L. A. **Geopolítica**: isso serve às relações internacionais. In: CARVALHO, L. A. (org.). **Geopolítica & Relações Internacionais**. Curitiba: Editora Juruá, 2010, p. 17-36.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política** - Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 39-58.

CELERIER, Pierre. **Geopolítica y Geoestrategia**. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1983, pp. 17-32.

COZAD, Mark; COOPER III, Cortez A.; BLANC, Alexis A.; WOODWORTH, David; ATLER, Anthony; JUKNEVICIUTE, Kotryna; HVIZDA, Mark; LILLY, Sale. **Future scenarios for Sino-Russian military cooperation: possibilities, limitations, and consequences**. Santa Monica, Calif.: RAND Corporation, 2024. Disponível em: <https://www.rand.org/t/RRA2061-5>. Acesso em: 4 jun. 2025.

CUNHA, André Moreira; ACIOLY, Luciana. **CHINA: ASCENSÃO À CONDIÇÃO DE POTÊNCIA GLOBAL—CARACTERÍSTICAS E IMPLICAÇÕES**. IPEA: Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas. p. 343. Brasília, 2009.

DAS GRAÇAS CORRÊA, Fernanda. A Balança de Poder sob a ótica de Kenneth Waltz: Uma discussão da Teoria Sistêmica. **Revista interação**, v. 11, n. 11, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2357797529398>. Acesso em 22 out. 2024.

DAVIDSON-HOUSTON, J. V. **Russia and China: from the Huns to Mao Tse-tung**. London: Robert Hale, 1960.

DE FREITAS, Guilherme Adilson; DIAS, Mariana Andreotti; DA PAZ, Otacílio Lopes de Souza. O resgate da teoria do Heartland de Mackinder no entendimento do conflito russo-ucraniano. **Caderno Intersaberes**, v. 11, n. 35, p. 172-189, 2022.

Disponível em:  
<https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/2346/1846>.  
 Acesso em: 21 out. 2024.

EURONEWS. Rússia e China juntas em novo exercício militar. Publicado em: 16 jul. 2024. Disponível em:  
<https://pt.euronews.com/2024/07/16/russia-e-china-juntas-em-novo-exercicio-militar>.  
 Acesso em: 04 jun. 2025.

FREIRE, Maria Raquel. **As relações China-Rússia num quadro de contenção estratégica**. *Relações Internacionais*, n. 71, p. 51-66, 2021.

GASTAL, Bruno Palombini; SANTOS, G. F.; PECHANSKY, Ricardo. A Crise da União Europeia: Fim de um projeto. **Relações Internacionais para Educadores**, p. 76-93, 2017. Disponível em:  
<https://www.ufrgs.br/ripe/wp-content/uploads/2018/06/DIGITAL-2018-Anu%C3%A1rio-RIPE.pdf>. Acesso em: 19 out. 2024.

GOULART, Maitê Roman; SILVA, Victor Hugo Dresch da. **Rompimento da aliança sino-soviética: a influência dos respectivos líderes e da política doméstica chinesa**. *Revista Perspectiva: Revista de Ciência Política da UFRGS, Porto Alegre*, v. 11, n. 20, p. 130–154, jul./dez. 2018. Disponível em:  
<https://seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/download/83690/49847>. Acesso em: 16 abr. 2025.

HARPER, Tom. Towards an Asian Eurasia: Mackinder's heartland theory and the return of China to Eurasia. **Cambridge Journal of Eurasian Studies**, v. 1, n. 1, p. 16, 2017. Disponível em:  
[https://www.researchgate.net/publication/320053561\\_Towards\\_an\\_Asian\\_Eurasia\\_Mackinder's\\_heartland\\_theory\\_and\\_the\\_return\\_of\\_China\\_to\\_Eurasia](https://www.researchgate.net/publication/320053561_Towards_an_Asian_Eurasia_Mackinder's_heartland_theory_and_the_return_of_China_to_Eurasia). Acesso em: 21 out. 2024.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

Hayton, B. (2020). *The South China Sea: The Struggle for Power in Asia*. Yale University Press.

KOROLEV, Alexander. **China–Russia Strategic Alignment in International Politics**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2022.

LAKE, Jon. China's Stealthy Area Denial. *Asian Military Review*, 14 mar. 2023. Disponível em:  
<https://www.asianmilitaryreview.com/2023/03/chinas-stealthy-area-denial/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

LI, Mingjiang. **Mao's China and the Sino-Soviet Split: Ideological Dilemma**. Abingdon: Routledge, 2012.

LUKIN, Alexander. **China and Russia: The New Rapprochement**. Cambridge: Polity Press, 2018.

LUKIN, Artyom. **The Russia–China entente and its future**. International Politics, [S.I.], 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s41311-020-00251-7>. Acesso em: 16 abr. 2025.

MACKINDER, H. J. The Geographical Pivot of History. **The Geographical Journal**, v.170, n.4, dez. 2004.

MAIA, Fernando; DAWOOD, Layla. **Teorias realistas e o conceito de grande potência: uma leitura a partir da história dos conceitos**. 2016. Disponível em: [http://www.seminario2016.abri.org.br/resources/anais/23/1474757922\\_ARQUIVO\\_pa\\_perabri2016DawoodMaia.pdf](http://www.seminario2016.abri.org.br/resources/anais/23/1474757922_ARQUIVO_pa_perabri2016DawoodMaia.pdf). Acesso em: 16 out. 2024.

MANCALL, Mark. *Russia and China: Their Diplomatic Relations to 1728*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?**. São Paulo: Hucitec. 2015.

MENDES, Pedro Emanuel. **As teorias principais das Relações Internacionais: uma avaliação do progresso da disciplina**. 2019. Disponível em: [https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri61/RI61\\_art08\\_PEM.pdf](https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri61/RI61_art08_PEM.pdf). Acesso em: 23 out. 2024.

MENDONÇA, Gustavo Resende. **O fim do momento unipolar: o debate acerca do declínio dos Estados Unidos**. Século XXI, Porto Alegre, v. 4, n. 1, jan./jun. 2013.

OLIVER, David. China's participation in Russian military exercises. NCT Magazine, 6 set. 2023. Disponível em: <https://nct-cbnw.com/chinas-participation-in-russian-military-exercises/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

PAULINO, Luís Antônio. **O Equilíbrio do Poder Global**. Repositório Unesp. 2008. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/BRICs/Os%20BRICs%20e%20o%20equilibrio%20de%20poder%20global.pdf>. Acesso em: 19 out. 2024.

REIS, João Montenegro da Silva Pereira. O Rimland e o “perigo verde”: por que o Oriente Médio não deixa de figurar como uma das regiões centrais na geoestratégia dos EUA. *Brasil Energia Petróleo e Gás*, 07 jan. 2020. Disponível em: <https://www.editorabrasilenergia.com/petroleoegas/o-rimland-e-o-perigo-verde>. Acesso em: 10 jun. 2025.

RENZ, Bettina. *Russia's military revival*. Cambridge: Polity Press, 2018.

RIBEIRO, Jackson Silva. **A assimetria da China no BRICS**. Seminário Pesquisa China Contemporânea, Campinas, SP, n. 4, p. 30, 2021. Disponível em:

<https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/chinabrasil/article/view/3503>. Acesso em: 16 abr. 2025.

ROCHA, Dyego Freitas; DE ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. Revisando o conceito de Heartland na Política de Contenção Ocidental do séc. XXI. **Revista de Geopolítica**, v. 5, n. 1, p. 1-14, 2016. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/94>. Acesso em: 21 out. 2024.

RODRIGUEZ, Danilo Silva. **A influência de Mackinder sobre o pensamento estratégico norte-americano: Spykman e Brzezinski**. 2018. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/4624/3/DSRodriguez.pdf>. Acesso em: 19 out. 2024.

ROLLAND, Nadège. **China's Eurasian Century? Political and Strategic Implications of the Belt and Road Initiative**. Seattle: National Bureau of Asian Research, 2017.

SALLEH, Mohd Afandi; AHMAD, Abdullahi Ayoade. O DECLÍNIO HEGEMÔNICO DOS ESTADOS UNIDOS E A CRESCENTE INFLUÊNCIA DA CHINA: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA SOBRE A TEORIA DA TRANSIÇÃO DE PODER NO SÉCULO XXI. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, p. 132. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/austral/article/viewFile/102434/60235>. Acesso em: 21 out. 2024.

SEIXAS, Eduardo Palma de. China e o realismo: a Rota da Seda como projeto de consolidação e projeção de poder. 2017. 139 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://observatoriodosbricsunila.wordpress.com/wp-content/uploads/2019/10/china-e-o-realismo-a-rota-da-seda-como-projeto-de-consolidac3a7c3a3o-e-projec3a7c3a3o-de-poder.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024

SATANOVSKII, Sergei. Why the Black Sea is so important to Russia and Ukraine. Deutsche Welle, 28 mar. 2025. Disponível em: <https://www.dw.com>. Acesso em: 4 jun. 2025.

SCHUTTE, G., & Sant'Anna Debone, V. Parceria China e Rússia: bases reais para superar a desconfiança histórica. **Carta Internacional**, 15. 2020. Acesso em: <https://doi.org/10.21530/ci.v15n2.2020.991> Acesso em: 4 jun. 2025.

SPYKMAN, Nicholas John. **America's Strategy in World Politics**. New Brunswick: Transaction Publishers, 2008.

SRINIVAS, Junuguru. **Future of the BRICS and the Role of Russia and China**. Cham: Palgrave Macmillan, 2022.

TILL, Geoffrey. **Seapower: a guide for the twenty-first century**. 4. ed. London: Routledge, 2018.

TREININ, Dmitri. Russia and China in the Arctic: Cooperation, Competition, and Consequences. Washington, D.C.: Carnegie Russia Eurasia Center, 2020. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/posts/2020/03/russia-and-china-in-the-arctic-cooperation-competition-and-consequences?lang=en>. Acesso em: 4 jun. 2025.

VILLA, Rafael Duarte. Mackinder: repensando a política internacional contemporânea. **Revista de Sociologia e Política**, n. 14, 2000.

VIOLANTE, Alexandre Rocha. A teoria do poder marítimo de Mahan. **Revista da EGN**, v. 21, n. 1, p. 223-260, 2015.

Disponível em:

<https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/4544/439>. Acesso em: 21 out. 2024.

VISENTINI, Paulo. CHINA E RÚSSIA: A PROJEÇÃO NAVAL DE POTÊNCIAS TERRESTRES. AUSTRAL: **Brazilian Journal of Strategy & International Relations**. 10. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/120872/66008>. Acesso em: 4 jun. 2025.

WESTAD, Odd Arne (ed.). **Brothers in Arms: The Rise and Fall of the Sino-Soviet Alliance, 1945–1963**. Washington, D.C.: Woodrow Wilson Center Press; Stanford, CA: Stanford University Press, 1998.

YAKHSHILIKOV, Sanjar. Confrontos inevitáveis: explorando as implicações de uma aliança China-Rússia na geopolítica global. **AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. 2023.

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/131366/89841>. Acesso em: 25 out. 2024.

YOSHIHARA, Toshi; HOLMES, James R. Red star over the Pacific: China's rise and the challenge to U.S. maritime strategy. Revised ed. Annapolis: Naval Institute Press, 2018.

ZYSK, Katarzyna. Russia's Military Build-Up in the Arctic: to What End?. Norwegian Institute for Defence Studies, set. 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/344271440\\_Russia's\\_Military\\_Buildup\\_in\\_the\\_Arctic\\_to\\_What\\_End](https://www.researchgate.net/publication/344271440_Russia's_Military_Buildup_in_the_Arctic_to_What_End). Acesso em: 4 jun. 2025.